

Atores institucionais, lideranças sociais e
defensores dos direitos humanos

DIÁLOGOS SOBRE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASIL & COLÔMBIA

Volume 1

Organização
Joaquim Leonel de Rezende Alvim
Andrea Catalina León Amaya



Atores institucionais, lideranças sociais e
defensores dos direitos humanos

DIÁLOGOS SOBRE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASIL & COLÔMBIA

Volume 1

Organização

Joaquim Leonel de Rezende Alvim

Andrea Catalina León Amaya



2021

Editora Responsável

Michele Christiane de Souza Bannwart

Conselho Editorial

Dr. Anton Lois Fernandez Alvarez
Dr. Clodomiro José Bannwart Júnior
Dr. Gilvan Luiz Hansen
Dr. Jairo Néia Lima
Dr. Jonathan Michelson de Menezes
Dra. Karla Christina Martins Borges Furlaneto
Dra. Maria Cristina Muller
Dr. Ricardo Lebbos Favoreto
Dr. Tiago Gagliano Pinto Alberto
Dra. Vanessa Vilela Berbel

Diagramação

Aline Yuri Sato

Capa

Marcelo Inez

Ilustração da capa

AMAYA, Andrea Catalina León. Puente. 2011. 1 original de arte, giz pastel oleoso e tinta ecoline sobre papel, 497 x 349 mm. Coleção particular.

Degração

Laís Squizzato Baise

Revisão textual da devagração em português

Joaquim Leonel de Rezende Alvim

Revisão textual da devagração em espanhol

Andrea Catalina León Amaya

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diálogos sobre justiça de transição Brasil & Colômbia

[livro eletrônico] : atores institucionais, lideranças sociais e defensores dos direitos humanos / organização Joaquim Leonel de Rezende Alvim, Andrea Catalina León Amaya. – 1. ed. – Londrina, PR : Engenho das Letras, 2021. – (Diálogos ; v. 1)
PDF

Vários autores.

ISBN 978-65-86457-09-4

1. Direitos humanos 2. Direitos humanos - Brasil
3. Justiça de transição - Brasil 4. Justiça de transição - Colômbia 5. Liderança 6. Política.
II. Amaya, Andrea Catalina León. IV. Série.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

Trajetória de constituição dos “Diálogos sobre Justiça de Transição Brasil & Colômbia Volume 1 – atores institucionais, lideranças sociais e defensores dos direitos humanos” - Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya

PARTE 1..... 10

Atoras institucionais vinculadas aos mecanismos de justiça de transição - Claudia Alejandra Coll Agudelo; Danny María Ramírez Torres; Luciana Boíteux de Figueiredo Rodrigues e Nadine Monteiro Borges

PARTE 2..... 49

Lideranças sociais atuantes na defesa da vida e das comunidades nos territórios - Gloria Luna Rivillas; Lidiane Malanquini; María del Rosario Chicunque (Mamá Charito) e Maria Tupari

PARTE 3..... 84

Atores vinculados à defesa ampla dos direitos humanos - Ana Jimena Bautista Revelo; Fábio Aparecido Moreira; Nhora Lucía Álvarez Borrás e Raphaela de Araújo Lima Lopes

Autores 115

APRESENTAÇÃO

Trajetória de constituição dos “Diálogos sobre Justiça de Transição Brasil & Colômbia Volume 1 – atores institucionais, lideranças sociais e defensores dos direitos humanos”

A região latino-americana caracteriza-se pela presença de contextos de profunda desigualdade social, violência generalizada e discriminação por motivos de gênero e raça ou etnia. Em alguns países, esses contextos confluem com processos de transição política e democratização posteriores a conflitos armados ou a ditaduras ainda não consolidados. É o caso da Colômbia e do Brasil, o primeiro, com um recente acordo de paz que enfrenta obstáculos na sua implementação, e o segundo, com uma transição que diferentes estudos descrevem como inacabada.

A concretização dos mecanismos de justiça de transição e a criação de garantias para o exercício dos direitos ao protesto social e à defesa dos direitos humanos indicam avanços rumo à consolidação das instituições democráticas e à correção das inequidades sociais. Nesse sentido, as lideranças sociais e as defensoras e defensores de direitos humanos desempenham um papel fundamental. Contudo, nos países focalizados nesta proposta (Brasil e Colômbia), diversas análises apontam para uma situação de desproteção da vida e integridade das pessoas que exercem a defesa dos direitos humanos e para a existência de múltiplos obstáculos no acesso à justiça ante violações de direitos humanos. A pandemia do covid-19 veio a somar circunstâncias extraordinárias que contribuem para o aprofundamento das desigualdades afetando

principalmente os segmentos sociais mais vulneráveis, com o risco de aumentar a instabilidade dos processos de democratização em andamento.

Dialogando com esse contexto, o presente livro apresenta as mudanças sociais que decorrem da pandemia, enfocando, de uma perspectiva comparada Brasil & Colômbia, os novos desafios para a defesa dos direitos humanos em contextos de transição política. Nesse sentido, constitui também uma estratégia para, de uma parte, acompanhar o cumprimento das recomendações 16 e 30 da resolução 01/2020 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos¹, problematizando os desafios gerados em contextos de transição política e focalizando a situação das pessoas que defendem os direitos humanos e lideram causas sociais. De outra parte, para promover trocas de saberes com atores envolvidos na mobilização pela defesa dos direitos humanos ligada direta e indiretamente à justiça de transição, de modo a contribuir para uma maior visibilidade do trabalho realizado por estes atores e da situação de desproteção em que se encontram, articulando uma abordagem interseccional diferentes variáveis, particularmente de gênero e raça.

O horizonte dessa troca de saberes se moldou a partir de três encontros do grupo de pesquisa sobre justiça de transição do NUTEAP / UFF – Núcleo de pesquisas interdisciplinares de teorias, atividades e práticas no campo do direito / Universidade Federal Fluminense (Diretório dos grupos de pesquisa do CNPq <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9933791308276021> e domínio UFF www.nuteap.uff.br). Esses encontros foram organizados de forma a privilegiar três perspectivas de olhar para esse processo de continuidade da violência estatal e social em contextos de luta pela efetivação de uma ordem democrática, estruturando as três partes que compõem o presente livro: atoras institucionais vinculadas aos mecanismos de justiça de transição (parte 1), lideranças sociais atuantes na defesa da vida e das comunidades nos territórios (parte 2) e atores vinculados à defesa ampla dos direitos humanos (parte 3).

Na primeira parte do livro, o diálogo se abre com um encontro com atoras institucionais que participaram e/ou participam de órgãos vinculados ao sistema de justiça de transição que funcionaram e/ou funcionam no Brasil e na Colômbia, realizado de forma remota (online) no dia 28 de setembro de 2020 com a presença de **(1) Claudia Alejandra Coll Agudelo** (advogada, mestra em estudos de gênero pela Hull University e pela Universidad de Granada, feminista e ativista da Ruta Pacífica de las Mujeres e atualmente assessora do Grupo de Trabalho em gênero da Comissão

¹ Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucao-1-20-pt.pdf>.

da Verdade colombiana); **(2) Danny María Ramírez Torres** (socióloga e mestra em estudos de gênero, integrante do Observatório de Gênero e Diversidade da Universidad del Rosario, atualmente assessora da Comissão da Verdade colombiana em matéria de enfoque étnico); **(3) Luciana Boiteux de Figueiredo Rodrigues** (Doutora em Direito Penal pela Universidade de São Paulo - USP, Professora de Direito Penal e Criminologia da Faculdade Nacional de Direito, do Programa de Pós-graduação em Direito, Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Política de Drogas e Direitos Humanos e Pesquisadora associada ao Laboratório de Direitos Humanos - Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ; participou da Comissão Estadual da Verdade no âmbito do Estado do Rio de Janeiro) e **(4) Nadine Monteiro Borges** (Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense - PPGSD/UFF, Advogada e Professora. Vice Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB / RJ, presidiu a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro – 2014, foi Gerente de Projeto e Assessora da Comissão Nacional da Verdade – 2012/2013 e Coordenadora Geral da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Presidência da República / Brasil).

Na segunda parte do livro, o diálogo se estabelece com lideranças sociais vinculadas às diferentes lutas contra mecanismos de continuidade da violência institucional do Estado e setores sociais no contexto da (inacabada) justiça de transição, no encontro realizado de forma remota (online) no dia 17 de novembro de 2020 com a presença de **(1) Gloria Luna Rivillas** (liderança social e defensora de direitos humanos, integrante da Red Departamental de Mujeres Chocóanas, na região do Pacífico colombiano); **(2) Lidiane Malanquini** (liderança social dos projetos Redes da Maré, Rio de Janeiro); **(3) María del Rosario Chicunque (Mamá Charito)** (liderança indígena do povo Kamentsá, do Putamayo, região da Amazônia colombiana, integrante da Associação de Mulheres Indígenas (ASOMI) e sabedora da medicina ancestral) e **(4) Maria Tupari** (liderança indígena em Rondônia com vínculos com a terra indígena Rio Branco, município de Alta Floresta do Oeste/RO e a terra indígena Sete de Setembro, município de Cacoal/RO).

Na terceira e última parte do livro, o diálogo se encerra com lideranças vinculadas à defesa de direitos humanos em contexto de continuidade da violência institucional do Estado, no encontro realizado de forma remota (online) no dia 1 de dezembro de 2020 com a presença de **(1) Ana Jimena Bautista** (advogada defensora dos direitos humanos, vinculada à ONG Dejusticia); **(2) Fábio Aparecido Moreira** (educador

popular, militante do movimento negro e consultor em educação no sistema prisional); **(3) Nhora Álvarez** (psicóloga, expert na abordagem psicossocial ligada à defesa dos direitos humanos das vítimas do conflito armado colombiano e diretora da Fundación Círculo de Estudios Culturales y Políticos) e **(4) Raphaela Lopes** (advogada vinculada à ONG Justiça Global).

Gostaríamos muito de agradecer aos participantes dos 3 encontros dos “Diálogos”, pela disponibilidade, atenção e relatos absolutamente ricos e fundamentais para o entendimento dos processos de continuidade de mecanismos de violência pelos quais grupos sociais no Brasil e na Colômbia foram e continuam submetidos, mostrando que diante de todo esse cenário de opressão, diferentes vozes (essas e muitas outras) que expressam e verbalizam as formas de lutas sociais não são caladas e continuam a demonstrar indignação diante dessa situação que se perpetua nas nossas sociedades. Estendemos ainda os nossos agradecimentos às pessoas que facilitaram o contato com algumas das interlocutoras: à Valentina González, da Corporación Casa Amazonía (Mocoa / Colômbia), quem intermediou a comunicação com María del Rosario Chicunque; à Natalia Quiceno, antropóloga e professora associada do Instituto de Estudos Regionais da Universidad de Antioquia (UdeA, Medellín / Colômbia), quem fez a ponte com Gloria Luna Rivillas, e à Nadine Borges (interlocutora no primeiro encontro) quem ajudou no contato com a Raphaela Lopes.

Todas essas atividades que possibilitaram a realização dos encontros e a publicação desse livro estão vinculadas às ações de pesquisa e extensão que foram viabilizadas com o apoio do Editais (1) UFF/PROGRAD/PROPPI – Edital de seleção de apoio às atividades acadêmicas não presenciais – ANP – no ensino de graduação e pós-graduação da UFF nº 01/2020; (2) UFF/PROPPI/PROGRAD/PROEX – Edital de seleção de projetos de pesquisa, ensino e extensão voltados para o enfrentamento à pandemia de Covid-19 nº 04/2020 e (3) UFF/PROPPI – Edital Chamada FOPESQ-2020 no âmbito do programa de fomento à pesquisa na UFF; proporcionando a formação de um grupo de pesquisa sobre justiça de transição no âmbito do funcionamento do NUTEAP/UFF. Nesse sentido, esses encontros e publicação contaram com a ativa participação de Cristiana Vianna Veras (Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD/UFF; Professora Adjunta do Departamento de Direito Aplicado – DDA – da Faculdade de Direito da UFF e Líder do NUTEAP/UFF); Laura Magalhães de Andrade (Bolsista / Edital UFF/PROGRAD/PROPPI nº 01/2020; doutoranda do Programa de Pós-graduação em Direitos, Instituições e Negócios – PPGDIN/UFF e pesquisadora NUTEAP/UFF); Daiane Trindade da Silva (Bolsista / Edital UFF/PROPPI/PROGRAD/

PROEX nº 04/2020; mestranda do PPGSD/UFF e pesquisadora NUTEAP/UFF); Miriam Tavares de Sá (Bolsista / Edital UFF/PROPPI/PROGRAD/PROEX nº 04/2020; mestranda do PPGSD/UFF e pesquisadora NUTEAP/UFF); Ana Beatriz Almeida Borges (Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFF 2020/2021 e pesquisadora NUTEAP/UFF); Umberto Abreu Noce (Doutorando PPGDIN/UFF e pesquisador NUTEAP/UFF); Jamile da Silva Pinheiro (Mestranda PPGSD/UFF e pesquisadora NUTEAP/UFF) e Thiago da Silva Vianna (Mestrando PPGSD/UFF e pesquisador NUTEAP/UFF).

O presente livro sinaliza para uma relação de parceria e construção de pesquisas em comum entre a Universidade Federal Fluminense (UFF – Niterói / Brasil) e a Universidad del Rosario (Bogotá / Colômbia) e, nesse sentido, gostaríamos de agradecer a intermediação da Diana Carolina Clavijo Hernández, bem como também sinaliza para uma futura edição dos “Diálogos” (Diálogos sobre Justiça de Transição Brasil & Colômbia Volume 2 – abordagens de mecanismos de continuidade da violência institucional do Estado”) ilustrativa de pesquisas e reflexões críticas nesse campo da justiça de transição no Brasil e na Colômbia.

Boa leitura para todas e todos e até o Volume 2 dos “Diálogos”!

Joaquim Leonel de Rezende Alvim# & Andrea Catalina León Amaya*

(Coordenadores do projeto “Diálogos sobre Justiça de Transição Brasil & Colômbia”)

Professor Titular de Teoria do Direito da Faculdade de Direito, do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) e do Programa de Pós-graduação em Direitos, Instituições e Negócios (PPGDIN) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Líder do NUTEAP/UFF.

* Bacharel em Direito pela Universidad Externado de Colombia. Mestra em Ciências Sociais e Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos, Instituições e Negócios (PPGDIN) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora integrante do NUTEAP/UFF.

PARTE 1

Atoras institucionais vinculadas aos mecanismos de justiça de transição²

Claudia Alejandra Coll Agudelo

Danny María Ramírez Torres

Luciana Boiteux de Figueiredo Rodrigues

Nadine Monteiro Borges

Joaquim Leonel: Eu queria, inicialmente, dizer que é uma grande alegria o nosso grupo de pesquisa estar recebendo a Alejandra, Danny, Luciana e Nadine. É realmente um prazer, é uma alegria muito grande da gente contar com vocês aqui. Eu queria agradecer, em primeiro lugar, a disponibilidade e o tempo de vocês para estar com a gente nesse “Diálogos”, que é uma atividade do nosso grupo de pesquisa, o NUTEAP/UFF – Núcleo de pesquisas interdisciplinares sobre teorias, atividades e práticas no campo no Direito. É um grupo de pesquisa novo que está começando uma aproximação com pesquisadores também da Universidade de Rosário. Inclusive, a gente fez uma primeira reunião há um tempo que é ilustrativa dessa aproximação. Essa pesquisa que a gente está fazendo, especificamente, é uma pesquisa que tem ligação com dois editais de fomento que a UFF, a Universidade Federal Fluminense, lançou para dar apoio às pesquisas e aos estudantes de graduação e de pós-graduação durante a pandemia. É um financiamento de algumas bolsas de graduação, mestrado e doutorado em um período curto, um período de seis meses. Nós apresentamos

² Nota dos organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): as manifestações das nossas interlocutoras correspondem às suas opiniões pessoais e não representam as instituições às quais estiveram/estão vinculadas.

dois projetos que concorreram a dois editais e conseguimos três bolsas. Além das três bolsistas — que são, no caso, a Laura, a Miriam e a Daiane —, nós tivemos outros alunos que se interessaram em participar dessa pesquisa. Nós formamos uma equipe de nove pesquisadores, envolvendo professores e alunos de mestrado e de doutorado. Esse projeto foi todo organizado em torno de uma proposta que foi feita, na época, pela Catalina, dialogando diretamente com a tese de doutorado dela. Antes de passar a palavra para ela situar a questão do projeto para que vocês possam ficar mais à vontade na fala, eu queria também agradecer, além da presença de vocês, a presença da Diana aqui, que tem sido essa ponte entre a UFF e a Universidade de Rosário. Nosso objetivo é ouvir vocês sobre determinados pontos desse tema da Justiça de Transição nessa interface entre Brasil e Colômbia. Mas, antes disso, a Catalina vai situar um pouco mais esse quadro da pesquisa.

Catalina: Bien, también un paréntesis pequeño: hemos decidido que cada quien habla en su lengua materna, ¿bueno? Entonces Leonel habla en portugués, yo prosigo en español y así, Alejandra y Danny en español, Luciana y Nadine en portugués. Lo haremos lo más vocalizado posible para que todas entiendan. Los dos proyectos que estamos desarrollando, como Leonel mencionó, son dos proyectos de corta duración presentados y aprobados por la Rectoría de la UFF en este período de la pandemia. Ha sido una oportunidad para profundizar en algunos temas de interés, en las actividades de investigación y extensión que los diferentes sectores de la universidad realizan, y en particular nosotros estamos enfocando dos grandes temas que estamos, a través de esos proyectos, trabajando de forma conjunta. Uno es las cuestiones de género y la Justicia de Transición: cómo mecanismos institucionalizados de Justicia de Transición están incorporando en su funcionamiento (o incorporaron en su funcionamiento) cuestiones de género, pero nos interesa, por supuesto, tener un enfoque entrecruzado con otras formas históricas de discriminación. No las cuestiones de género reducidas a las cuestiones de mujeres, pero también buscar problematizaciones más complejas en materia de raza, pertenencia étnica, clase, orientación sexual, identidad de género, etc. Y el otro proyecto, que se denomina, más específicamente, “Impactos de la pandemia de COVID-19 en los procesos de transición política y democratización en América Latina”, enfocando los diálogos posibles entre Brasil y Colombia. En ese segundo proyecto, además de también traer las cuestiones de género que habíamos formulado en el primero, estamos planteando la situación específica de líderes y lideresas sociales y defensores y defensoras de derechos humanos, a propósito de

las recomendaciones que la Comisión Interamericana de Derechos Humanos emitió justamente en medio de la pandemia acerca de la situación de mayor vulnerabilidad que esas personas pueden enfrentar en este contexto, dada la mayor profundización de las desigualdades sociales y de las violaciones a derechos humanos en medio de la emergencia sanitaria y social. Consideramos que enfocar la situación de líderes y lideresas sociales y defensores y defensoras de derechos humanos es una pista de análisis, una llave de análisis interesante para ver cómo, entrecruzando esas diferentes variables, avanzan o retroceden las transiciones políticas de estos dos países. Entonces es eso, básicamente, lo que estamos intentando abordar con los dos proyectos, en un período muy corto – los proyectos van hasta diciembre apenas. No tenemos una expectativa de realizar un levantamiento de información muy exhaustivo, y por eso priorizamos una metodología como esta que es la de promover diálogos con actrices y actores que han estado directamente involucrados en la implementación de los mecanismos de Justicia de Transición en los dos países. Y así mismo, no hemos pensado necesariamente realizarlo con una perspectiva de análisis comparado – lo que sería imposible en tan poco tiempo –, pero sí proponer que, a través de los diálogos, podamos encontrar algunos contrastes entre las dos experiencias que son bien particulares – la de Brasil y la de Colombia –, muy distintas. Es eso básicamente. Quiero también agradecerles: a Luciana, Nadine, Alejandra y Danny por haber aceptado esta invitación. A Diana por la facilitación, el contacto con Alejandra y Danny – sin tu intermediación, no habría sido posible.

Bueno, vamos a empezar. Hemos pensado que este diálogo lo realizaremos en cuatro bloques. Lo haremos de la siguiente manera: en primer lugar, le pediremos a cada una de ustedes que se presente, destacando lo que considere relevante de su trayectoria y también del lugar de enunciación desde el cual está hablando esta noche. En segundo lugar, ya para entrar en la materia que nos convoca, hemos pensado en abordar dos puntos, que serían los bloques dos y tres. Primero (bloque dos), abordaremos la cuestión de qué podemos esperar – si es que se puede esperar algo – de una transición política frente a las formas históricas de discriminación. El tercer bloque sería un asunto más específico y es qué esperar de las Comisiones de la Verdad como mecanismos catalizadores de transformaciones sociales. Y finalmente, un cuarto bloque en donde queremos que ustedes tengan la libertad para plantear preguntas entre ustedes. Es decir, ya que se trata de un encuentro inusitado entre actrices con experiencias muy particulares en Comisiones de la Verdad – la de Brasil, que ya culminó su mandato y la

de Colombia, que aún está en funcionamiento –, es muy posible, pensamos nosotros, que las unas quieran saber cosas más específicas de las experiencias u opiniones de las otras. Encontramos muy valiosa esa oportunidad de generar un intercambio espontáneo entre ustedes. Les proponemos entonces, ya para arrancar, el siguiente orden para la participación en cada bloque: que lo hagamos intercalados por país en orden alfabético. Sería así entonces: comienza Alejandra en Colombia, luego Luciana en Brasil (yo me imagino que ya Luciana estará con nosotros). Luego Danny en Colombia y finalmente Nadine. Eso en cada bloque. Bueno, entonces que ruede la palabra. Vamos con el primer bloque que es la presentación de cada una. Alejandra.

Alejandra: Bueno, muchísimas gracias. Me disculpo por no poder hablar en portugués. Qué vergüenza con ustedes. También estoy muy contenta de estar aquí con ustedes. Agradecida de que quieran hablar con nosotras a esa hora en Brasil. Gracias por dedicar este espacio de su noche para escucharnos a nosotras. Mi nombre es Alejandra Coll. Soy abogada y maestra en estudios de género. He dedicado mi vida profesional a la representación jurídica de víctimas ante tribunales, pero también he trabajado en diferentes entidades del Estado, defendiendo también los derechos de las mujeres víctimas. Curiosamente, ahora que lo pienso, no he tenido ningún trabajo que no tenga que ver con mujeres, siempre todo me llevó hacia allá. He trabajado... mis temas de interés son: el acceso de las mujeres a la tierra, reparaciones a mujeres víctimas de conflictos armados, los temas de derechos sexuales y reproductivos. Son los que más he trabajado en mi carrera. No quiero tampoco tomarles mucho tiempo porque sé que está tarde en Brasil, solo decirles que, si hablo muy rápido, solo es que me hagan señas de que hable un poco más despacio. Muchas gracias, de verdad, por el espacio.

Joaquim Leonel: Obrigado, Alejandra.

Catalina: Yo no puedo darme cuenta si Luciana ya llegó... todavía no.

Joaquim Leonel: Ela acabou de mandar uma mensagem aqui para a Cristiana Veras, que está com a gente, dizendo que está terminando um evento e está chegando. O melhor é passar para a Nadine se apresentar e, quando a Luciana chegar, ela entra. Alejandra, só uma observação: não está falando rápido não, está super compreensível e desculpas pelo fato de que a gente não está falando em espanhol. Mas a gente se compreende.

Catalina: Gracias, Alejandra. Te escuchamos, Nadine.

Nadine: Boa noite a todas e todos. Obrigada pelo convite, professor Leonel, Alejandra, Danny, a Luciana que já vai chegar para a gente dividir, Catarina que também está mediando. Agradecer aos bolsistas, porque se tem uma coisa importante nesse mundo que a gente vive, na academia, são as pessoas que pesquisam e têm algum tipo de fomento para isso. Nem sempre a gente consegue, então que bom que vocês conseguiram esse edital e estão podendo se dedicar a isso. O meu nome é Nadine Borges. Eu fui aluna do professor Leonel – inclusive, eu tenho muito carinho por ele. Eu estudei no Rio Grande do Sul, fiz a faculdade na Unisinos, em São Leopoldo, que é uma universidade boa, bem reconhecida, mas foi muito importante para a minha formação ter tido aula de Teoria do Direito com o professor Leonel. Acho que isso, para a gente, dá um fôlego, uma vontade de estudar mais, aprender, ter novas miradas. Vou contar um pouquinho de mim, muito rapidamente. Eu sempre fui advogada na área de Direitos Humanos, desde a minha conclusão do curso. E em 2006, 2005 na verdade... final de 2004, 2005, eu vim morar no Rio de Janeiro (eu morava no Rio Grande do Sul) para trabalhar em uma organização de Direitos Humanos chamada Justiça Global, que é uma organização que trabalha muito no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, sistema ONU, faz denúncias internacionais. E eu fui selecionada. Eles fizeram uma seleção pública e, a partir disso, comecei a conhecer o Sistema Interamericano de Direitos Humanos – já conhecia, mas comecei a trabalhar com isso. E daí a vontade de fazer mestrado. Acabei cursando mestrado na UFF e, no mestrado, como eu tinha trabalhado no caso Damião Ximenes, que foi a primeira condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, eu tinha a experiência prática da advocacia no caso e resolvi estudar isso no mestrado como objeto da dissertação. E foi uma experiência muito importante para mim. Eu divido isso com vocês, pesquisadores agora, quem está fazendo mestrado e doutorado, porque uma coisa era o que eu conhecia do caso tendo advogado – então era aquele mundo dos papéis, das fontes, das informações que chegavam, dos depoimentos – e outra coisa foi depois, a investigação acadêmica de ter feito uma dissertação sobre um caso e ter ido até o lugar, ter conhecido a família. Não sei se vocês sabem desse caso Damião Ximenes, é o caso de uma pessoa com transtorno mental que foi torturado até a morte em uma clínica psiquiátrica no interior do Ceará, na cidade de Sobral, e que resultou na primeira condenação do Brasil no Tribunal Internacional. E aí eu fiz a minha dissertação. Isso abriu caminho, do ponto de vista profissional e de pesquisadora, para o Sistema Interamericano. Por conta das minhas pesquisas, mas também da minha militância política, do meu ativismo como advogada de Direitos Humanos, eu fui trabalhar no governo federal, na época do primeiro governo

da presidenta Dilma, na Secretaria de Direitos Humanos e foi, justamente, logo depois da condenação do Brasil no caso do Araguaia – que é o caso da Guerrilha do Araguaia. Somando um pouco a minha experiência acadêmica, de pesquisadora, com a minha capacitação profissional de conhecer o sistema, eu fui trabalhar na Secretaria de Direitos Humanos. E, de certa forma, os caminhos me levaram a ajudar nos bastidores da criação da Comissão Nacional da Verdade. Foi um trabalho exaustivo – alguns de vocês tiveram acesso à minha tese, não sei se todos leram, mas eu conto um pouco isso. E a gente nunca faz nada sozinho, foi uma soma de muitas pessoas que, durante muitos anos, não se cansaram de fazer esse trabalho. Então, a minha apresentação, em linhas gerais, foi essa. Eu tive a possibilidade de trabalhar no governo e acompanhar o nascimento da Comissão da Verdade – o nascimento no sentido do parto, não da gestação, porque a gestação foi muito demorada. Foram décadas de gestação. Eu vi parir a Comissão e acompanhei. Foi muito difícil sem a contribuição das Forças Armadas. Depois eu vou falar mais, mas foi isso. Eu consegui conjugar o conhecimento profissional, como advogada, com o conhecimento acadêmico. E se não fosse a formação que eu recebi, interdisciplinar em Sociologia e Direito, eu não sei se eu teria conseguido ter o olhar que eu tive sobre essa experiência. Então eu acho muito rico que o programa nos proporcione isso. Eu não consegui acabar meu doutorado na primeira vez – não me tomem como exemplo, por favor –, justamente porque eu estava na Comissão Nacional da Verdade (e, depois, na Comissão Estadual da Verdade), mas a vida dá voltas. Eu acho que esse acúmulo de experiência resultou que eu não desisti, eu não deixei de fazer. Retomei o programa, fiz uma nova seleção e, finalmente, concluí a minha tese recentemente e tenho o maior prazer de poder conversar sobre isso com vocês. Essa é a minha apresentação. Muito obrigada.

Catalina: Obrigada, Nadine. Danny, ¿estás ahí? Te escuchamos.

Danny: Boa noite para ustedes. Buenas noches para nosotros. Por fortuna podemos hablar en español. Como es la presentación, mi nombre es Danny Ramirez. Soy una mujer de provincia y me enuncio como una mujer negra, afrocolombiana. He tenido un caminar de la vida profesional y organizativa desde lo local hasta lo nacional. Entonces hace más o menos unos diez años – un poquito más, pensaría –, empecé a trabajar con jóvenes en Buenaventura. Quienes no conocen un poco el contexto, Buenaventura es una ciudad ubicada en el Pacífico colombiano en constante conflicto por diferentes actores armados, incluido el mismo Estado, por su posición estratégica. Entonces, ha habido muchas presiones sobre el territorio y la gente que lo habita que, principalmente, es gente negra. Entonces hay una racialización del territorio y de la gente que ahí está. El trabajo

que he venido haciendo inicialmente fue con jóvenes y luego por un hecho personal en que asesinaron a una amiga, terminé metida en temas de mujeres. Ya esto desde el 2008, trabajando temas de la defensa de los derechos de las mujeres en Buenaventura y ya luego en Bogotá, en el movimiento nacional de mujeres, en algunos temas de incidencia política y, entre ellos, llegó el proceso de paz donde, a través de una plataforma, organizaciones en Colombia, como la Cumbre Mujeres por la Paz, hacía la representación de una parte de la diversidad de las mujeres negras para incidir en el proceso de paz. Muy interesante ese espacio. Nos permitió posicionar y dejar algunas inquietudes de la diferenciación de la guerra sobre los cuerpos de las mujeres negras y lo que las instituciones que vendrían para materializar este acuerdo deberían tener en cuenta. Creo que ese antecedente sirvió para hoy estar en una Comisión de la Verdad y desde un campo un poco más amplio que es la comunidad negra, afrocolombiana, raizal y palenquera, y no tanto en el enfoque de las mujeres o de género. Inicialmente, llegué a la Comisión a un tema puntual de seis meses y ya vamos cerca de dos años larguitos. Creo que como Nadine lo decía, que vio crecer la Comisión y estuvo en su creación, lo mismo le ha pasado a Alejandra y a mí. Alejandra ha estado unos meses antes que yo. Pero uno está en este proceso de ir construyendo esta entidad que también pronto desaparece. Entonces hay que ir haciendo cosas para parir el muchacho, pero también ver cómo se cría y cómo se entierra. Es una cosa muy particular lo que ha sido esta Comisión de la Verdad. Estamos en un tema de contexto de conflicto armado, en una pandemia. Se nos han ido dos comisionados que tenían una voz de legitimidad social muy importante³. Y está la situación de la pandemia que nos atraviesa: teníamos que estar tan cerca de la gente, pero las nuevas condiciones nos ponen también a relacionarnos de esta manera. Entonces en ese caminar, ahí en la Comisión, trabajando con la gente negra en todo el país, tratando de visibilizar los impactos y la dinámica del conflicto armado sobre la Colombia negra. En Colombia, hay una percepción que la negritud está en el Pacífico – no sé si pasaría lo mismo en Brasil, en regiones como Salvador de Bahía, como “ah, los negros están por allá” cuando todo el país tiene una cultura negra. Entonces el reto que tenemos es mostrar algo que yo denomino la “Colombia negra”. Y en ese reto vamos caminando... de poder mostrar que el conflicto armado ha afectado a la gente negra de norte a sur y de occidente a oriente, incluida San Andrés, en su territorio tan

³ Nota de los organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): se hace referencia al fallecimiento de dos miembros de la Comisión de la Verdad en desarrollo de su mandato. Estos son: Alfredo Molano, sociólogo, periodista y escritor colombiano, quien murió el 31 de octubre de 2019, y Ángela Salazar, quien murió el 7 de agosto de 2020 por covid-19 y era una reconocida lideresa social y defensora de derechos humanos.

particular de 27 kilómetros cuadrados. El conflicto armado también llegó hasta esa región. En eso estamos. Los trabajos que yo he realizado, en mi campo como acción académica están, principalmente, con un enfoque interseccional que tiene que ver con los temas de género, la pertenencia étnico-racial y, en el último año, todo lo que tiene que ver con discapacidad. Tengo un alto interés en poder mirar este enfoque interseccional desde la mirada también de las personas con discapacidad en dos aspectos, principalmente: los derechos sexuales y reproductivos de las personas con discapacidad y el cuidado de los cuidadores. También por temas personales, estoy explorando eso. Desde ese campo de la interseccionalidad, hemos podido también analizar el conflicto armado de acuerdo con el contexto de la gente negra en la región y mirar cómo hay una trayectoria de un continuum de violencia de lo que ha sido todo el proceso colonial con el conflicto colombiano contemporáneo, que ha cambiado sus formas, pero que no se ha ido. Sigue pasando por una visión colonial racista que opera hoy en Colombia, en la diversidad de los territorios. No solamente con la gente negra, sino también con la gente indígena. Y que también está en un continuum de violencia, pues lamentablemente afecta los cuerpos de las mujeres en general. La idea que está principalmente en el grupo que trabaja Alejandra es también mirar esas dimensiones que tiene la diversidad de las mujeres a partir de su pertenencia étnico-racial en el contexto de ciudad, campo... y sus experiencias de género y demás. Entonces ahí también, estas condiciones de la Comisión... nos gustaría meternos en todos los temas, pero nos toca estar en el cuadrado donde nos metieron. Imagino que Nadine que ya pasó por ahí, sabe cómo es. Y este espacio, lo siento interesante porque creo que para Alejandra y para mí será un poco de aprendizaje de cómo podemos ir llevando, a veces, estas ansiedades que genera estar en una Comisión de la Verdad. Entonces muchísimas gracias por el espacio y aquí estamos para aportar desde la experiencia que se tiene y para aprender de cada una y cada uno de ustedes.

Catalina: Muchas gracias, Danny. Alejandra, no sé si tú quieras mencionar algo más en particular de lo que actualmente estás trabajando en la Comisión de la Verdad, en cuál grupo...

Alejandra: Me presenté muy rápido pensando en la hora...

Catalina: Precisamente por eso pensé que era justo pasarte nuevamente la palabra brevemente para que complementes lo que consideres pertinente.

Alejandra: Solo puedo decirles que, dentro de la Comisión, trabajo en un grupo especial

para la investigación de violencia contra mujeres y personas LGTB desde el grupo de trabajo de género. A la Comisión de la Verdad se le permitió organizarse como ella quisiera. Es decir, el decreto que le da un orden a la Comisión... quizás, de pronto, es importante explicar que la Comisión colombiana de la Verdad está inscrita en nuestra Constitución mediante un acto legislativo. Es una forma de agregarle artículos a la Constitución y ahí aparece la creación de la Comisión. Hay un decreto que la organiza y dice simplemente que la Comisión tiene estas funciones determinadas y la estructura puede ser libre. Los comisionados y comisionadas pueden organizar la Comisión como quieran, excepto por la creación de un grupo de trabajo de género que debía estar ahí, que no era voluntario, era obligatorio tener un grupo de género. Entonces yo estoy en ese grupo. Yo, antes de estar en la Comisión, estuve aportando algunas cositas con el grupo de mujeres, de organizaciones de mujeres que fueron al proceso de paz de La Habana. Yo no sé si ustedes saben que nuestro proceso de paz no fue aquí en Colombia. Fue allá en Cuba, en La Habana. Y un grupo de mujeres que estuvo todo el tiempo enviando propuestas y yo estaba desde Colombia enviando cositas... Cuando en Colombia se pierde el plebiscito (nosotros aquí en Colombia hicimos una consulta sobre si querían o no la aplicación del proceso de paz), la gente dijo no. Eso fue muy doloroso, pero entonces inmediatamente hubo que llorar, pero levantarse y decir “bueno, ¿y ahora qué?”. Y entonces empecé a trabajar en el Congreso para que se implementaran, en el Congreso, las medidas del Acuerdo de Paz. Ya que no había pasado el acuerdo, la idea era tramitarlo a través del Congreso y estuve allí un buen tiempo (durante unos ocho, nueve meses) participando en la creación de esas entidades de la Comisión de la Verdad, de la Jurisdicción Especial para la Paz, de la Unidad para buscar personas desaparecidas. En Colombia es muy particular, porque esas tres entidades funcionan juntas⁴. Y empecé a trabajar ahí y cuando terminé ese trabajo en el Congreso, me dicen: “bueno, ya que tú participaste en la creación de la Comisión, en toda esa idea, ¿por qué no entras a trabajar en ese grupo de género que tanto insististe que había que crear?”. Entonces ahí estoy. Ahorita mismo, estoy

⁴ **Nota de los organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya):** En virtud del punto 5 del Acuerdo Final de Paz firmado entre el gobierno colombiano y las FARC-EP en 2016, que versa sobre las víctimas del conflicto armado, se creó el Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No repetición, que combina mecanismos judiciales y extrajudiciales que funcionan simultáneamente. Estos mecanismos son: la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición; la Jurisdicción Especial para la Paz; la Unidad Especial para la Búsqueda de Personas dadas por Desaparecidas en el contexto y en razón del conflicto armado; las medidas de reparación integral para la construcción de paz y las garantías de no repetición.

trabajando muy de fondo en la investigación de violencias sexuales cometidas por todos los actores armados. Básicamente es lo que hago ahora.

Catalina: Perfecto, Alejandra. Complementación súper necesaria. Vamos a entrar entonces en el bloque de qué esperar de una transición política sobre formas históricas de discriminación, opresión, dominación. Alejandra, arranca tú, por orden alfabético.

Alejandra: Yo creo que esa transición que estamos viviendo se puede abordar desde muchas aristas. La puedes mirar desde muchas perspectivas. Yo diría que estamos viviendo una transición muy dolorosa en América Latina hacia la derecha o extrema derecha en muchos países. Y eso es un hecho, no es una opinión. Está ahí, se puede ver. Y para las mujeres, que es desde el lugar de enunciación que yo les hablo, como mujer, como feminista y como una mujer pacifista – también tengo que decirlo –, yo creo que hay una transición... Van a darse cuenta de que yo tengo la tendencia a ver el vaso medio lleno siempre, a ser un poco positiva. Entonces quiero resaltar lo que yo creo que va a pasar positivamente después de esto que estamos viviendo. Es que yo siento que hay unos mínimos de derechos fundamentales que la gente ya no está dispuesta a dejarse quitar. Hay movimientos políticos, hay movimientos de todo orden que quieren arrebatar esos derechos básicos que ya obtuvimos. Pero siento que hay unos mínimos que se establecieron y que quedaron anclados en el imaginario social de la gente y ya no están dispuestos a dejárselos quitar. Entonces, por ejemplo, en Colombia está pasando una cosa muy interesante alrededor del aborto. Yo sé que no tiene mucho que ver con Justicia de Transición, pero en últimas sí, tiene un poco y les voy a explicar por qué. En Colombia, tenemos un régimen de aborto bastante restrictivo, solamente tres causales muy puntuales. Y hay un intento desde hace unos tres, cuatro años de intentar quitarnos eso. Incluso, por ejemplo, de que se reconozca que las mujeres que estuvieron en la guerrilla, las combatientes, a las que obligaron a abortar... hay un movimiento de personas que no quieren que se les reconozca como víctimas. Dicen: “bueno, esas son mujeres que participaron en la guerra, son responsables, son victimarias, entonces ellas no pueden ser víctimas”. Y en Colombia estamos entendiendo que una persona puede tener las dos calidades, que una persona puede ser víctima y puede ser responsable al tiempo. Y son estándares mínimos que estamos empezando a entender y que yo quiero creer que la gente no está dispuesta a negociar. Es algo que la gente ya instaló en su imaginario y ya empezó a entender de alguna manera. Hace poco, en Colombia, la Corte Constitucional dejó muy claro que, a las mujeres excombatientes, sin importar su situación jurídica, sin importar si están en la

cárcel, si han cometido delitos, se les tiene que reconocer como víctimas cuando las torturan o cuando las obligan a abortar, por ejemplo. Entonces esos son avances en medio de este caos. Yo creo que es muy importante resaltarlos. Yo creo que de esa transición podemos esperar eso, que haya unos mínimos, que la gente sienta que esos derechos que ya dan por sentados, que ya asumían que son connaturales a la vida, y que cuando la gente los sienta en riesgo, va a tomarse la tarea de defenderlos. Aquí en Colombia, hemos visto en el último año unas protestas masivas como yo no las había visto nunca en mi vida y creo que, desde los años 70 más o menos, no veíamos en Colombia ese tipo de manifestaciones, aún con una pandemia de por medio. ¡Eso es fantástico! Les dije, siempre trato de ver el lado positivo. La situación aquí está muy compleja, pero me maravilló ver a un pueblo tan pasivo como el colombiano... porque la gente aquí en Colombia es muy difícil que proteste, es un pueblo, entre comillas, tranquilo. Pasan cosas terribles y la gente no hace mucho. Pero aquí, en medio de una pandemia, la gente en la calle, la gente protestando. Yo entiendo la transición no solamente como la transición de la guerra a la paz, sino también la transición de cómo la gente entiende la democracia. Y creo que, en Colombia, la gente está cambiando su percepción de cómo entiende la democracia. Y eso tiene una repercusión muy importante en cómo la gente exige que se aplique, por ejemplo, el Acuerdo de Paz. Es muy interesante eso que está pasando aquí, ver gente que antes no veíamos en las calles, sectores que eran muy apáticos, sectores que no hacían mayor pronunciamiento ahora están muy activos, como “oiga, nos están tocando los derechos más básicos que tenemos y esto no puede seguir así”. Y creo que eso ha llevado a que el gobierno no haya podido hacer muchas de las cosas que quería desde su inicio. Ya lleva dos años, faltan dos. Pero creo que esta movilización ciudadana permanente nos puede llevar a esperar, para ir un poco a la pregunta que ustedes nos hacían... creo que toda esa movilización ciudadana nos va a llevar a fijar, tanto en el derecho como en la conciencia colectiva, unos derechos mínimos innegociables. En Colombia, en esas tres entidades nuevas que existen – la Comisión de la Verdad, la Justicia Especial para la Paz y la Unidad de Búsqueda –, que nacieron hace dos, tres años más o menos, lo que podemos esperar, yo quiero creer... Danny me corregirá en su momento, si no le parece, pero creo que podemos esperar la primera cuota de la verdad de lo que nos está pasando en Colombia. Creo que es la primera vez que los colombianos y colombianas nos enfrentamos a la verdad. Siempre nos hemos dicho muchas mentiras, pero además de eso, yo creo que la verdad que estaba instalada en la conciencia colectiva era la de los responsables, de los victimarios,

porque eran ellos los que salían en los medios de comunicación hablando, porque sus voces fueron las que estaban siendo escuchadas en la Justicia, en los tribunales. Entonces creo que esta es la primera vez que se hace un ejercicio desde el Estado de escuchar a las víctimas y sacar la verdad teniendo los testimonios de las víctimas como columna vertebral del proceso de investigación. Nosotros, en Colombia, tenemos un Centro de Memoria Histórica, pero yo quiero aclarar que son dos cosas muy distintas: la memoria histórica y la búsqueda del esclarecimiento de la verdad. Son dos cosas distintas. El Centro de Memoria Histórica hizo un trabajo fantástico: tratar de dejar plasmado lo que las víctimas recuerdan, dejar plasmado ahí la memoria de las víctimas, la memoria de las personas que murieron, las historias de estas personas. De hecho, parte de mi ejercicio es recurrir a eso. Y aquí tengo un texto del Centro de Memoria que estoy revisando constantemente. Pero mi ejercicio es usar lo que hizo el Centro de Memoria como una de las múltiples fuentes que voy a usar para armar el rompecabezas o el *puzle* de la verdad. Eso es básicamente. Yo creo que podemos esperar... pueden pasar cosas muy negativas, pero teniendo un poquito la nota positiva de esto, yo creo que podemos esperar que la gente, que antes estaba muy tranquila, muy pasiva, se levante a defender derechos mínimos. Creo que, en Colombia, en los próximos dos o tres años, vamos a remover muchísimas cosas que el país consideraba enterradas. Temas, casos y situaciones que el país había decidido no hablar de ello, la Comisión los va a volver a sacar a flote. Y otra cosa muy dolorosa: es que creo que nos vamos a dar cuenta de lo profundamente gobernados que estamos por el narcotráfico en este país. Eso creo que va a pasar a partir de esto. Y otra cosa: nos vamos a confrontar... la Comisión va a tener que decir cosas que son dolorosas, como que Colombia es un país racista. Punto. Y ese racismo explica mucho de los comportamientos de los actores armados. Vamos a tener que decir al país: “somos un país homofóbico, somos un país transfóbico, somos un país misógino”. Eso va a doler. Eso a mucha gente no le va a gustar, pero tenemos que escucharlo. Porque la Comisión tiene que explicar por qué pasó todo lo que ocurrió, por qué. Y ahí vamos a encontrar que nosotros hablamos siempre de nuestra... usando un poquito de terminología religiosa, aprovechando que nuestro jefe es un padre jesuita... nosotros hablamos de “nuestra santísima trinidad: patriarcado, colonialidad y racismo”. Con esos tres términos, tú puedes explicar casi todo lo que ha pasado en la guerra colombiana, en el marco de esos tres conceptos. Y lo que podemos esperar de esa transición es que por fin nos enfrentemos a esos tres conceptos. Y que esos tres conceptos ya no se vuelvan una cosa académica, sino que la Comisión logre explicarle

a la gente cómo esas categorías de opresión, en la práctica, explican mucho de la experiencia de las víctimas. Yo dejaría ahí para no quitar mucho tiempo y también para que Danny pueda recoger y, de pronto, conversar un poquito más con ustedes.

Catalina: Bueno, vamos a escuchar ahora el punto de vista desde la experiencia brasileña de Nadine.

Nadine: Quanto tempo mais ou menos eu tenho?

Catalina: Diez minutos.

Nadine: Está bem. Difícil falar, porque ouvindo vocês e ouvindo a Danny agora... no caso da Comissão Nacional da Verdade, muitos aspectos burocráticos nos inícios dos trabalhos – não só burocráticos, mas também interesses de poder – impediram que nós tratássemos de questões elementares como a repressão aos povos indígenas, questões de gênero, violência contra a mulher. Se tinha uma ideia, e isso passa pela maneira que a história oficial do Brasil contou sobre a ditadura, muito voltada para um nicho específico de militantes políticos, a maioria jovens estudantes, vinculado a organizações partidárias ou organizações consideradas terroristas pelo governo na época. Então, oficialmente, o Estado brasileiro dizia sempre “ah, tem em torno de trezentas, quatrocentas pessoas desaparecidas”. Isso era o que se conhecia. Quando iniciaram os trabalhos da Comissão, foi muito difícil do ponto de vista interno da Comissão. E eu presenciei isso, não teve nenhuma reunião da Comissão Nacional da Verdade que eu não estava presente no primeiro ano de funcionamento. Nós tivemos uma batalha interna para que as questões de gênero, as questões indígenas e as questões de repressão no campo tivessem um espaço de igualdade em relação às investigações dos crimes cometidos na ditadura no Brasil. Vale sempre a pena a gente lembrar isso, lembrar. Primeiro, o Brasil se comporta – não apenas hoje, mas se comportou durante o período da ditadura – como um quintal dos Estados Unidos, um mini Estados Unidos na região. O Brasil exerce uma influência muito grande... a gente tem o obstáculo grande da língua, obviamente, porque nós falamos português. Isso, de certa forma, sempre coloca o Brasil de costas para a América Latina, como se a gente não tivesse relação, como se a fronteira, a língua nos impedisse. Só que não é só isso, a gente sabe que não é só isso. É o interesse geopolítico, econômico. O Brasil se sustentou em uma ditadura que durou vinte e um anos. Foi uma das maiores ditaduras do Continente, com maior tempo depois da ditadura sanguinária da Guatemala, que foram milhares de mortos. E o Brasil teve, talvez, o pior... o que se

pode falar o pior do Brasil em termos da ditadura, que nós chamamos de uma ditadura empresarial-militar, porque foi uma ditadura financiada. Essa semana, não sei se vocês viram, a Volkswagen fez um acordo com o governo... com as vítimas, os trabalhadores da Volkswagen, à época, que foram demitidos, perseguidos, perderam vários direitos... Foi muito comemorada essa decisão essa semana, mas eu tenho apenas uma ressalva em relação a ela, que a Volkswagen não quis cumprir com o pacto. Uma das coisas que estava sendo acordada pelas pessoas que estavam envolvidas no acordo era a criação de um memorial às vítimas em São Paulo e a Volkswagen não aceitou pagar. Embora eles tenham reparado, abre um precedente muito importante e eu acho que a Colômbia... vocês têm que prestar atenção nisso. É um precedente muito importante no Continente a responsabilização de uma empresa do porte da Volkswagen, essa reparação em relação à ditadura, o que nos faz ter certeza da categoria ditadura empresarial-militar, porque não existe nenhum regime de exceção que não tenha financiamento – seja financiamento de Estado ou financiamento privado. No caso brasileiro, financiamento do governo norte-americano e também dessas empresas. Mas para eu não me perder aqui na pergunta da questão de gênero e outras questões, durante o trabalho da Comissão da Verdade, teve algo no Brasil que foi diferente – eu não sei como está funcionando isso na Colômbia –, mas se espalharam várias comissões temáticas em diferentes lugares, nos Estados da Federação. Porque o Brasil é uma República Federativa, então os estados criaram suas Comissões da Verdade: a Comissão de São Paulo, a Comissão do Rio de Janeiro... Em um país com a dimensão territorial do Brasil, as violações precisavam ter uma investigação mais in loco, porque não se poderia uma Comissão só investigar tudo. A ideia era que as locais subsidiassem a nacional, essas estaduais subsidiassem a nacional. Só que não é só uma questão territorial, porque teve um silenciamento muito grande da questão dos camponeses, dos povos indígenas e da violência contra a mulher. Para vocês terem uma ideia do nível de enfrentamento interno, dentro da Comissão, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade está apartado em volumes diferentes e tem um volume do relatório que trata, especificamente, da violência de gênero e que não foi sequer assinado por todos os membros da Comissão. Para vocês verem o nível do patriarcado, o nível do machismo, o nível desse colonialismo que nos é imposto, que mesmo em um ambiente democrático, de pluralismo democrático como era a Comissão da Verdade, nem todos os membros se sentiram à vontade para assinar e colocar seu nome na parte que falava da violência de gênero. Nós tivemos muita dificuldade interna. Eu acho que o lugar que eu posso falar – e, talvez, melhor falar em

termos de experiência pessoal e vivência prática –, é a questão da repressão aos povos indígenas. Não aos povos indígenas de maneira geral – porque o Brasil, assim como o resto do Continente, vive um etnocídio há alguns séculos já, em relação à população indígena –, mas no caso específico da Guerrilha do Araguaia. Não sei o quanto vocês conhecem da Guerrilha, mas foi um caso de condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Foi um movimento político que aconteceu na década de 70, mais especificamente entre 1972 e 1975 (o ápice da Guerrilha), em uma região próxima à Amazônia, a região que a gente chama de “Bico do Papagaio”. Uma região muito rica em minério, em recursos naturais. Enfim, uma região em que, não por acaso, nós temos a Companhia Vale do Rio Doce, toda a questão de mineração. Tudo isso que está acontecendo hoje no Brasil, em relação a estar virando um grande pasto, um grande lugar do agronegócio... Essa região era muito vigiada do ponto de vista do Estado brasileiro. Quando o Partido Comunista do Brasil e alguns jovens montam essa resistência rural, essa guerrilha rural, acabam sendo sufocados, mortos, desaparecidos, torturados e tudo o que significou a ditadura. Mais de dez mil homens foram enviados para a região para dizimar essa insurgência específica. Só que, ao chegar na região, que ainda era selva... Hoje não é mais, é uma região totalmente desmatada, o único lugar que ainda existe de mata é a reserva indígena do povo Aikewara, a Reserva Suruí Sororó. Esses indígenas, que na época da Guerrilha eram quarenta pessoas mais ou menos (já sobreviventes de outras disputas de território na região), de uma hora para outra, foram surpreendidos com a chegada das Forças Armadas, a chegada de dez mil homens na região para encontrar e dizimar setenta, oitenta guerrilheiros (claro que não era só isso, porque eles foram antes para a região e começaram a ter apoio da população local). Só que se construiu uma narrativa oficial de que esses indígenas serviram as Forças Armadas e é inconcebível pensar, em termos do etnocídio praticado contra a população indígena nesse país, o que se faz em relação aos povos indígenas, que em qualquer momento da história do Brasil, algum povo indígena tenha sido subserviente a interesses por vontade própria. Nós sabemos desde a invasão portuguesa (e o que foi a América Espanhola também) como se trataram os povos originários, como se trataram a população indígena. Então, o que aconteceu? Houve toda uma historiografia oficial, não apenas do Estado, do ponto de vista do que o Estado fala dessa região, mas também dos familiares das vítimas da ditadura, dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos. Durante muito tempo, se construiu uma imagem de que esses índios do povo Aikewara – o povo indígena Suruí Sororó – cortavam as cabeças dos guerrilheiros da Guerrilha do

Araguaia e entregavam essas cabeças para o Exército. E o Exército levava essas cabeças para Belém do Pará – que, inclusive, tem a Convenção de Belém do Pará do Sistema Interamericano, que é a capital do estado do Pará, que fica no norte do Brasil. Só que, aos poucos, foi se investigando e se revelando essa história (com trabalho de antropólogos, militantes, pesquisadores) de que, na verdade, não foi isso que aconteceu. Durante décadas se demonizaram esses índios, como se eles tivessem sido contratados pelo Exército, só que eles foram obrigados, torturados. Eram em torno de quarenta índios na época. Todas as mulheres foram violentadas sexualmente. As crianças, as pessoas ficaram isoladas nessa pequena aldeia, sem acesso à alimentação, sem comida, sem poder sair para caçar. Alguns desses índios, de fato, foram usados como escudos humanos pelos soldados para entrar na selva e encontrar os guerrilheiros. Eu colhi esses depoimentos na tese. Alguns deles tinham relações de proximidade com os guerrilheiros, mas não proximidade no sentido de algum tipo de militância ou questões ideológicas. Proximidade porque eles viviam naquele habitat, se encontravam na selva, caçando, lutando pela sobrevivência. E os guerrilheiros que foram para a região estabeleceram vínculos locais, inclusive para poder sustentar a guerrilha. Durante muito tempo se demonizou esses índios, como se eles fossem os índios corta-cabeças. A história oficial do Brasil – inclusive, uma história contada por parte da esquerda, por parte de pessoas militantes de esquerda – colocou esses índios em uma situação de apoio ao Exército. O que a gente conseguiu demonstrar na pesquisa... Não só eu: a antropóloga Lara Ferraz, que é responsável por ter demarcado a área; Orlando Calheiros, que é um outro pesquisador, professor da PUC; e já tem várias teses, publicações sobre isso... nessa narrativa de “a corda arrebenta do lado mais fraco”, temos que ver essa perspectiva para os índios. No caso do Araguaia, especificamente... O que me chamou muito a atenção na tese, na pesquisa que eu fiz e que eu usei a categoria comando de esquecimento para descrever isso, porque nós somos forçados a essa amnésia: não nos é permitido lembrar, não nos é permitido registrar, não nos é permitido recordar. Os registros, as memórias que existem e as lembranças que persistem são aquelas peneiradas e escolhidas por quem está no poder. No caso do povo Aikewara, não fosse a resistência deles (e eles resistiram a isso), eles teriam sido dizimados pelo Exército. O curioso, o triste e, talvez, o pior que eu posso falar agora para vocês... Eu acho que foi a Danny que começou falando dos aspectos positivos. Eu vou falar uma coisa que não é positiva. É uma coisa muito negativa, o professor Leonel sabe disso. Os três índios que foram usados na linha de frente pelo Exército para encontrar os guerrilheiros e que ficaram na mata

passando fome, passando frio, sendo torturados – eu tive a possibilidade de entrevistá-los na minha tese – e eram as principais lideranças políticas da aldeia (hoje, o povo Aikewara são mais de quinhentas pessoas; eles conseguiram, nesses últimos cinquenta anos, passar de quarenta pessoas na aldeia para mais de quinhentas), os três soldados, que eram as testemunhas vivas da Guerrilha do Araguaia, morreram de COVID-19 em maio desse ano. Isso é muito trágico. Agora, à Colômbia: você estar enfrentando um trabalho de busca da verdade, no meio de uma pandemia, quando nós sabemos que as vozes que serão caladas e silenciadas mais uma vez na história do nosso Continente são as vozes negras, são as vozes indígenas, são as vozes das mulheres... são aqueles que, sistematicamente, não tem voz. São aquelas pessoas que o Estado as faz desaparecer e porque a existência delas não importa. Então, se o que nós estamos vivendo no Brasil hoje – já estou aqui desviando um pouco o foco –, mas o que os estudos apontam, em termos da ciência, em relação ao coronavírus, é que as pessoas negras, os indígenas e, obviamente, as pessoas pobres (porque a gente nunca pode esquecer a questão de classe que tem por trás disso) são as pessoas mais vulneráveis à pandemia. São essas pessoas que vão desaparecer. A morte de uma pessoa, a morte de um indivíduo, nesse caso, no meio de uma tragédia como essa que nós estamos vivendo, é a morte coletiva de um país. É a morte coletiva de um Continente. Nas nossas pesquisas, nos nossos trabalhos acadêmicos, nós temos que ter o cuidado e a capacidade – eu saldo aqui o Leonel, o grupo de pesquisa – de registrar isso que está acontecendo. Registrar à exaustão. Se não for para a gente publicar nas redes sociais nesse momento, sabendo o mau uso que está se fazendo das redes sociais e da própria internet, que a gente registre da maneira que melhor for, seja em nossos cadernos de anotações, seja à mão, seja escrevendo a lápis, à caneta. Não importa como. Nós precisamos registrar isso que está acontecendo, porque as futuras gerações vão nos cobrar a ausência de registros e a ausência de enfrentamento de todos os governos no Brasil, sem exceção. Acabou a ditadura no Brasil, formalmente, em 1985. De 1985 até hoje, nenhum governo, no Brasil, teve coragem de enfrentar as Forças Armadas. Nós estamos sendo governados hoje pelas Forças Armadas. É inimaginável a quantidade de pessoas das Forças Armadas que compõe o alto escalão do governo Bolsonaro nesse momento. É uma espiral de violência estatal e de comando de esquecimento que nos faz esquecer. Não desistam. Não desistam de investigar a violência de gênero, a violência contra a população indígena, porque isso é um reflexo estrutural de como se movimentam esses regimes de opressão. Não por acaso o Brasil foi o professor da Operação Condor e foi quem mais ajudou os outros

países do Continente a implementar suas ditaduras. A escola que o Brasil fez é a mesma escola que o Brasil está fazendo hoje no Continente. Nós temos o dever histórico, o dever acadêmico, o dever de pesquisadores de impedir isso. E, por fim, falar uma coisa importante do povo indígena Aikewara – inclusive, o Leonel me chamou a atenção disso durante a defesa, eu queria retomar isso aqui. É muito difícil fazer pesquisa. É muito difícil entrar em um lugar como pesquisador, como um integrante de uma Comissão da Verdade ou como uma figura do Estado, porque essas pessoas não acreditam mais no Estado, não acreditam mais na pesquisa, não acreditam mais que alguém que chega ali para colher informação vai dar algum retorno. Então, nós temos o dever e a obrigação de dar esse retorno do ponto de vista político, mas também ideológico, do ponto de vista de posicionamento na sociedade em que a gente está. Eu acho que qualquer pesquisa sobre Comissão da Verdade, sobre investigação de graves violações de direitos humanos tem que ter como premissa investigar as mortes cometidas contra os povos tradicionais, os quilombolas, a população negra, a periferia, as pessoas pobres, porque é aí que o Estado age para continuar nos impondo esse comando de esquecimento. Eu acho que consegui falar um pouco e estou à disposição. Obrigada.

Catalina: Gracias, Nadine. Bueno, continuamos en el orden que vamos. Sigue Danny. Un saludo a Luciana, muchas gracias por haber podido conectarte finalmente con nosotros. Estamos siguiendo el orden alfabético, pero intercalando los países. Entonces ahora viene Danny, por Colombia, dándonos su punto de vista sobre la primera cuestión que planteamos que es: qué se puede esperar de una transición política frente a las formas históricas de discriminación y opresión. Después de Danny, te escuchamos a ti, Luciana, sobre ese primer tema. Danny, adelante.

Danny: Muchas gracias. Bienvenida, Luciana. El punto es: ¿qué podemos esperar en esta transición? Quiero poner en contexto algunas cosas que me parecen complejas. Uno: el contexto político del país y en manos de quién está plasmar esa transición tanto política como de la paz. Ustedes saben que los países latinos están en este momento bajo unos gobiernos de extrema derecha, si los podemos llamar así, que los temas que movilizan la transición a una sociedad mucho más incluyente, de derrocar ciertos sistemas en esta triada que hablaba Alejandra del racismo, del patriarcado y del colonialismo, pues no está en el interés de ellos poderlos materializar, transformar. Y en manos de ellos está también, hoy, materializar una transición en Colombia. Segundo aspecto importante es que, actualmente en Colombia, estamos materializando

una transición para la paz en medio del conflicto armado que, por noticias que les han llegado a ustedes, ni la pandemia lo ha podido detener. Entonces es un poco compleja la situación. Dicho esto, soy menos optimista que Alejandra, de lo que realmente podamos hacer para que realmente esta transición tenga una transformación positiva. Se esperaría que una sociedad que aspira a ello sea un poco más inclusiva, que respete esas diversidades y que sea una sociedad que le apueste a una garantía de derechos, independientemente de las condiciones de sexo, clase, género y pertenencia étnico-racial. Pero con estos antecedentes, lo veo un poco complejo. Eso en los términos de quién tiene que administrar. La otra parte de la transición está en la sociedad, ¿no?, en cómo una sociedad se moviliza para que eso se pueda dar. Coincido con Alejandra que, en Colombia, hemos tenido una movilización social que nos permite tener una esperanza, que nos genera como cierta emoción de que esta sociedad colombiana se está pensando de una manera distinta. Sin embargo, hay una cultura política, en nuestro país, muy manipulable. Y estamos en un contexto político, actualmente, más partidista que uno que mire las necesidades que tienen un país. En Colombia, al igual que Brasil, en este momento, todo lo volvemos una contienda política de la derecha o de la izquierda. Ejemplo: en Colombia, el asesinato hoy de los líderes sociales que, de entrada, es un hecho que genera repudio para todos. En los últimos meses, ustedes vieron masacres que se dieron, principalmente de jóvenes, y en Colombia se convirtió en un debate, porque un gobierno anterior dijo que eran asesinatos colectivos, entonces a este le convenía usar el término “asesinatos colectivos” y desdibujan el concepto de masacres reconocido por organismos internacionales y que la sociedad y que todo el mundo sabe qué es una masacre. Entonces empezamos a volver muy partidistas las dinámicas sociales del país. Como sociedad, caemos en esa manipulación mediática y empezamos a confrontarnos. No vemos el fondo, sino la forma. No vemos el problema, sino quién expresa el problema. Entonces, si esa transición está en manos de una sociedad o, por lo menos, la sociedad más audible – de pronto, para quienes tenemos acceso a ciertos medios de comunicación y demás –, si tiene esa manipulación, es complejo. Porque, de acuerdo también a lo que decía Alejandra, un hito importante en Colombia fue que, cuando llevamos al voto popular la aprobación del Acuerdo de Paz, la gran mayoría – a pesar de que hubo un “no” que fue el mayoritario – de los territorios donde más ha habido conflicto dijeron que “sí” y están firmes aún con la apuesta de la paz. Pero esos pocos que están en las ciudades dijeron que no, porque lo hicieron a partir de sus privilegios. Entonces con esa premisa es que se moviliza, hoy, la materialización de la justicia

transicional. Entonces yo creo que hay una tensión entre quién materializa y la sociedad que puede movilizar y generar esos cambios. Ahora bien, en el aspecto de las instituciones o de la arquitectura institucional para materializar la paz, creo que aborda de una manera muy integral todos estos conceptos de la diversidad y de la garantía de derechos. Como bien está expreso en el decreto 588⁵, es la primera Comisión de la Verdad que, de frente, desde su creación, se va con los temas de género y la población LGTBI. Tiene que garantizarlos. Y que eso se pusiera ahí y que se reconociera el papel protagónico de las mujeres en la construcción de paz y también las dimensiones que el conflicto armado ha generado sobre los cuerpos es algo que no tiene precedentes. Y quedó tanto en la Comisión de la Verdad como en la Justicia Especial para la Paz y también en la Unidad de Búsqueda para personas desaparecidas y los mecanismos [de reparación] también tienen ese enfoque. Y a partir de ahí... que fue como lo obligatorio, ¿cierto?, cuando se crean a partir de decretos. Pero ya cuando tienen que crearse, y en esa explicación que Alejandra nos hizo, que cada una de estas instituciones podía dar su propio marco y que las instituciones acojan y visibilicen las afectaciones que han vivido los pueblos étnicos, eso es importante. Que visibilicen lo que han vivido otras personas vulnerables en el marco del conflicto armado como los niños, las niñas, las personas con discapacidad, eso es loable y dice de unas instituciones que le apuestan a esa transformación. Pero que, incluso así, hemos visto la complejidad de poder llevar eso adelante, porque otra vez opera este dispositivo cultural que no nos permite ver el panorama completo de la garantía de derechos, sino que otra vez empezamos a polarizarnos y ponernos cada quien desde su cajita del privilegio para mirar si eso que están diciendo las mujeres realmente es o no, eso que dicen los indígenas, los negros, ¿será que sí? ¿será que no? Es como si un derecho estuviera por encima del otro. Y lo dicen las feministas afroamericanas, ningún derecho está por encima del otro, pero garantizarlos todos es bien complejo. Entonces nosotros estamos en esas complejidades de la sociedad colombiana que, creo, no nos dan un camino tan pronto para materializar esas transformaciones que necesitamos para darlo. Ahí consideraría yo que tenemos algunos retos como sociedad, unos retos institucionales y unos retos en temas político-partidistas, y es realmente comprometernos con una cultura social del cambio positivo que requiere un país de más de sesenta años de

⁵ Nota de los organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): Alejandra Coll refiere el Decreto 588 de 5 de abril de 2017, por el cual se organiza la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición. El texto integral del mencionado decreto puede consultarse en: <https://comisiondelaverdad.co/images/decreto-588-de-2017-comision-verdad-mandato-funciones.pdf>.

conflicto. Que haya una apropiación social frente a la diferencia y no lo veamos solamente como que “Danny Ramirez, que defiende los derechos de la gente negra, solamente se concentre en la gente negra y desconozca los derechos que moviliza Alejandra desde el campo de las mujeres”, sino cómo vamos haciendo una amalgama de esos derechos, tanto de la gente negra como las mujeres, como las personas con discapacidad. Pero, a una sociedad latinoamericana que tiene más de quinientos años de excluir a esos cuerpos minoritarios no le podemos pedir que, en un corto tiempo, genere esa transformación. Creo que algo importante que hemos logrado es visibilizar y que haya voces dentro de esas instituciones, dentro de la academia, dentro de la sociedad, que, por lo menos, alcemos la bandera y alcemos la voz y permeemos otros sectores. Ya que, en cada campo investigativo, institucional, por lo menos se hable del enfoque diferencial, se hable del enfoque de género, podríamos pensar que es una ganancia. Pero la materialidad de esos enfoques creo que está todavía enredada. Ya para cerrar, y los aspectos centrales de la pregunta, frente a eso de qué se podría esperar de la transición política en un contexto como el colombiano, creo que es una espera que requiere un poco de tiempo, una espera que requiere paciencia. Una espera que no sé si algunas de nosotras alcanzamos a ver esas transformaciones reales, y hoy el contexto del país nos lo está diciendo. Nos explicaba Alejandra muy bien cómo las discusiones frente al derecho al aborto tienen esas complejidades políticas. Estamos viendo hoy, a pesar de una pandemia, cómo se están asesinando a los líderes y las lideresas en el territorio, cómo los jóvenes pierden cada vez la esperanza de poder apostarle a esa voz política, porque se les está mandando un mensaje: “si usted se moviliza, puede ser asesinado”. Creo que hay unos mensajes un poco bifurcados, dicotómicos hoy en el país. Si bien hay una parte de la sociedad que aspira a transformar y que está hoy dentro de las instituciones, acompañando a Alejandra, a mí, los comisionados, los líderes sociales, las lideresas sociales, la gente de la diversidad del territorio que ha sido afectada por el conflicto armado, hay una gran población también indiferente y que le interesa sostener esa hegemonía a partir de las condiciones de clase, de género, de las pertenencias étnico-raciales que les ha permitido sostener sus privilegios y que no están dispuestos a negociarlos. Y que para eso, el dispositivo más efectivo que han usado, es la guerra.

Catalina: Bien, Danny. Muchas gracias. Luciana, queremos escucharte ahora. Te pediríamos que hagas una presentación inicial de quién eres tú, algo muy breve, muy puntual, pero relevante de tu trayectoria, desde el lugar de enunciación desde el cual

nos hablas esta noche y que pases entonces a dar tu punto de vista sobre la cuestión de qué podemos esperar de una transición política frente a las formas históricas de discriminación y opresión.

Luciana: Gracias. Boa noite. Buenas noches. Obrigada pelo convite. Queria agradecer à Cristiana Veras e ao Joaquim Leonel que me convidaram para estar aqui. Saudar Nadine, saudar a todos e todas que estão aqui hoje para esse encontro. Pedir desculpas também, mas hoje é dia de luta pela legalização do aborto, então foram várias atividades ao mesmo tempo e eu participei de uma atividade que atrasou mais. Bom, eu sou Luciana Boiteux. Sou professora de Direito Penal e Criminologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, tenho atuado mais em temas referentes à questão do Sistema de Justiça, as questões de gênero no Sistema de Justiça, em especial encarceramento e política de drogas. Tenho feito um debate, também latino-americano, nos últimos quase dez anos sobre essa questão da política de drogas no Continente, as diferenças e as semelhanças. Agradeço essa oportunidade para a gente estar aqui falando nessa perspectiva do nosso Continente nesse tema da Justiça de Transição. Eu estive com a Nadine em um dos grupos de pesquisa que apoiou a elaboração do relatório da Comissão Estadual da Verdade aqui no Rio e, nessa condição, a gente acompanhou de perto também os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Imagino que a Nadine já tenha falado bastante sobre isso, mas acho que eu iniciaria colocando a questão de, ainda que com muito atraso, como foi importante para o Brasil ter passado por esse processo, ainda que tão tardio. Talvez por ter sido tão tardio, a gente ainda traz na nossa estrutura social marcas tão fortes do passado autoritário, das violências. Em especial, nesse campo de pesquisa, meu grupo focou na questão do Poder Judiciário, da atuação do Poder Judiciário na ditadura e, um pouco, trazendo isso para o presente, o que a gente chama de permanências autoritárias. Ou seja, como o não funcionamento dessa transição para a democracia impacta a questão dos direitos humanos. Eu tenho que revisitar meu relatório hoje pois muito do que a gente falou está acontecendo de alguma forma, porque a eleição de Jair Bolsonaro aqui no Brasil de fato representa, vamos dizer, o ápice de um processo que a gente já alertava naquela época. No caso, a gente trouxe um estudo, em especial, sobre a participação e a convivência do Poder Judiciário em ditaduras. A gente fez uma comparação com algumas ditaduras da América Latina, mas entendendo que, no Brasil, a repressão não prescindiu de uma participação bem representativa da Magistratura, da Justiça Militar... A gente buscou entender que o regime então

instaurado tinha essa grande utilização do Poder Judiciário, em especial ampliando a Justiça Militar. Se a gente for trazer para o cotidiano hoje nas permanências autoritárias, temos ainda o Poder Judiciário extremamente conservador, extremamente conivente com violações de direitos, embora, e talvez isso seja contraditório, a gente projeta enquanto espaço de luta e resistência o Poder Judiciário como espaço ainda para debater ou reivindicar direitos humanos, em especial os direitos das minorias que, na verdade, são majorias sociais. É essa a contradição que a gente vive no Brasil. Nós temos juízes absolutamente comprometidos com a Ordem, uma minoria absoluta da Justiça é comprometida com direitos humanos, mas ainda apostamos no Poder Judiciário para essas reivindicações de efetivação de direitos humanos, embora a gente saiba que o Poder Judiciário raramente entrega o que a gente espera. No caso da pesquisa e fazendo uma transição para o tema hoje, a gente procurou investigar, o que foi meu ponto mais específico, a questão da Justiça Militar – a Justiça Militar como um dos pontos essenciais por meta-análise de processos e julgamentos de presos políticos. O que caracterizou aquela época, a gente verifica que foi uma ampliação do papel da Justiça Militar nesses procedimentos contra presos políticos. Hoje, o que a gente tem visto também, infelizmente, é ainda essa permanência e ampliação da Justiça Militar. Pensando nas violências do presente que afetam o Brasil, eu destacaria (ainda como uma permanência autoritária, para fazer essa ponte) justamente a violência policial – em especial, da Polícia Militar, dessa militarização da segurança pública. E como hoje, ainda, a gente reflete essa realidade a partir da constatação da reprodução de uma atuação absolutamente autoritária direcionada às minorias. O que nós chamamos aqui no Brasil de genocídio (em especial, da população negra, jovem, moradora de favelas e de periferias) é essa verdadeira autorização para matar que a estrutura social de alguma forma tolera e que a polícia executa. A gente também pode observar como a Justiça brasileira ainda tolera hoje esse tipo de prática da polícia... Tem muitas questões que conectam esses dois momentos históricos. Certamente, a não realização de uma Justiça de Transição completa no Brasil, em especial na alteração do papel das Forças Armadas e das Polícias Militares como uma permanência autoritária, traz ainda, para nós, desafios muito fortes. E vai para além da própria responsabilização penal por ditadores, por violadores de direitos humanos. Isso também é um outro elemento. Mas a gente traz aqui essa questão mesmo das violências contra a população negra, que é a maioria da população brasileira – é um destaque importante que talvez diferencie o caso do Brasil de outros países. No Brasil, a maioria da população é de negros e pardos. E essa população não só não recebe

ou não é destinatária de políticas públicas como também é alvo dessa atuação que a gente chama de genocídio justamente para situar nos marcos de um crime de Estado. Mas eu acho e eu traria também aqui para a discussão os elementos de gênero que nos despertam atenção: tivemos, no caso da ditadura militar, dos julgamentos da Justiça Militar, um cenário político no qual muitas mulheres estavam atuantes nessa resistência à ditadura militar até a década de 80 aqui no Brasil; e como os julgamentos também que envolviam mulheres tinham uma outra lógica – em especial, a violência sexual como uma prática de uma violência de Estado. Eu penso também, fazendo uma ponte para o que nós estamos vendo hoje: nós temos uma grande permanência de uma violência de gênero absolutamente estrutural e que ganha conotações diferentes do que tinha aquela época, mas pensando no papel de uma Justiça de Transição, no papel de um processo de transição, pensando o que é o Brasil de hoje – um Brasil colonial, violento, com uma roupagem um pouco mais democrática, mas sem ter vivenciado uma democracia concreta para a maioria da população, que não tem acesso a políticas públicas, mas sofre uma violência direta de Estado e que o Poder Judiciário também não enfrentou. Só para vocês terem uma ideia, recentemente – não dá para falar aqui, isso é um outro debate – nós tivemos uma ampliação da Justiça Militar nesse último período. A gente tentou reduzir um pouco pós-ditadura militar. Houve, a partir de 1965 uma ampliação do papel da Justiça Militar para julgar civis e com o final da ditadura isso retornou. Nós tivemos essa situação também com o governo Temer, não à toa o golpe de 2016 foi contra uma mulher de esquerda, eleita presidenta do Brasil. E a gente tem essa ampliação do papel da ditadura militar. Então, de fato, a nossa pesquisa precisaria ser revisitada. Nadine, depois a gente tem que dialogar sobre isso, muita coisa está acontecendo que a gente apontava e, justamente, a ausência de uma Justiça de Transição, a ausência de um aprofundamento, de uma reflexão sobre a permanência das estruturas daquele momento histórico e como que o autoritarismo caracteriza o Brasil mesmo em uma democracia. E aí, falando também de violência contra as mulheres, nós estamos vivenciando no Brasil, hoje, por exemplo, um fundamentalismo religioso que quer, inclusive, recuar nas hipóteses de aborto legal no caso de mulheres vítimas de estupro, uma das poucas hipóteses que estão autorizadas em lei. Isso como uma política mesmo de governo. Eu diria, quiçá, de Estado, porque se o Poder Judiciário não tomar uma atitude... a gente está indo ao Poder Judiciário para tentar verificar isso, para tentar ter alguma demanda. Finalizando um pouco, depois dessas provocações: o que esperar de transições políticas sobre formas históricas de dominação? No Brasil, as próprias formas de dominação

impediram uma transição política para a democracia, porque aquela estrutura era tão forte que nos bloquearam no meio do caminho e nunca houve vontade política de fazer um verdadeiro processo. É como se o que fosse autorizado é apenas um formato um pouco mais democrático e com eleições diretas. E aí, também, eu acho que isso é um outro elemento: aqui no Brasil, normalmente, a gente caracteriza democracia por eleições diretas para os cargos. O que a gente está vivendo no Brasil hoje é o outro lado da moeda. O fato de termos eleições regulares, democráticas entre aspas, não nos garante uma democracia real, porque essa mesma população – que é excluída, que é alvo ou, no caso das mulheres, que também não tem seus direitos reconhecidos – sequer ocupa um espaço no poder. O Brasil é um dos países com menor percentual, por exemplo, de participação de mulheres, negros e negras nos espaços de poder. E quando essas mulheres ousam querer se candidatar, ocuparem um cargo, você tem a violência das milícias – que essa violência que executou a nossa companheira Marielle Franco, por exemplo, que é o caso de um crime que até hoje não foi investigado, que envolve milícia, envolve polícia. Então todos esses acontecimentos, no Brasil, a gente não tem uma Justiça que efetivamente investiga. Não querendo acreditar, projetar na Justiça algo que ela não foi feita para fazer, mas o mínimo de uma burocracia judicial que cumprisse um mínimo do seu papel de investigar. O que nos espera nesse cenário é muito grave e eu ando falando (não sei se Nadine falou sobre isso) que quando passar esse governo Bolsonaro, a gente vai ter que fazer uma Comissão da Verdade – em especial, em relação à pandemia. O que essa pandemia está nos trazendo, aqui no Brasil, é que as pessoas que já morriam, que tinham autorização, estão morrendo cada vez mais; é operação policial na favela; é uma ameaça aos direitos das mulheres, porque aumentou a violência doméstica, a questão dos estupros. E a gente não consegue fazer essa transição, porque as estruturas estão blindadas. São estruturas extremamente violentas, justamente para garantir a desigualdade. Ou seja, é a violência como um mecanismo de controle social sobre a pobreza, inclusive com mecanismos penais, sobre encarceramento (que é outro tema que eu estudo). Tudo isso com uma lógica de “vamos mudar para que tudo permaneça como está”. É um pouco como eu vejo, a gente muda, mas não transita; a gente muda, mas não altera as estruturas. E aí o papel das transições políticas que, no Brasil, sempre foram acordadas, sempre com muitos acordos, sem muitos conflitos – eu acho que isso também é um dos reflexos desse processo. Os donos do poder estão sempre lá, eles só mudam um pouco e duram pouco, porque também nós temos hoje essas ameaças contra os governos que tiveram algum tipo

de impacto em mudanças sociais, que também foram retirados rapidamente com autoritarismo reforçado. Enfim, não sei se eu cheguei de paraquedas e falei muito fora do que vocês estavam falando, mas fica aqui a minha contribuição. Vou continuar escutando vocês. Obrigada.

Catalina: Muchas gracias, Luciana. Las quiero invitar a que pasemos al siguiente bloque. Algunas de ustedes, en sus respuestas, ya dieron algunos adelantos sobre el papel de las Comisiones de la Verdad que es el segundo bloque temático. Creo que era muy difícil dejar de hablar de las Comisiones de la Verdad al responder la primera pregunta. Pero la segunda es un poco más específica, queremos preguntarnos sobre si las Comisiones de la Verdad pueden ser pensadas como mecanismos catalizadores de transformaciones sociales más generales. Las invito a que puntualicen si podrían ser pensadas o no las Comisiones de la Verdad de esa manera. Claro, en el caso brasileño es una mirada retrospectiva de una Comisión de la Verdad que ya culminó su mandato, pero quedan preguntas ahora sobre si la Comisión de la Verdad brasileña tuvo o no ese potencial o si aún podría esperarse que lo tenga a partir de las recomendaciones que emitió. Y Colombia, con una Comisión de la Verdad que está todavía ejecutando su tarea. Les voy a pedir que seamos bien breves en las respuestas, que cada una hable máximo cinco minutos para que no perdamos la oportunidad de plantear preguntas entre ustedes: las brasileñas a las colombianas y las colombianas a las brasileñas – si es que surge alguna pregunta que quieran formularse entre sí. Vamos con Alejandra ahora.

Alejandra: De nuevo, me disculpo por no poder hablar en portugués. Luciana, ¡lo siento muchísimo! Si no me entiendes, me puedes decir pedir que hable un poco más despacio. Yo voy a ser muy breve, muy cortita, porque yo creo que la respuesta de esto depende. Yo sé que siempre, los abogados, respondemos igual a todo y decimos “depende de la situación, depende del contexto”. Yo les voy a hablar del caso colombiano y creo que la respuesta va a ser no: no creo que la Comisión sola, solita, vaya a ser catalizadora de grandes cambios sociales. Porque además no creo que eso se le pueda cargar a una entidad con un mandato que ya es muy grande. No sé si ustedes saben, pero la Comisión de la Verdad aquí en Colombia tiene cuatro mandatos enormes: esclarecer la verdad, que ya es suficientemente grande en una guerra que sigue todavía activa y lleva más de sesenta años; el segundo es promover el reconocimiento de los responsables – que los responsables hablen de lo que hicieron, reconozcan su participación; el tercero tiene que ver con promover la convivencia; y

el cuarto, buscar la no repetición. O sea, estamos ahí en cuatro grandes tareas, muy grandes, que, si se hacen bien, pueden motivar eventuales cambios sociales en el futuro, pero no ahora mismo. Creo que, en nuestra experiencia latina – no sé cómo habrá sido en Brasil, pero en casi todos los países de Latinoamérica –, las Comisiones de la Verdad se vuelven fundamentales años después. Nacen reflexiones mucho tiempo después. Pensemos, por ejemplo, en la experiencia de Guatemala: su Comisión de la Verdad tiene más de veinte años y solo hasta ahorita se está empezando a discutir algunas reformas estructurales necesarias recomendadas por el informe hace más de veinte años. Entonces yo creo que, en el corto plazo, las Comisiones de la Verdad generan un poco de discusión, generan, a veces, incluso, más disputa, cuando hay contextos polarizados como el de Colombia y como el que vivimos en buena parte de los países en Latinoamérica. Pero yo quiero creer – vuelvo a insistir que siempre quiero ver el lado positivo – que en el futuro cercano (unos cinco, diez años) habrá un análisis detallado de esas recomendaciones, de esas verdades que podrán aflorar. Así que podrán formular algunos de esos cambios en esas transformaciones sociales que necesitamos. Eso tiene que venir acompañado de una voluntad profunda de la sociedad civil. Les voy a confesar aquí, en confianza, un miedo profundo que tengo, y es que hagamos un informe de la verdad muy bonito que se quede en las bibliotecas y que nadie lo lea, que nadie lo revise. Ese tipo de informes no transforman, no generan y por eso en la Comisión de la Verdad colombiana estamos buscando crear otros medios para poder decir esas verdades, sobre todo usando multimedia. Ustedes se van a reír un poco con esto que les voy a contar, pero hemos pensado incluso en hacer series, cosas que se puedan pasar por Netflix, qué sé yo... cosas que la gente pueda ver y no solo leer en un informe grande que se quede en la biblioteca. Yo también tengo que decir que las transformaciones sociales son un proceso muy ligado al cambio social. Y el cambio social, para mí, es un conjunto de factores que confluyen, es como una pequeña tormenta perfecta. Y creo que las Comisiones de la Verdad son solo uno de los factores de esa tormenta perfecta. Es decir, una Comisión de la Verdad sola no logra cambios sociales. Nunca. Hay que hacer una pequeña tormenta perfecta con otros factores como movilización social, como cambios en las estructuras de poder, como empezar a cuestionarnos algunos comportamientos normalizados en la sociedad para poder hablar de unas transformaciones profundas del cambio social, de todo eso. Creo que en Latinoamérica nos falta bastante. Estamos en un proceso muy... al contrario, estamos intentando echar para atrás esos derechos que ya veníamos adquiriendo. Pero siento que, tarea de la entidad como en la que

Danny y yo trabajamos, es dejar sembrada una semilla. Ese árbol se va a demorar en crecer. Se va a demorar, pero ahí está sembrado y, en algún momento, va a dar sombra. En algún momento, va a dar frutos y alguien va a poder comerlos. Quizás, como decía Danny, no alcanzamos a ser nosotras, pero sí es muy importante tener esas discusiones. Y creo que el principal papel de las Comisiones de la Verdad es que cuestionan a las sociedades. Las cuestionan y las hacen preguntarse “¿cómo participé yo para que esto siguiera pasando?” o “¿qué fue lo que yo dejé de hacer?”. Porque la gente tiende a pensar que la guerra es algo de otros, como de los que tienen un uniforme allá, lejos. Pero no se dan cuenta que “yo, con la forma en la que voto, con la forma en la que me comporto, con la forma en la que comunico, con la forma en la que apoyo a ciertos sectores políticos, quizás también apoyé la guerra”. Y eso va a ser durísimo cuando lo digamos aquí en Colombia. Miren, aquí en nuestro país, la guerra se nos instaló en la vida, en el cuerpo, la gente la normalizó totalmente. Nos pasa un poco lo que le pasa a la gente en California con los terremotos: ellos, cuando tiemblan, es simplemente como “está temblando” y se voltean y siguen durmiendo. Aquí en Colombia nos pasó eso con la guerra. “Ah, ¿cuánta gente murió?” “Murieron cinco, murieron diez, no importa”. Como que te empieza a conmoverte solamente si es un número gigante de personas. Yo creo que lo que sí puede empezar a hacer la Comisión, es decir: “oigan, tenemos que despertarnos, miren lo que nos ha estado pasando”. Yo cierro diciendo que una comisionada de la Verdad, que dolorosamente falleció por cuenta del COVID-19 el 7 de agosto... justamente una de las cosas que ella más se preguntaba y nos insistía mucho era: “tenemos que averiguar a qué hora nos volvimos así, como país, a qué horas nos convertimos en esta sociedad anestesiada por la guerra e indolente”. Es eso lo que yo quería decir.

Catalina: Gracias, Alejandra. Nadine. Disculpen, el orden sería Luciana en realidad, con el orden alfabético.

Luciana: Pode ser a Nadine, porque aí já circula mais, eu escuto mais um pouco. Acabei de chegar.

Catalina: Está bien.

Nadine: Então, vou dividir um pouco com vocês aqui a resposta do que esperar das Comissões também a partir da minha tese. Acho que uma coisa que eu trago de experiência, de ter atuado na Comissão da Verdade é que nós ouvimos, em uma perspectiva do que a gente espera, pessoas que ficaram caladas quarenta, cinquenta

anos. Muitas das pessoas que prestaram testemunho na Comissão da Verdade eram pessoas que não falavam sobre o que aconteceu com elas. Algumas falavam, que eram os familiares, os militantes das pessoas. Mas algumas pessoas ficaram silenciadas durante todo esse período. Algumas delas moram aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, uma em um bairro da cidade e outra em outro bairro e faziam parte da mesma organização política na época, foram afastadas pela ditadura, ficaram quarenta anos sem se encontrar e voltaram a se encontrar durante os trabalhos da Comissão da Verdade. Essas pessoas foram se encontrar, identificaram os espaços de torturas, conseguiram ter voz para falar sobre o que aconteceu com elas cinquenta anos depois. Então o que a gente fez vai fazer diferença. Fez diferença para essas pessoas e vai fazer diferença para gerações futuras. Uma coisa que eu queria falar é que talvez o maior obstáculo quando o Estado brasileiro e outros Estados do Continente, nós sabemos disso, dizem que não existem arquivos, não existem provas, foi tudo destruído, foi tudo apagado. Por mais que eles aleguem a destruição dos documentos oficiais, tem uma coisa que é intransponível para qualquer Estado e que não tem como defender, independente do decurso do tempo, que é a memória das pessoas, a imprescritibilidade da nossa memória, das nossas lembranças. E é sobre essa memória que se dá esse processo singular e coletivo de justiça que a gente precisa lutar. Nós, hoje, estamos vivendo um momento irrefutável de retrocesso. A gente fala, em Direito, no princípio da vedação do retrocesso, a gente está no princípio da não vedação do retrocesso, porque parece que se institucionalizou o retrocesso, as evidências de recrudescimento dessa política, principalmente aqui no Brasil, com uma política de segurança com uma retaguarda militar – as Forças Armadas estão governando o Brasil hoje – somado ao poder perpendicular. Eu gosto de usar essa expressão – Luciana, vamos falar isso: o poder perpendicular das milícias, porque atravessa o Estado, eles estão dentro do Estado. Não é paralelo, eles estão dentro do poder central do país hoje. E nós estamos vivendo uma parcela da população que se facistiza, estamos vivendo cada dia mais com essas práticas negacionistas nos regimes democráticos. Então o legado da Comissão Nacional da Verdade, das Comissões Estaduais da Verdade, enfim, de todo esse processo, em termos de registro e memória histórica desse período investigado e sistematizado, o principal legado que nós temos são as recomendações – e que essas recomendações (eu espero isso, eu sei que a Luciana também espera, todos nós que trabalhamos nesse processo esperamos) em algum momento da nossa história, sejam entendidas como orientações para um programa de ações de políticas públicas para a gente enfrentar

esse comando de esquecimento promovido por essa elite militar, empresarial, jurídica e política do nosso país. Recuperar essa humanidade de uma população que foi privada da verdade, como a Danny falou antes, uma população que foi privada. Nós não podemos nos deixar ser absorvidos pelo medo. Eu acho que é isso que tem que nos mover. Não ser absorvido pelo medo pode nos dar pistas do porquê que esses desaparecimentos não são problemas do passado. Nós precisamos perseguir a justiça – essa justiça que é a que nós almejamos – sem transformá-la em um ato de vingança política também para não nos igualar com essa direita fascista. Porque, senão, a gente vai acabar justificando o que eu vivi na própria pele, quando estava na Comissão Nacional da Verdade, que era a leitura de que as vítimas não deviam estar dentro da Comissão da Verdade porque senão iam ideologizar a Comissão da Verdade. Para finalizar aqui, não sei se a gente volta a falar depois, eu acho que essa perene e persistente política de esquecimento, genocida do Estado hoje, que colocou o Brasil nessa situação... E a Alejandra acabou de falar sobre quando o número de mortos não faz diferença... Nós ultrapassamos cento e quarenta mil mortes. A ditadura da Argentina matou, desapareceu com trinta mil pessoas durante sete anos de ditadura. Em seis meses, o Brasil, o governo deixou morrer cento e quarenta mil pessoas. Nós não estamos preparados, infelizmente, porque não nos foi permitido aprender a se preparar. Nós não fomos educados para registrar, para ter memória. É urgente que a gente se prepare para isso, porque a gente não pode deixar. A gente precisa evitar que a memória e as histórias das vidas, as vivências se percam... Tem um site que traz depoimentos das pessoas mortas por COVID... Nós temos que evitar que as histórias dessas pessoas que morreram sejam violentamente apagadas como foram as histórias das pessoas que resistiram à ditadura e que morreram no período democrático como a nossa querida Marielle Franco (bem lembrado aqui pela Luciana). A gente precisa acreditar em um futuro melhor. Nós estamos aqui hoje porque muitas gerações nos antecederam, milhares de centenas de mulheres, de trabalhadoras, de indígenas, de pessoas nos trouxeram até aqui. E nós temos o dever de continuar fazendo isso, porque as gerações futuras vão nos perguntar: “o que vocês estavam fazendo em 2020? Onde vocês estavam? O que vocês fizeram na pandemia?”. E nós vamos sobreviver a isso e vamos de cabeça erguida dizer “nós resistimos, nós enfrentamos a fascistização do mundo e lutamos pela democracia”. Não sei se eu vou voltar a falar, mas eu quero agradecer muito a oportunidade de ouvir vocês, de aprender com vocês e dizer que nós temos que enfrentar isso – nós temos, nós vamos e nós conseguiremos, porque somos muitas, somos milhões e eu não me canso de

dizer isso. Nós somos muitas. Muito obrigada.

Catalina: Nadine, gracias. Sí, probablemente vas a volver a hablar si quieres plantear alguna pregunta o para responder alguna pregunta de nuestras interlocutoras colombianas. Danny, es tu turno para darnos tu opinión sobre si podemos pensar las Comisiones de la Verdad como mecanismos catalizadores de transformaciones sociales.

Danny: Así como la respuesta corta: no. Y el porqué del no: como las Comisiones de la Verdad tienen un mandato muy específico, muy puntual y las sociedades, en general, en las cuales tienen que cumplir esos objetivos son tan amplias... Un ejemplo particular: la Comisión de la Verdad en Colombia que tiene que abordar un proceso de materializar la paz que se hizo con un grupo armado, donde hay multiplicidad de grupos armados, donde hay un contexto político complejo y demás. Y de acuerdo también a la experiencia de las otras Comisiones de la Verdad que ha habido en el mundo, creo que ha sido, sí, un abre bocas que ha permitido poner discusiones en la palestra pública que tenía la sociedad ahí, que era como un murmullo a voces, pero que institucionalmente no había quién tomara el poderío sobre ellas. Creo que es lo mismo que pasaría acá en Colombia. Coincido plenamente con cada una de las palabras dichas por Alejandra frente a los retos y las dinámicas que tenemos nosotros acá. Pero escuchando a Nadine, que ya pasó un cierto tiempo de la Comisión de la Verdad en Brasil y todavía hay complejidades, hay temas sin resolver; también reflexiones frente a lo que se pudo hacer y lo que el contexto no permitió. Creo que la catalización de una Comisión de la Verdad como transformadora social es ponerle también una vara muy alta y también es cargar emocionalmente (más de lo que ya están cargadas) las personas que trabajan en una Comisión de la Verdad. No sé... Todo lo que implica este trabajo de que la sociedad, tanto nacional como internacional, está tan expectante de qué va a decir una Comisión que tiene un mandato de esclarecer (en el caso de algunas), pero imagínense en la colombiana que tiene que esclarecer, reconocer, generar condiciones para la convivencia y la no repetición, que ahorita nos digan: “no, ustedes van a ser como un pie para las transformaciones” (aunque está dado en estos dos últimos). Entonces es mucho más complejo emocionalmente para quienes estamos aquí, materializando. Para sintetizar, creo que las Comisiones de la Verdad se convierten en un espacio importante dentro de una sociedad para poder amplificar unas voces comunitarias a través de una institucionalidad que tiene un respaldo tanto del Estado como de la comunidad internacional. En ese sentido,

creo que la voz o el informe de las Comisiones de la Verdad se convierten más bien en un catalizador de las voces de las víctimas. En el caso de la sociedad colombiana y de la Comisión nuestra, que ha estado centrada en escuchar, ha sido también, de pronto, una especie de catalizador para esas voces menos escuchadas en el conflicto (como la población LGTB, como los pueblos étnicos, como el campesinado en Colombia), pero para la sociedad general no. Creo que no.

Catalina: Ok. Luciana, te invitamos a cerrar este bloque.

Luciana: Foi bom ouvir a Nadine, sempre a gente reflete da importância. Mas eu também compartilho da preocupação da Alejandra no sentido de entender... E eu fiquei tentando formular aqui o que eu queria dizer sendo realista, mas ao mesmo tempo querendo manter uma esperança. Eu veria ou definiria as Comissões da Verdade como espaços também de resistência e, nesse sentido, que podem ser instrumentos de luta dependendo da correlação de forças que você vai ter em um determinado momento, em uma determinada conjuntura. No nosso caso, aqui no Brasil, foi um espaço de necessária resistência e luta... não foi fácil instaurar aqui, foi extremamente necessário, ainda que tardio. Acho que a gente consegue avaliar isso. Muitos problemas que nós tivemos foi justamente por ter sido tão tardio. Também, 2013 foi um ano que, no Brasil – não vou começar esse debate aqui agora, porque seria complicado demais –, mas, enfim, isso também tem a ver com uma conjuntura, o que aconteceu em 2013... não me sinto nem capaz de avaliar isso, a gente ainda está no olho do furacão. Mas eu entendo e compartilho essa questão da memória como sendo algo relevante, em especial, porque as Comissões da Verdade trazem a memória dos vencidos, as memórias dos invisibilizados, como Danny também colocou aqui. Então esse “contar a história” é revolucionário também, nesse sentido. Não vai ser a Comissão da Verdade em si, mas você potencializa os espaços de luta e de resistência a partir dessa memória da resistência. Eu vejo, diferente da América Latina no geral – e eu tenho circulado bastante –, no Brasil a gente tem pouquíssimos espaços de memória, museus. Você vai ver na América Latina toda como isso é forte. Estive no México, no Museu de Direitos Humanos na Cidade do México, que é incrível. Na Argentina, nem se fala. Em outros lugares que a gente visualiza isso. Mesmo a questão do holocausto, os museus do holocausto. Também, para além disso que a Alejandra colocou de “não pode ser um livro na estante”, como é importante a gente defender esses espaços de memória. Só para terminar, eu estou candidata a vereadora aqui no Rio, eu tenho feito reuniões. Um dos grupos que eu reuni foi a

militância incansável dos Comitês, pessoas militantes, movimento Memória, Verdade e Justiça – a resistência. E eles estão pautando nas candidaturas. Uma das pautas que eles vieram propor para mim (que, claro, já estou nesse campo, conheço todo mundo) é a questão da memória da cidade, da cidade como espaço de luta. Então tem várias ideias e é isso. Esse relatório vai ser, para mim, um instrumento de elaboração – caso eu seja eleita, claro. Vai ser um instrumento de elaboração de lutas e avanços caso a gente venha a ocupar esse espaço. Acho que pode até ficar na estante – sí, se puede dejar en el espacio de la biblioteca, pero hay alguien que va a sacar el libro de la biblioteca y que va a utilizarlo para hacer los cambios. Eu acho que é uma potência e um espaço de resistência, acima de tudo. Mas por si só, também concordo, não vai transformar.

Catalina: Bueno, ya estamos con más de diez de la noche en Brasil, pero habíamos dicho desde el comienzo de ese encuentro que nos gustaría mucho también propiciar algún intercambio más directo entre ustedes. Lo conducimos a partir de preguntas traídas por nuestro núcleo de investigación, pero qué interesante sería si ustedes tuviesen la oportunidad de plantearse preguntas entre sí – si surgieron algunos interrogantes, algunas cuestiones que, a propósito de ese encuentro entre Brasil y Colombia (que son dos experiencias tan particulares, tan distintas), quisieran ustedes colocarse entre ustedes, ¡adelante! ¿Quién quisiera comenzar? Si tiene alguna cosa que preguntar a las interlocutoras del otro país. Luciana.

Luciana: No sé si es mejor intentar hablar en portugués para facilitar la comunicación – porque no hablo español, solo portugués. Hay una discusión muy grande en Brasil acerca de la situación de Colombia, en especial, porque hay una Comisión de la Verdad con la guerra en proceso. No es una Comisión que se queda después del evento, a algunos años. Es como dirigir un coche y cambiar de ropa, hacer todo al mismo tiempo. Entonces es una de mis dudas: ¿cómo es esa experiencia? Porque es una experiencia muy diferente de lo que tenemos tradicionalmente como experiencias de Comisiones de la Verdad. No sé, es una pregunta.

Alejandra: Esa es una muy buena pregunta. Creo que solo, en el mundo, han existido cuarenta y tres Comisiones de la Verdad. En el mundo. Y solo en tres hemos trabajado bajo fuego. Es decir, con el conflicto activo: Mali, (se me acabó de olvidar la otra... un país del este asiático) y Colombia. Solo tres países hemos actuado con conflicto armado activo. Es muy difícil, porque además nuestro proceso de paz (que originó la Comisión), es la negociación con un actor armado, de muchos que tiene el país.

Colombia tiene varias guerrillas, tiene paramilitares y el proceso de paz fue con un solo actor armado. Eso lo hace bien difícil, por eso es que estamos actuando en una guerra que sigue activa, porque se negoció con un actor armado, pero el resto sigue ahí. Eso implica un reto en seguridad para las víctimas que nos hablan. Eso implica que seamos muy cuidadosas con la gente con la que hablamos. Eso implica un reto en esta pandemia de no poder hablar en estos medios con las víctimas, porque da miedo, es difícil. Les puedo contar, en este espacio que hemos estado, en pandemia, en temas de violencias sexuales, yo no puedo hablar con las víctimas a través de Zoom o Skype o Google Meet. Entonces he tenido que buscar la manera de hablar con las víctimas con medidas de bioseguridad, en espacios seguros, pero es muy difícil por la seguridad de las víctimas. Antes de la pandemia, hacíamos eventos muy grandes, con muchas víctimas y eso implicaba retos inmensos en seguridad, en estar pendientes de que las víctimas estén bien, de que las víctimas cuando regresen a su casa... nos tocaba llamarlas: “¿llegaste bien?”, “¿está todo bien en casa?”, y supervisarlas – en algunos casos, hasta un año después del evento. Yo organicé, junto con el grupo del trabajo de género y otros equipos de la Comisión de la Verdad, la primera audiencia de la Comisión – que no se llaman audiencias, les pusimos otro nombre, les pusimos “Encuentros por la Verdad” para que la gente no se confundiera con las audiencias judiciales. Y el primero fue sobre violencias sexuales y les puedo decir que hasta hoy sigo trabajando en medidas de protección para víctimas que participaron en ese encuentro hace un año, en junio de 2019. Ha sido un reto enorme en materia de seguridad, además porque tenemos un gran problema y es que nuestra guerra se recrudeció y se devolvió como al punto en el que estaba hace veinte años. Entonces estamos viviendo masacres como hace veinte años. Es muy complejo y eso ha hecho que la gente tenga mucho temor en hablarnos. A mí me toca trabajar, a veces, dos o tres meses con una víctima para convencerla de que dé su entrevista a la Comisión, porque tienen miedo – dicen: “¿usted a quién le va contar eso?”, “¿seguro es secreto?”, “¿seguro es solo para ustedes?”, ¿y cómo sabe usted que los actores armados no van a hablar de esto o no van a escucharme?”. Es muy, muy difícil. Eso ha sido un reto enorme y muy complicado. Y aprovecho, Cata, porque yo tenía una pregunta también para ustedes.

Catalina: No sé si Danny quisiera complementar algo para responderle a Luciana. En caso de que no, de una, planteas tu pregunta. Danny, ¿tú quieres complementar?

Danny: No, está bien con lo que ha dicho Alejandra.

Catalina: Perfecto. Alejandra, adelante con la pregunta para las interlocutoras brasileñas.

Alejandra: ¿Qué creen que debería ser diferente con la Comisión de la Verdad de Brasil? Si ustedes pudieran hablar con los comisionados y comisionadas de Brasil hoy, después de todo ese tiempo, hace un rato, pudieran decirles “hagan esto diferente”, ¿qué sería?

Catalina: ¿Quién quiere responder en Brasil?

Danny: Yo aprovecho entonces para que, de una vez, puedan contestar de manera integral a esas preguntas, porque las mías también van frente a su ejercicio, en lo que hicieron. Como lo dije en la última intervención, los temas del cuidado emocional de quienes están en una Comisión de la Verdad son muy complejos, entonces, ¿qué pueden decirnos de cómo tratar de cuidarnos y no creer, a ratos, que estamos transformando el mundo y que es nuestra responsabilidad? Y lo otro, después de ese trabajo tan arduo, ¿cómo leen ustedes hoy la apropiación social de la sociedad brasileña del informe, con base en lo que ustedes hicieron, o creen que se puede hacer más para una apropiación social de lo que implicó el trabajo en esa Comisión de la Verdad?

Nadine: Posso começar, Luciana? Se eu puder dar um conselho sobre a Comissão da Verdade, acho que a gente tem que pensar a perspectiva de como elas ocorrem. O caso da Colômbia é exceção, porque vocês estão vivendo isso e investigando ao mesmo tempo as violações, mas uma Comissão da Verdade – seja qual for, aonde for, em que tempo for –, tem que ser voltada para as vítimas, para ouvir as vítimas e para registrar a memória das vítimas. É só para isso que serve uma Comissão da Verdade. Qualquer outro uso que se faça de uma Comissão da Verdade é equivocado, é para atender interesse político de elite, de quem está no poder, interesses pessoais, interesses corporativos. As Comissões da Verdade têm que dar voz às vítimas, às vítimas de graves violações de direitos humanos perpetradas por agentes do Estado. Então não nos afastemos, em hipótese nenhuma, em momento nenhum, da voz das vítimas. Quando a Luciana falou: “ah, nós precisaremos fazer uma Comissão da Verdade sobre a pandemia da COVID-19” – não é possível que esses governos genocidas, como o governo brasileiro hoje, esteja matando, dizimando sobretudo os povos indígenas (nós estamos vivendo um etnocídio com a pandemia da COVID-19 no Brasil) e que isso não seja revelado. Se não dizimarem todos os povos indígenas, nós

vamos ter a obrigação de ajudar a recuperar essa memória. Então o meu conselho, a minha dica do que fazer em Comissão da Verdade é sempre, em primeiro lugar, em primeiríssimo lugar, dar voz às vítimas. As pessoas têm dificuldade de falar, as pessoas têm medo de falar. Tem que ter programa de atendimento psicossocial, tem que ter acompanhamento de psicólogo, tem que ter acompanhamento de assistente social. Eu sei que a situação da Colômbia é gravíssima, mas aqui no Brasil, nós também estamos enfrentando uma situação gravíssima. Nós vamos ter que lidar com essas cento e quarenta mil ou sei lá a quantas mil mortes nós vamos chegar, com as dores e com os traumas que essas mortes vão gerar nas gerações futuras, nas crianças que estão sem escola. Nós vamos precisar de psicólogos, nós vamos precisar de assistente social. Nós vamos precisar fortalecer profissões. Aproximar essas pessoas, aproximar esses tipos de profissionais durante um trabalho de Comissão da Verdade eu acho fundamental, porque nós temos que impedir que a cultura do medo se instale na nossa sociedade de maneira definitiva e nós precisamos dar apoio psicológico, psicossocial para as pessoas. Então assim, abraçar as vítimas, ouvir as vítimas e ficar perto das vítimas. Eu não sei mais o que uma Comissão da Verdade pode fazer. Desculpa parecer tão simples, mas é muito complexo isso que eu falei. Não foi fácil, porque na Comissão Nacional da Verdade no Brasil muitas vezes eu ouvi que se a gente aproximasse muitas vítimas, a gente estaria ideologizando a Comissão. E foi isso que aconteceu: as vítimas não tiveram a voz que deveriam ter tido no processo da Justiça de Transição no Brasil. É isso.

Luciana: Posso complementar? Penso que eu concordo com a Nadine, com isso que ela levanta, com a experiência dela mais de perto. Mas um pouco da minha visão de quem estava acompanhando do lado de fora. Eu tenho pleno acordo. Eu só pensei em algo que eu acho que faltou aqui no Brasil, que eu acho que em outras experiências, talvez na Colômbia – não conheço tão a fundo assim a Colômbia. Mas eu penso que, no Brasil, faltou uma maior popularização do processo. Foi um processo, acima de tudo, muito elitizado, muito fechado, em espaços fechados, em espaços institucionais. Eu fico lembrando das audiências que eu acompanhei no Rio de Janeiro, eram espaços de arquivo. Aquela ideia de deixar o livro na estante também é um pouco isso. Você tem um material muito rico, mas se a população não faz parte daquilo... até do processo de construção do registro da memória, a apropriação fica muito distante. Acho que talvez a gente tenha perdido um espaço grande no Brasil de popularização disso. Não só o Bolsonaro ser um militar envolvido com o que há de

pior e hoje ele está no poder – alguém poderia dizer “será que isso foi legitimado?”. Eu acho que o Brasil não conhece o seu passado. O Brasil, mesmo após a Comissão Nacional da Verdade, não conhece o que aconteceu. Então um formato mais próximo, como o que a gente viu na África do Sul – e eu sei que vocês na Colômbia procuram fazer audiências grandes. Aí tem aquela questão das vítimas que, às vezes, vão optar por espaços menores, mais seguros, mas é importante também que os testemunhos possam ser ouvidos por uma população grande para sensibilizar e poder marcar. Porque não pode ser só um registro da memória sem uma potencialidade de servir de transformação, de sensibilização, de inconformismo. Aqui no Brasil, ainda hoje, nós temos uma visão que na ditadura... tem uma frase horrível, não sei se isso já foi falado aqui: “eu era feliz e não sabia, na ditadura”. Isso é horrível. Olha só, olha que frase. Ou seja, “na ditadura era melhor”. Como assim? A gente não conseguiu ainda romper com esse senso comum e é isso que alimenta o bolsonarismo também. Eu penso que é isso. Eu sei que tornaria a vida bem mais difícil, porque também planejar esses grandes espaços... Mas eu acho que é essencial popularizar, fazer encontros nos espaços onde o povo circula para as pessoas ouvirem. E acho importante também, a partir da pergunta, essa questão psicológica que Nadine trouxe. Aqui nós tivemos projetos, não sei se a Nadine falou, dos testemunhos de apoio psicológico a familiares e a vítimas – isso é muito importante. Porque é um processo também de muita dor: o relembrar significa muita dor. É também esse não descuidar disso, dos sentimentos, das pessoas, desse movimento que gera. É mais fácil esquecer, às vezes, para quem sofre aquele impacto, uma questão até psicológica. Você cria camadas de proteção para esquecer. Na verdade, o que uma Comissão faz é tentar tirar aquelas camadas para fazer lembrar, para, inclusive, criar uma memória coletiva a partir daquela memória individual. Mas eu senti falta disso no Brasil. Foi um processo elitizado, assim como a transição democrática também foi elitizada.

Nadine: Luciana, me dá uma partezinha pequena? Não sei se na Colômbia tem, mas aqui no Brasil a gente tem um programa que se chama A Voz do Brasil, é um programa de rádio que passa simultâneo no Brasil inteiro. É um programa do governo que, basicamente, faz propaganda das ações do governo. Tem desde a época da ditadura. Eu lembro que, na Comissão da Verdade, uma das propostas que a gente fez (que, obviamente, não aconteceu) foi um espaço de fala da Comissão Nacional da Verdade na Voz do Brasil, porque tem um minuto do Tribunal de Contas da União na Voz do Brasil. E a gente propôs, porque é uma coisa que, assim, você pode ir pro interior do

Amazonas, você pode ir para qualquer lugar. As pessoas escutam a Voz do Brasil. Tem alguns lugares que a única notícia que chega para quem mora a doze horas de barco é a Voz do Brasil. E isso não foi feito. Isso só para contribuir com o que a Luciana trouxe, que é essa questão de massificar a comunicação. Porque se as pessoas não sabem, elas não lembram. Ninguém lembra, ninguém tem memória daquilo que nunca ouviu, daquilo que nunca viu. Se vocês têm algum programa que seja em nível nacional na Colômbia, alguma coisa pública, eu acho que é uma demanda importante apresentar o trabalho da Comissão da Verdade nesse programa, diariamente. É só uma dica que a gente não conseguiu fazer aqui.

Catalina: Pienso que, de esa manera, también queda, Danny, respondida tu pregunta sobre la apropiación social del relatório de la Comisión de la Verdad. Por lo que nos contextualiza Nadine y Luciana, no es algo que se logró plenamente. Estamos ya con diez horas y veinticinco de la noche, entonces creo que ya es justo ir cerrando por aquí, no sin antes agradecer muchísimo, pero muchísimo por la disponibilidad de todas ustedes. Sabemos que estamos en un momento, en un período bien difícil de lograr estar disponibles – muchísimas demandas, hiperconectividad, en fin, trabajando desde la casa, con muchos desafíos cotidianos para conciliar trabajo y las demás cosas de la vida. Entonces muchísimas gracias, lo apreciamos de verdad mucho. Y pienso que fue una conversación muy rica y que trae muchas contribuciones muy valiosas para nuestra investigación. Es eso. Muchas gracias. No sé si, Leonel, quieras concluir con algún comentario final.

Joaquim Leonel: Só queria reforçar, Catalina, o agradecimento à Alejandra, à Danny, à Luciana e à Nadine. Fiquei muito tocado, muito emocionado mas também muito contente com tudo aquilo que foi debatido e tudo aquilo que foi colocado tanto como relato quanto como reflexão com relação àquilo que envolve mecanismos presentes na justiça de transição que expressam uma tensão, no fundo, entre continuidades e permanências de formas de opressão e violência, mas também possibilidades de lutas e resistências que podem ser construídas nesses espaços... Nesse sentido, esse processo envolve tanto o presente como o passado. Nessas lutas que são múltiplas é que temos a possibilidade de construir, nesse sentido como sociedade, melhores condições de vida para esses grupos que sofrem cotidianamente essas violências, ou seja, sinalizar para um futuro melhor. Da nossa parte, nós, enquanto grupo de pesquisa do NUTEAP/UFF, vamos continuar com essas lutas dentro desse nosso microuniverso da pesquisa que estamos fazendo e, com certeza, dando retorno para vocês do nosso

trabalho. Eu acho que esse retorno é uma coisa importante também, já que sinaliza tanto para um compromisso ético da pesquisa, como também sinaliza para um ponto comum entre todos nós aqui que é a indignação contra as formas de dominação, exploração e violência presentes nas estruturas, formações e organizações sociais. Os mecanismos específicos presentes em processos de justiça de transição, abordados aqui a partir das experiências do Brasil e da Colômbia, expressam a tensão entre continuidades e possibilidades de superação dessas formas de violência. Vocês, Alejandra, Danny, Luciana e Nadine foram tão gentis em disponibilizar o tempo, o relato e a reflexão de vocês para essa conversa nessa forma de “Diálogos” aqui com a gente. Muito obrigado!

PARTE 2

Lideranças sociais atuantes na defesa da vida e das comunidades nos territórios

Gloria Luna Rivillas

Lidiane Malanquini

María del Rosario Chicunque (Mamá Charito)

Maria Tupari

Joaquim Leonel: Eu queria começar agradecendo imensamente a participação da Gloria Luna, da Lidiane, da Mamá Charito e da Maria Tupari. É um prazer imenso e é uma alegria muito grande contar com vocês nesse espaço de pesquisa e diálogos sobre mecanismos de Justiça de Transição que a Universidade Federal Fluminense está apoiando institucionalmente. A gente já fez uma primeira edição desse “Diálogos” com atores institucionais envolvidos nesse processo. A gente está fazendo um segundo Diálogos hoje, com vocês, buscando trazer a vivência de lideranças sociais que estão envolvidas em lutas sociais contra processos de violência institucional do Estado que podem estar ligados a esses mecanismos de Justiça de Transição. O nosso objetivo aqui é exatamente ouvir vocês e realizar essa troca. Essa é uma pesquisa que está sendo feita em função de uma série de editais que nós concorremos e conseguimos algumas bolsas para estudantes tanto em nível de doutorado como em nível de mestrado. Eu queria agradecer, particularmente, à Laura, que é bolsista de doutorado; à Daiane e à Miriam, que são bolsistas também, realizando um mestrado – inclusive, a Daiane fez o convite para a participação da Maria Tupari hoje conosco, da mesma maneira como a Miriam o fez para Lidiane. Infelizmente, a Miriam não pode estar aqui com a gente, porque está com suspeita de COVID. É sempre importante lembrar

que todo esse projeto dialoga diretamente com um documento que foi apresentado pela Catalina, com base naquilo que ela está fazendo na tese de doutorado. Isso é importante registrar porque é uma pesquisa que está sendo coordenada pela Catalina e eu nesse âmbito dos Diálogos. A Catalina, muito gentilmente também, fez o convite para a Mamá Charito e para a Gloria Luna que também estão aqui com a gente hoje. Essa pesquisa envolve outros membros do NUTEAP/UFF, além desses que eu já mencionei – ou seja, Catalina, Daiane, Laura e Miriam. A gente conta também com a Cristiana Veras, que é professora do Departamento de Direito Aplicado da UFF; o Umberto, doutorando do PPGDIN/UFF, Jamile e Thiago, mestrandos do PPGSD/UFF e com uma estudante de graduação, bolsista de iniciação científica, que é a Ana Beatriz Almeida Borges. Essa é a equipe que tem trabalhado com esse tema da Justiça de Transição. Antes de passar a palavra para a Catalina, para ela falar sobre a dinâmica do nosso encontro de hoje, eu queria por fim registrar, da mesma maneira que eu fiz no Diálogos 1, que a gente está desenvolvendo um processo de parceria com instituições universitárias da Colômbia e, particularmente, com a Universidade de Rosário – isso é importante registrar porque eu acho que tem a ver com a própria construção da pesquisa e a relação dessa com aproximações institucionais. Catalina, a palavra está com você.

Catalina: Estamos en nuestro segundo encuentro de Diálogos Brasil y Colombia con nuestras interlocutoras de cada país. Lo que haremos, básicamente, es que tendremos dos bloques de preguntas. Un primer bloque en que nos interesa conocer un poco de sus trayectorias como lideresas sociales, como mujeres que están liderando o impulsando agendas sociales, causas sociales concretas, en territorios concretos. Me están pidiendo hablar más alto. Extraño, porque estoy con el micrófono que normalmente funciona mejor.

Joaquim Leonel: Pelo menos daqui eu estou te ouvindo bem, Catalina.

Catalina: Eu aumentei o volume do fone de ouvido também, se era isso. Agora, Lidiane, está escutando melhor? Bien, tendremos entonces, como les decía, básicamente dos bloques de conversación... No, en realidad serían tres bloques: el primero, en el que esperamos conocer un poco de sus trayectorias como mujeres que lideran causas sociales concretas en territorios concretos. Lo que ustedes consideren relevante para mencionar sobre sus trayectorias: en qué territorio se encuentran; cuáles son las agendas sociales, comunitarias que ustedes están impulsando allí; y cómo llegaron a ese lugar de liderazgo social que ustedes están desempeñando

actualmente. El segundo bloque estaría más orientado a escuchar sus opiniones sobre sus vivencias acerca de cuáles consideran ustedes que son los desafíos, en este momento presente, para impulsar esas agendas sociales y, especialmente, considerando los contextos concretos de cada país que se están enfrentando. Por un lado, en Colombia, estamos en un contexto de implementar un Acuerdo de Paz con una guerrilla, hay un momento de transición política después de ese Acuerdo de Paz y, por otro lado, están también los efectos, los impactos de una pandemia con una emergencia social y sanitaria devastadora. Y lo mismo en Brasil, un contexto con unos esfuerzos sociales, institucionales también, de transitar hacia una democracia sólida y estable, y con los efectos de la pandemia también. Como lo comentaba Leonel, en ambos países, enfrentando diversos fenómenos violentos que dan cuenta de una continuidad. A pesar de estar en un momento de transición política, esa continuidad de la violencia institucional del Estado es un aspecto común en los dos países. Por último, ya que estamos en este encuentro inédito, inusitado, digamos, de que lideresas sociales de territorios de niveles muy, muy locales de Brasil y Colombia se encuentren, sería una muy bonita oportunidad de permitir que también entre ustedes dialoguen. Si las lideresas de Colombia quieren hacer alguna pregunta para las lideresas sociales que nos acompañan de parte de Brasil sería fabuloso. Eso es. Vamos a tener un orden alfabético en las intervenciones – solamente pensando en un criterio aleatorio para dar una organización en las intervenciones. Para cada bloque: primero escucharíamos a Gloria, luego sería Lidiane, luego sería Mamá Charito y luego Maria Tupari. Vamos a empezar entonces con el primer bloque. Por favor, cuéntenos, mujeres, un poco de sus trayectorias y de las agendas sociales que ustedes impulsan en sus territorios. Empezamos con Gloria Luna. Te escuchamos.

Gloria Luna: Buenos días. Bom dia para todos. Siempre que me piden hablar de mi trayectoria me ponen en aprietos, porque muchas veces uno en la vida va haciendo las cosas sin ir reflexionando y cuando uno se da cuenta, ha hecho una cantidad de cosas y dice: “¿a qué horas hice todo esto?”. Empiezo por decir: yo soy una mujer negra, mi padre... Soy chocoana, que es un departamento que está en la Costa Pacífica. Tenemos frontera con Panamá. Ocupamos el mayor porcentaje de kilómetros de la costa Pacífica colombiana – el resto de la costa Pacífica colombiana la componen territorios del Valle del Cauca, Cauca y Nariño; son los tres, siendo, como les dije, nosotros, quienes tenemos más territorio. Voy a hablarles un poco de mí dentro de mi contexto y mi territorio. Somos un territorio en el que la mayoría de la población es

negra, después tenemos el otro porcentaje de la población indígena y población mestiza. Yo soy historiadora. Estudié en la Universidad Nacional de Colombia sede Medellín. Y se puede decir que allí, en la universidad – en las universidades, porque estuve en otras, empecé otras carreras de las cuales me expulsaron por cuestiones políticas –, empecé mi trabajo político, era activista estudiantil, siendo allá en la Nacional, manejé un perfil un poco más bajo. Todo mi trabajo, o activismo, mi labor de defensora de derechos humanos, lo he realizado acá en mi territorio, en el Chocó. Fui, como digo, formada por la Universidad Nacional y, como tal, consideraba que debía devolverle a la sociedad lo que la sociedad había invertido en mí. Y dije: “¿qué mejor que hacerlo en mi territorio?”. Entonces vine a vivir de nuevo al Chocó. Cuando llegué al Chocó en el 2004, ingresé a una organización que se llama La Red Departamental de Mujeres Chocoanas, entendiendo como mujeres chocoanas tanto la mujer negra, indígena y mestiza. En general, en la Red y a mí, de manera particular, me gusta más denominarme mujer negra que afrodescendiente. En la Ley 70 que es, digamos, como nuestra máxima normatividad, nos denominamos comunidades negras – no afrocolombianas, sino negras⁶. Entonces, ahí empecé todo mi trabajo. En la organización trabajo, fundamentalmente, por el empoderamiento político, económico y social de la mujer, con la mujer, con las mujeres chocoanas. Ahí empecé todo mi trabajo y fue cuando me fui involucrando con todo lo que tiene que ver con la defensa de los derechos humanos en general y, en particular, con la defensa del territorio, porque nuestro territorio es un territorio muy diverso y muy rico, por lo cual sufrimos muchas amenazas de foráneos locales. Cuando nosotros decimos “foráneos locales” ... denominamos, a veces, como foráneo el resto de los colombianos y también los extranjeros. Siempre hemos sido una economía de enclave y nos han deteriorado mucho el territorio – contamos con tres cuencas hidrográficas muy grandes dentro del departamento y dentro del país. Entonces empecé a trabajar con los derechos humanos – derechos, como les digo, de las mujeres, y en general, los derechos del territorio. Defendemos un lema en el Chocó, que yo lo hago un poco mío, que es “defendemos la vida y el territorio”. Yo le agrego: “defendemos la vida y el territorio, porque sin vida, no tenemos territorio, y sin el territorio, no tenemos vida”. Entonces

⁶ Nota de los organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): Gloria Luna se refiere a la Ley 70 de 1993, por la cual se reconoce el derecho a la propiedad colectiva a las comunidades negras que han venido ocupando tierras baldías en las zonas rurales ribereñas de los ríos de la Cuenca del Pacífico y se establecen mecanismos para proteger su identidad cultural, como grupo étnico, y para su desarrollo económico y social.

está inmerso dentro del territorio todos los derechos humanos, los cuales son violados en nuestro territorio día a día. Somos una población en la cual la presencia del Estado no ha sido... no la ha tenido mucho. La mayor presencia que ha tenido el Estado en el territorio es a nivel militar, pero en los otros aspectos, en el nivel de educación, en el nivel de salud – que se dio, por ejemplo, ahora con lo de la pandemia, cómo la salud es precaria, no solamente acá en el Chocó, sino en todo el país, y creo que, a nivel mundial, nos mostró la precariedad de la salud, que prácticamente tienen cómo responder sobre su salud un 5%, si es mucho, en todo el mundo. Entonces estoy en diferentes espacios como delegada del Chocó y como delegada de mi organización, en diferentes espacios, a nivel regional y a nivel nacional. Estoy, por ejemplo, en el Proceso Nacional de Garantías para defensoras, defensores de derechos humanos, líderes y lideresas sociales, campesinos y comunales, que nació en el 2009 a raíz de la situación de amenaza y asesinatos que se daban en ese entonces, en nuestro territorio, cuando en ese momento quien estaba en el gobierno era el señor Uribe. Y ahora estamos en una situación mucho más complicada, compleja y peor que la del 2009. Solo en nivel de asesinatos de líderes y lideresas, y sobre todo de excombatientes firmantes de paz, van alrededor de 241 asesinatos de ex-FARC que firmaron la paz, y los líderes y lideresas asesinados en todo el territorio es bastante grande. Entonces, fundamentalmente, yo me desempeño como defensora de derechos humanos. Mi formación de historiadora me ha dado los elementos para estar en ese espacio y representar, muchas veces, al territorio en los diferentes espacios a nivel nacional y regional. Estoy dedicada al cien por ciento a todo lo que tiene que ver con derechos humanos. Soy una mujer soltera, no tengo hijos, no tengo marido en este momento, pienso que esa situación me ha ayudado mucho. ¿Por qué no tuve hijos? Ustedes no me están preguntando, pero yo quiero decirles: yo desde muy joven tomé la decisión de no tener hijos por la situación que veía, la degradación de la humanidad y ahora, en estos momentos como estamos, no me arrepiento de no haberlos tenido. Mucha gente me pregunta si no me arrepiento, si no me hacen falta y digo que no, porque la situación que estamos viviendo en nuestros territorios, a nivel de América Latina y de toda la Tierra me dio la razón para no tener hijos. En una ocasión cuando estaba en la universidad con un brasileño, en un encuentro que hicimos, me decía que era negar esperanza. De pronto, un poco podría ser eso, pero así ha sido. Pienso que es una situación muy dura, porque uno sufre mucho y como digo yo, uno entra a formar, entonces... no quería que sufrieran mis hijos. Les resumo así. He estado en muchos espacios. Ahora soy delegada de la Red Departamental en la Plataforma Colombiana

de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo que trabaja, fundamentalmente, lo que tiene que ver con los DESCA⁷, en la Plataforma La Alianza de Organizaciones Sociales y Afines, en la Plataforma de Incidencia Política de Mujeres Rurales. Soy vocera en esta Plataforma de una campaña que estamos realizando de protección y prevención a las defensoras de derechos humanos, agrarios, ambientales y territoriales en los cuales le solicitamos al gobierno, en primer lugar, que proteja a las defensoras de derechos humanos como debe ser. En lo que va corrido del año, han sido asesinadas veintisiete mujeres defensoras de derechos humanos, lideresas ambientales y, en su mayoría, de la zona rural. También participé en nombre de la Red en la construcción del documento de “Acuerdo Humanitario Ya” para el Chocó, que se lo presentamos a la mesa de conversación entre el gobierno colombiano y el ELN, y todo eso fue en el gobierno del señor Santos⁸. Participé activamente en la redacción del documento en el cual le damos once puntos tanto al gobierno como a la guerrilla para llegar a un acuerdo humanitario y bajarle el perfil a la guerra. En este momento, los diálogos del actual gobierno con el ELN están suspendidos. Para mi modo de ver, nunca los comenzó, porque siempre el actual gobierno estuvo mirando para otro lado. El actual gobierno siempre mira para otro lado cuando hay situaciones difíciles en el país y que tienen que entrar a resolver. Participé, igualmente, en las audiencias, en las pre-audiencias que hubo entre el gobierno y el ELN – precisamente, participación de como el ELN... para el ELN, es muy importante lo que piensa la sociedad y como tal fuimos consultados en ese momento, participé como delegada del Chocó por las mujeres, haciendo nuestra propuesta de cómo queríamos participar en las conversaciones, en su desarrollo de las conversaciones. También estuve – volviendo a la campaña que estamos realizando con la Plataforma, con apoyo de Oxfam –, hace un año estuvimos haciendo incidencia a nivel mundial, estuvimos en los países escandinavos, en la Unión Europea y en España con dos compañeras. Estuve en los países escandinavos, en Dinamarca, Noruega y Suecia, y otras compañeras estuvieron

⁷ Nota de los organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): sigla de Derechos Económicos, Sociales, Culturales y Ambientales.

⁸ Nota de los organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): el Ejército de Liberación Nacional (ELN) es una de las guerrillas aún activas en Colombia. En febrero de 2017, durante la presidencia de Juan Manuel Santos, se instaló una mesa de diálogos entre el ELN y el gobierno nacional colombiano. Ese proceso de paz fue interrumpido por decisión del actual presidente (Iván Duque), quien rompió oficialmente los diálogos en enero de 2019. Para saber más sobre el proceso de paz con el ELN, puede consultarse el “paso a paso” elaborado por la Fundación Ideas para la Paz: <http://www.ideaspaz.org/especiales/eln/>.

en Estados Unidos, estuvieron en la Unión Europea y en España. Continuamos la campaña ahora, en conversaciones virtuales con las Embajadas, porque la pandemia trastocó todo. Y la Red Departamental de Mujeres Chocoanas ha desempeñado un papel muy importante, y en cabeza mía, que he estado liderando y acompañada por las... valga la redundancia, por el movimiento social del Chocó, liderando el proceso territorial de garantías en el Chocó – de lo que les hablé, del 2009. Este proceso empezó en el 2009 y consiste en realizar audiencias para mirar cuál es la situación de los defensores y defensoras de derechos humanos, líderes y lideresas, y también cuáles son las garantías que se tiene en cada territorio. Nosotros exigíamos en el Chocó unas condiciones especiales, porque en las anteriores se sentaba la fuerza militar y nosotros, en el Chocó, dijimos que no nos sentábamos con la fuerza militar por toda la responsabilidad que ellos tienen en violaciones y asesinatos de compañeros líderes acá en el Chocó. Lo realizamos el 13 de abril del 2018 y ese mismo año, en el 2018, en agosto, se estableció la mesa territorial de garantías y estamos en ese proceso de que se conozca, y el empoderamiento y conformar que todos los líderes y lideresas, defensores de derechos humanos miremos... trabajemos por que se tengan las garantías para defender los derechos humanos en el territorio y que defender los derechos humanos no nos cueste la vida – que, como ustedes saben, en Colombia, la profesión más riesgosa... de América Latina y yo creo que del mundo... es ser defensor de derechos humanos. Ahí, más o menos, yo creo que vamos diciendo... tengo, como decimos acá en Colombia, muchos frentes, muchas cosas. También tenemos una mesa en la cual soy delegada de la Red, una mesa de Mujer, Paz y Seguridad – en esa semana, vamos a conmemorar los veinte años de la 1325⁹. Mi organización trabaja, como les dije, por el empoderamiento político, económico y social. Trabajamos a nivel de la Justicia y, sobre todo, todas, absolutamente todas trabajamos para terminar con las violencias basadas en género. Personalmente, considero que la violencia política es una violencia basada en género, porque muchas veces las mismas compañeras sienten la violencia de líderes por el solo hecho de ser mujeres y no dejarlas participar en los espacios o no ser escuchadas. Eso es una violencia política, porque yo lo miro desde el ámbito político total de la vida, no en el

⁹ Nota de los organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): Gloria Luna se refiere a la Resolución 1325 de 2000 del Consejo de Seguridad de la ONU. Se trata de la primera resolución adoptada para abordar las cuestiones de mujeres, paz y seguridad, que incluye, entre otros asuntos: la importancia de la participación de las mujeres y de la inclusión de la perspectiva de género en las negociaciones de paz y en la construcción de paz en las situaciones posteriores a conflictos armados. La resolución está disponible en: <https://undocs.org/es/S/RES/1325%20%282000%29>.

âmbito político electoral, como lo mira la mayoría de la gente, sino que yo creo que somos seres políticos y todas nuestras acciones son políticas. Espero que me hayan entendido un poco, todo eso, pero como les digo que siempre que me ponen a hablar sobre mi trayectoria, me enredo un poco.

Catalina: Muchas gracias.

Gloria Luna: Más adelante podemos hablar otras cosas.

Catalina: Claro que sí. En el siguiente bloque, puedes entrar en mayores detalles de esos desafíos que ya empezaste a mencionar en tu presentación inicial.

Gloria Luna: Y también quiero hacer la pregunta de si me entendieron. Muchas veces tengo la tendencia a hablar rápido, entonces no sé si las compañeras y los brasileños me entendieron bien.

Catalina: Sí. Muchas gracias, Gloria Luna. Vamos a escuchar, entonces, a Lidiane. Lidiane, bom dia. Gostaríamos de conhecer um pouco da tua trajetória, das agendas sociais que você está impulsionando e a localidade em que você se encontra.

Lidiane: Sim. Primeiramente, obrigada pelo convite. É sempre bom estar dialogando com vocês, com a universidade, mas também dialogando com outras companheiras de luta na América Latina. Eu, particularmente, tenho interesse acadêmico muito grande na Colômbia e na América Latina no que diz respeito ao tema das relações de violência institucional, então foi muito bom ouvir a Gloria. Meu nome é Lidiane. Eu trabalho em uma organização não governamental chamada Redes da Maré. Eu nasci em uma favela, aqui no Rio de Janeiro – favela, aqui no Rio de Janeiro, é muito parecido com o que na Colômbia se chama de comuna. Nasci em uma favela que não é a Maré, fui para a universidade e foi a partir da universidade que eu fui convidada a trabalhar na Redes da Maré – a partir das minhas experiências de trabalho em favelas com segurança pública. Eu sou assistente social de formação, tenho mestrado em Serviço Social e, atualmente, estou fazendo doutorado também em Serviço Social, mas com uma temática ligada à segurança pública. Eu estou trabalhando na Redes da Maré, que é essa organização, há sete anos, mas a Redes da Maré é uma organização que atua há mais de vinte anos na Maré. A Redes da Maré foi fundada por moradores da Maré, do conjunto de favelas da Maré, que fica localizado na zona norte aqui do Rio de Janeiro. É a favela mais populosa do Rio de Janeiro. Para a gente ter uma ideia, o conjunto de favelas da Maré é maior do que 95% dos

municípios brasileiros a nível de população, então ela é quase uma cidade dentro da cidade do Rio de Janeiro. A Maré, como todas as construções das favelas aqui no Rio de Janeiro, é fruto também de uma intervenção do Estado. Se tem a ideia, muitas vezes, que a ocupação das favelas é uma ocupação desordenada, é uma ocupação orgânica, e não necessariamente. Na verdade, partes da Maré, por exemplo, são fruto de processos de remoção, são pessoas que saíram de favelas da zona sul do Rio de Janeiro, da área mais rica do Rio de Janeiro, e foram levadas para a Maré e, a partir daí, construíram a sua vida, construíram esse território. A Maré também tem uma trajetória com a característica da presença de migrantes nordestinos, então você tem uma população majoritariamente negra, de origem nordestina, na Maré. Embora o conjunto de favelas da Maré tenha sido pensado, em alguns momentos, como espaço provisório, desde 1940 vem tendo uma ocupação permanente e com intervenção do Estado, com intervenção urbanística. Para se ter uma ideia, são dezesseis favelas na Maré e nove dessas favelas são conjuntos habitacionais, são intervenções do Estado, então não tem como a gente falar que é um crescimento orgânico de moradores, que é uma ocupação – não, pelo contrário. A Maré, no final dos anos 90, é reconhecida como um bairro. É uma das primeiras favelas no Rio de Janeiro que é reconhecida como bairro. Vou falar um pouco dessa temática da segurança pública. A Redes da Maré surge nesse território e tem uma radicalidade nesse território. A gente acredita que a potência do que a gente faz é porque a gente está focado no território. A gente costuma falar que a revolução vai sair da Maré, vai sair das favelas do Rio de Janeiro e, para isso, a gente precisa estar com os pés nesse chão, olhando para esse lugar e construindo com os moradores desse lugar, que são as pessoas que são mais afetadas pela violência. A Redes da Maré, hoje, tem cerca de quarenta projetos e tem vários campos de atuação. Tem projetos na área de educação, de arte e cultura, de política para mulheres. Eu, particularmente, trabalho na área de segurança pública e acesso à Justiça¹⁰. Como é que surge essa área? A gente chama de eixo. A ideia desse eixo surge porque, se a gente pensar no campo dos direitos, talvez os direitos mais distantes da população negra e moradora de favela é o direito à segurança pública e

¹⁰ Nota dos organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): posteriormente à realização desse segundo encontro dos “Diálogos”, o projeto “Eixo direito à segurança e acesso à Justiça” da Associação Redes da Maré, coordenado pela Lidiane Malanquini, foi o vencedor da 17ª edição (2020) do Prêmio Innovare na categoria “Destaque” <https://www.premioinnovare.com.br/noticia/redes-da-mare-recebe-destaque-do-premio-innovare-por-iniciativa-que-promove-acesso-a-justica>

é o direito do acesso à Justiça – e muito pensando que não dá para caminhar com o direito à segurança pública se a gente não tem uma concepção dos sentidos de Justiça. Tem uma máxima aqui no Rio de Janeiro, no Brasil, que na favela a lei é outra. A gente vem combatendo essa ideia de que na favela a lei é outra. A gente acredita que essa é a ideia que legitima uma série de violências e violações que acontecem com a população da favela. Se a gente vem reivindicando e lutando é para que o direito que existe em toda a cidade tenha validade também para a Maré, que também faz parte da cidade, também é parte da cidade, também compõe a cidade. Então a gente se afasta dessa lógica de que a Maré, a favela, é um gueto: na verdade, a favela é cidade, ela constrói a cidade. A partir dessa premissa, a gente vem fazendo uma série de ações de pesquisas, diagnósticos, ações de mobilização com moradores, atendimento direto às vítimas de violências e violações, pensando em como a gente incide em políticas públicas que ampliem o direito de segurança pública e da Justiça. Então é isso: eu cheguei na Redes da Maré pois ela já existia; é uma organização muito potente que atua historicamente no território, que tem uma base comunitária; e eu atuo, mais diretamente, em um eixo – que é como se fosse um setor – que é o de direito à segurança pública e acesso à Justiça, que hoje tem cerca de sete projetos para pensar em como a gente avança na efetivação do direito à segurança pública e do acesso à Justiça. Com relação a pensar nos desafios, eu acho que dialogando também muito com a Gloria...

Catalina: Só lembrando que a parte dos desafios vem no próximo bloco.

Lidiane: Perfeito, vem depois. Então é isso, eu apresentei de uma maneira geral a Redes da Maré, apresentei como eu lá cheguei e a gente deixa para dialogar sobre os desafios no outro ponto.

Catalina: Está excelente. Só para pontuar uma coisa: nessa primeira apresentação, é importante entrar em alguns detalhes, estamos falando de contextos bem localizados que estão conectados com realidades territoriais muito específicas e de dois países em que a realidade tem coisas em comum, mas coisas também muito diferentes, contrastantes. Então era bom deixar que vocês entrassem, aprofundassem em alguns detalhes. Mas pronto, então avançamos com a parte da apresentação das outras companheiras. Vamos a escuchar a las otras compañeras en su presentación inicial. Mamá Charito, nos gustaría saber un poco de ti, de tu trayectoria: cuáles son las agendas sociales, comunitarias que tú lideras, que tú impulsas; cómo llegaste a ese lugar que ocupas como lideresa en tu comunidad. Te llamamos Mamá Charito, pero

puedes presentarte con tu nombre completo también. Te escuchamos.

María del Rosario “Mamá Charito”: Muy buenos días. Mi nombre es María del Rosario Chicunque. Soy de la comunidad Kamentsá del Valle de Sibundoy. Llevo veinte años radicada aquí en el municipio de Mocoa, departamento de Putumayo, Colombia. En primer lugar, quiero darle gracias al Universo, a Dios por la vida, a nuestra Madre Tierra por todo lo que ella nos brinda y nos permite, y con el permiso de los espíritus de nuestros abuelos y abuelas, sabedores y sabedoras del conocimiento tradicional y ancestral, poder en este momento compartir una partecita, tal vez, del proceso en el que venimos trabajando, y contarles a ustedes de cómo y por qué llegué a este proceso de trabajo colectivo y solidario con las mujeres indígenas. Fue a partir de la búsqueda de la unidad de las mujeres indígenas, sabedoras de la medicina tradicional, la Chagra de la Vida, partiendo desde una visión ancestral y espiritual por un chamán, por un sabio de la comunidad del pueblo Siona, quien vio con mucha preocupación cómo se ha ido perdiendo el conocimiento tradicional y ancestral partiendo desde el autocuidado de la mujer, la recuperación de las plantas medicinales, la Chagra, para garantizar autonomía y soberanía alimentaria, y el cuidado del medio ambiente. Con esa visión, fue como... la necesidad de seguir entretejiendo el camino colectivo con las mujeres sabias de la medicina de cinco pueblos étnicos: Inga, Siona, Cofán, Coreguaje y Kamentsá del departamento de Putumayo y Caquetá. A partir de la necesidad de juntarnos desde la unidad y el trabajo colectivo, hemos logrado hoy, después de veinte años, reafirmar la fortaleza de la conectividad territorial, la conectividad de la diversidad cultural y el conocimiento de las mujeres sabedoras con el propósito de continuar este camino de resistencia y pervivencia de los pueblos indígenas en cada uno de los territorios, y continuar el proceso de la transmisión de conocimientos y saberes ancestrales a la niñez y a la juventud para poder seguir fortaleciendo y prevaleciendo los derechos fundamentales de los pueblos indígenas en cada uno de los territorios donde se encuentran ubicadas las mujeres indígenas¹¹.

¹¹ Nota de los organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): es así como nace la Asociación de Mujeres Indígenas “Chagra de la Vida” – ASOMI, de la cual hace parte María del Rosario. Para saber más sobre esta organización y su trayectoria, véase la página de internet de ASOMI y el estudio de Claudia Esther Ortiz (2019), en los siguientes enlaces: <https://agil298.wixsite.com/asomi> y <http://www.bivipas.unal.edu.co/bitstream/123456789/779/1/Asociaci%C3%B3n%20de%20Mujeres%20Ind%C3%ADgenas%20Chagra%20de%20la%20Vida%20ASOMI.%20Un%20referente%20de%20construcci%C3%B3n%20de%20Paz%20territorial%20en%20el%20departamento%20del%20Putumayo.pdf>.

Afortunadamente, nuestras mujeres sabias del conocimiento ancestral, a pesar de la discriminación, del desconocimiento y siempre consideradas minorías, hace más de quinientos años, siempre con ese desconocimiento, pero ellas han salvaguardado ese legado en su corazón y hoy pueden continuar resistiendo en cada uno de los territorios, a pesar de las diferentes situaciones que se presentan en los diferentes lugares de nuestros departamentos de Putumayo y Caquetá. El proceso que se ha venido adelantando para el cumplimiento, desde la ley de origen del gobierno propio, del derecho mayor, y la ley de origen transmitida desde el fundamento como ordenanza de nuestra Madre Tierra para que continuemos sus enseñanzas, su guía, recibiendo todo ese poder espiritual para garantizar una vida plena, una vida llena de armonía, de paz, en equilibrio espiritual con el ser humano y nuestra Madre Naturaleza, porque existen muchas normatividades, muchas leyes escritas en un documento, pero que, desafortunadamente, no son cumplidas así se exija. Afortunadamente, los pueblos indígenas originarios tenemos la ley de origen, tenemos un gobierno propio que nos rige, nuestra propia normatividad de ley espiritual para poder salvaguardar nuestro planeta, la casa del buen vivir para toda la humanidad. Entonces eso ha sido la necesidad, por eso nos juntamos las mujeres, para poder seguir garantizando armonía, paz y bienestar en las comunidades y consigo a nuestra humanidad, cuidando y protegiendo al planeta.

Catalina: Muchas gracias, Mamá Charito. Vamos a escuchar ahora a Maria Tupari. Maria Tupari, gostaríamos de conhecer um pouco da tua trajetória como liderança, mulher indígena.

Maria Tupari: Bom dia. Vocês estão me escutando? Bom dia a todos, a todas também. Meu nome é Maria Leonice, sou do povo Tupari aqui de Rondônia. Hoje eu resido na terra indígena Sete de Setembro, aldeia Paiter Linha 9. Nesse momento, eu estou aqui na aldeia – se caso a internet cair é porque aqui é bem difícil ainda. Eu estou no movimento indígena tem mais de quinze anos – muito mais, acho que vinte anos já –, nesse movimento que nós buscamos articular junto com os nossos companheiros de luta, que são os homens. Então, falar de como a gente surge como liderança: tudo por uma necessidade. Se nós estamos em uma luta é pela necessidade de resistir para existir. Nós tivemos que buscar uma maneira de mostrar a nossa voz, se empoderar de conhecimento e, de alguma maneira, mostrar o nosso protagonismo como mulher indígena, porque muitas vezes a gente vê a grande luta das mulheres negras, essas lutas das mulheres brancas, mas as mulheres indígenas também estão

aí para protagonizar esse momento de luta e resistência. Nossa luta não começa agora, porque eu acho que, mesmo antes do contato, a gente já vem lutando contra a pressão da sociedade, lutando para não ser contactado e, depois do contato, também vem a questão da sobrevivência. Nessa sobrevivência, a gente vem buscando sobreviver ao desafio da escravidão que meu povo passou, veio passando também um momento de... combater, naquele momento, para a gente continuar mantendo a nossa língua, os nossos costumes. Teve momento muito crítico na vida da gente, então a partir desse momento, a gente vê que nossa luta não começou agora, como a gente hoje está acostumado a ver o movimento social, mas a gente sempre já lutou pela nossa sobrevivência desde o contato...

Joaquim Leonel: Acho que essa parte final, ao menos aqui para mim, travou. Agora ela está voltando.

Maria Tupari: Oi, estão me escutando?

Joaquim Leonel: Agora sim.

Maria Tupari: Desculpa, é a minha internet mesmo, como eu estava falando.

Joaquim: Está travando. Maria, talvez desligando a câmera fique melhor.

Maria Tupari: Oi, vocês estão me escutando?

Joaquim Leonel: Estamos.

Maria Tupari: É minha internet. Eu vou ser um pouco breve. Eu estou falando bem devagar por causa das companheiras aí. Então, a gente vê que a nossa militância começou dentro das nossas próprias bases, porque às vezes a gente sentia que a gente não participava de reuniões, a gente não participava de muitas coisas – nas discussões, nas tomadas de decisões do nosso território. Com isso, a gente começou a levantar e falar por nós mesmas o que que nós sentíamos – não que os homens não nos representassem, mas a gente queria a gente mesmo falar por nós. Então a gente começa uma luta na participação, em seguida a gente já começa a pensar em uma coisa mais ampla e começa a participar do movimento estadual e nacional. E, com isso, a gente começa a pensar na formação de uma organização, porque, anteriormente, o meu estado teve uma organização, mas que não foi muito à frente. No dia 28 de setembro de 2015, a gente faz uma reunião com as mulheres, uma assembleia geral com todo o estado de Rondônia, onde a gente cria a nossa organização, onde eu sou

coordenadora hoje. Eu sou coordenadora da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR) e estou no meu segundo mandato, ano que vem conclui. Mas assim, foi um pensamento em conjunto, porque a gente precisava de representante que nos representasse a nível nacional e internacional levando a voz das mulheres indígenas do estado de Rondônia. Com isso, a gente começa a trabalhar as políticas públicas para as mulheres indígenas no nosso estado relacionando toda a ligação com o coletivo dentro dos territórios indígenas, a AGIR começa a desempenhar o papel que é fundamental para nós. Hoje, a organização indígena, a nível de estado, que está com tudo organizado e que está caminhando é a associação de mulheres, é essa que eu estou falando. Nós estamos com mais de seiscentas mulheres indígenas participando e, com certeza, a gente vai agregando mais mulheres de todos os povos. Nós somos aqui, no estado de Rondônia, cinquenta e seis povos indígenas, então a abrangência é muito grande. Com essa pandemia, a gente sofreu bastante para tentar, de alguma forma, contribuir com essas mulheres dentro de suas bases, porque tem localidade muito distante. Então a nossa luta vem na defesa dos territórios, pois sem território como nós sobrevivemos? Principalmente quem vive da floresta. Aí tem muita gente que questiona: “ah, mas vocês precisam plantar soja, criar gado e outras coisas”. A gente não precisa, porque da floresta a gente consegue produzir os nossos artesanatos, que é uma renda muito forte para as mulheres indígenas do estado. E, sem a floresta em pé, a gente perde também parte da nossa cultura que é milenar, que a gente tem aí para desenvolver esse trabalho do artesanato, cerâmica e outras coisas que são tiradas, com certeza, da floresta. Então a gente está com todo esse trabalho também. Muita gente fala assim: “ah, mas tem pessoas indígenas que são favoráveis à integrar”. Mas, assim, para nós são poucos que tem esse pensamento, que intimidam algumas mulheres para tentar, de alguma forma, arrendamento em terras indígenas, mineração em terras indígenas e o próprio garimpo dentro dos territórios indígenas. É um impacto muito grande que tem trazido para nós mulheres, porque de todas as formas sociais e territoriais... Porque a partir do momento que o homem se envolve com a questão da mineração... A gente já tem visto, já tem concretizado aqui dentro do território que, a partir do momento que os homens se envolvem na questão da mineração, eles vivem nessa questão do dinheiro e largam suas mulheres para viver com outras pessoas da cidade – muitas mulheres são abandonadas, que ficam com várias crianças e vivem em um sofrimento. Então, essa riqueza do minério vai ser boa para toda a população indígena? Não, claro que não. E nós, mulheres indígenas, sofreremos grande impacto dentro dos territórios, fora a prostituição e doenças também

que chegam nas nossas comunidades, o álcool e a droga... A luta da nossa associação e como liderar... a gente enfrenta muito esses desafios com o governo, mas também com algumas pessoas que acham que isso é legal. A gente sofre um pouco com isso e, como liderança, a gente se sente ameaçada em alguns momentos por nossos próprios parentes que acham isso bom. Também temos uma preocupação muito grande com os nossos parentes que estão em isolamento voluntário, que são uns parentes que a gente vê que não sabem como é a vida aqui fora e estão sofrendo essas ameaças de invasão, queimada, contaminação no rio e tudo mais. A gente se preocupa muito com a parte dos parentes isolados, que são nós no passado. Então o nosso trabalho é um pouco isso e a gente vem desenvolvendo oficinas, seminários, entre outras coisas que tragam as mulheres para compreender esse universo. Não é fácil, porque nós temos línguas diferentes e, para a gente, fica um pouco mais complicado porque a gente precisa conhecer cada realidade, precisa saber que cada cultura é diferente uma da outra. A gente não tem como chegar e falar assim: “ah, eu quero que seja dessa forma e isso, porque na outra comunidade deu certo assim”. Não é desse jeito, porque cada comunidade, cada povo é um povo, cada língua é uma língua, então, cada cultura é totalmente diferente uma da outra. Nós temos que respeitar também os costumes de cada povo e saber de que forma a gente vai contribuir com elas para fazer a defesa das próprias mulheres indígenas que estão nessas comunidades, como no geral. Nós estamos nesse coletivo com as nossas companheiras mulheres indígenas, mas também estamos lado a lado dos indígenas homens que estão na defesa dos territórios pelo direito do bem viver. Acho que o primeiro momento é esse de trazer esse momento de conhecimento e ver como a gente está desenvolvendo e, no outro momento, a gente pode trazer algumas coisas mais aprofundadas.

Catalina: Obrigada, Maria. Vamos entonces para el próximo bloque. Vamos a escuchar las intervenciones de nuestras interlocutoras sobre cuáles desafíos consideran que son los principales que se enfrentan en el desarrollo de ese liderazgo social que ustedes desempeñan, teniendo en cuenta los contextos muy específicos de cada país, de transiciones políticas, de continuidad de las violencias institucionales del Estado, y de la pandemia. Te escuchamos entonces, Gloria Luna. Para lograr cumplir la meta de duración de dos horas de nuestro diálogo, les propongo que hagamos intervenciones de máximo diez minutos ahora, de tal manera que nos sobren unos veinte minutos al final para hacer el intercambio entre ustedes. Entonces yo voy a controlar el tiempo, diez minutos para cada una. Gloria Luna, te escuchamos.

Gloria Luna: Listo, no voy a poner la cámara, porque sin la cámara es mejor la

conectividad. Yo pienso que de los desafíos que tenemos nosotras, las lideresas y defensoras de derechos humanos, y los líderes y defensores de derechos humanos en nuestro territorio, es conservar la vida, es el mayor desafío. Y que nosotros tengamos unas garantías para poder hablar, para poder defender, denunciar las situaciones de abuso que estamos viviendo en el territorio, porque realmente la implementación del Acuerdo de Paz del gobierno y las FARC, con el gobierno actual, es muy poco lo que se está implementando. El señor presidente y su gobierno llaman “implementación con legalidad”, pero resulta que la legalidad para él es quitarle todos los atributos de beneficios que tiene el Acuerdo hacia las comunidades y hacia las víctimas. En el Acuerdo, la figura central es la víctima, y en este gobierno se le está quitando todo eso que realmente favorece a las víctimas, y se está dando dentro de esa aplicación, la de entrar a favorecer los ya favorecidos de toda la vida en el país. Los asesinatos que ocurren en el territorio, por ejemplo, acá nosotros, en nuestra capital – yo vivo en la capital, en Quibdó –, se han dado por ahí ciento treinta asesinatos en la ciudad¹². Estamos en manos de la delincuencia, la persecución hacia los... con las extorsiones. Por ejemplo, mi organización: nosotros tenemos un proyecto productivo que ya con el tiempo se ha ido convirtiendo más o menos en una empresa y, en estos días que tuvimos reunión con la alta comisionada de Derechos Humanos para Colombia, me enteré que porque no hemos pagado la extorsión nos han amenazado con ponernos bomba en el restaurante que tenemos – tenemos un restaurante de comidas típicas chocoanas. Entonces es tener la seguridad y, para mí, la seguridad no es que el territorio esté lleno de militares ni policías, porque eso es algo que se da en la connivencia de los militares – no voy a decir que en su totalidad, pero sí de algunos – sobre todo con los paramilitares. Las amenazas que tenemos, los asesinatos y las masacres que se han realizado en el territorio son fundamentalmente por parte de los paramilitares. Desde que este señor fue elegido el 17 de junio del 2018¹³, y al otro día recibimos nosotros el primer panfleto – cuando digo “nosotros”, somos el Chocó, cuando nos amenazaban, prácticamente a todo el territorio por lo que decíamos. Tenemos el problema de la minería mecanizada, la minería ilegal y también de la minería legal, se está acabando con toda la biodiversidad. Entonces yo pienso que el principal reto para mí, como defensora de derechos humanos, y para el territorio es conservar la vida para poder

¹² Nota de los organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): se refiere a la capital de Chocó.

¹³ Nota de los organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): el 17 de junio de 2018 fue elegido el actual presidente colombiano para el período constitucional 2018 – 2022.

defender los derechos. Ese es el principal reto que tenemos, que yo pienso que tengo: el conservar mi vida para poder seguir trabajando, que los compañeros y las compañeras que defienden los derechos humanos en general, los derechos de las mujeres en particular, y los derechos étnicos, tengan las garantías de poder realizar esa labor. Entonces pienso que el principal reto que tenemos es ese, el de conservar la vida. Yo dejaría ahí. ¿Tengo más tiempo, Catalina?

Catalina: Sí, te quedan tres minutos, yo te hago señas. Si tú quisieras explicar un poco sobre la situación con el ELN, que es algo muy difícil a veces de entender del conflicto armado colombiano, porque son muchos actores armados. Si tú quisieras hablar un poquito de eso y también de la pandemia, en tres minutos.

Gloria Luna: Cuando se firmaron los acuerdos y las FARC-EP dejó el territorio, estos territorios fueron ocupados por los paramilitares – yo denomino paramilitares a lo que, a partir de un eufemismo, llama el gobierno las “BACRIM” – y el ELN¹⁴. Entonces la situación es: la disputa que tenemos en nuestro territorio, valga la redundancia, por el territorio, entre el ELN y los paramilitares, y que los paramilitares muchas veces representan élites de Colombia, porque lo peor que le puede ocurrir a una sociedad es el narcotráfico, porque esto permea absolutamente todo, y eso lo tenemos nosotros acá en Colombia. Y la pandemia nos ha llevado al aislamiento, al confinamiento. Pero por el mismo conflicto que nosotros vivimos desde el año pasado, hay muchas comunidades confinadas, las cuales no pueden salir, porque las confinan los actores armados legales como los ilegales, entonces esto lleva a una crisis alimentaria, a una crisis de educación, a una crisis de salud – sobre todo, dentro de la salud, estamos teniendo una crisis de salud mental y emocional muy fuerte en todo el territorio chocoano. El año pasado había alrededor, sin tener pandemia, de quince mil personas confinadas y, en este momento, por el conflicto – no por el COVID, sino por el conflicto –, nosotros tenemos cinco subregiones, y se puede decir que casi todas

¹⁴ Nota de los organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): BACRIM es la sigla de Sigla de “bandas criminales”. Con ese nombre (BACRIM) se han identificado las organizaciones o bandas criminales emergentes con posterioridad al proceso de desmovilización de las Autodefensas Unidas de Colombia (AUC) iniciado en 2005 (con la Ley 975 de 2005, conocida como ley de justicia y paz). Algunos sectores se refieren a ellos como grupos post-desmovilización, indicando la posible relación con la reestructuración o reorganización de antiguas estructuras paramilitares. La denominación oficial actual (según la Directiva No. 15 de 22 de abril de 2016 del Ministerio de Defensa Nacional) utiliza dos categorías para caracterizar y clasificar tales organizaciones criminales: Grupos Delictivos Organizados y Grupos Armados Organizados, y las define como estructuras de delincuencia organizada transnacional, pero sin concederles estatus político.

las subregiones cuentan con diez, veinte, cuando no son todas las comunidades que están confinadas. Entonces se aunaron el conflicto, la pandemia y ahora la situación que estamos viviendo del mal manejo que le hemos dado a la naturaleza. Nuestros ríos se han crecido y hay territorios en que han arrasado absolutamente con todo lo que la población tiene. Nosotros, el Chocó, somos fundamentalmente rurales, entonces es todo esto... La situación es muy compleja, muy difícil, con unas autoridades débiles, con unas autoridades en las cuales la sociedad civil no confía, y un gobierno nacional que ha aprovechado la pandemia para decretar cosas que quitan derechos que hemos ganado, con la lucha, todo el pueblo colombiano. Creo que ahí está, Catalina.

Catalina: Muchas gracias, Gloria Luna, muchas gracias, un contexto así bien...

Gloria Luna: ...Complejo.

Catalina: Complejo, pero lograste hacerlo en una forma concisa, clara. Muchas gracias. Vamos a escuchar entonces a Lidiane. Lidiane, ¿tú entendiste la pregunta que formulé en español?

Lidiane: Sim, sobre os desafios.

Catalina: Te escuchamos entonces, diez minutos.

Lidiane: Vou tentar ser um pouco sucinta também para a gente tentar ter espaço de diálogo. Eu acho que o principal desafio é... a gente pensar a democracia no Brasil... já que é uma democracia frágil. Difícil se pensar democracia no Brasil de forma ampliada, cidadania de maneira ampliada. Quando a gente olha para os territórios de favela, isso é muito mais difícil. Pensar em direitos para os moradores de favelas, para a população negra, nunca foi efetivado de fato, em sua plenitude, para essa população. Acho que aí está o primeiro desafio: entender as especificidades do que é atuar em um território como a Maré e com uma população da cor da pele da população da Maré. Uma outra questão que eu acho que é fundamental é que a gente está vivendo um retrocesso democrático em toda a América Latina e isso, no Brasil, não há de ser diferente. No Rio de Janeiro, tenho a sensação de que é mais aprofundado. Para quem não é aqui do Brasil, o atual presidente e toda a sua família se forja e cresce na cidade do Rio de Janeiro pautando uma política de segurança pública baseada no extermínio, pautando a ideia de “bandido bom é bandido morto”. Isso se amplia à ideia do “ajusticiamento”, que é a base das milícias. Aqui no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, a gente tem grupos que atuam no comércio de drogas ilegais, que a gente

denomina, normalmente, de facções. Aqui no Rio de Janeiro, a gente tem três facções de venda de drogas ilegais que ocupam os territórios de favela e, além disso, a gente tem vivenciado, nos últimos dez anos, a ampliação do que a gente chama de milícias, que são grupos paramilitares, pessoas que eram ligadas a instituições militares do Estado que passam a fazer um processo, a vender uma ideia de segurança privada nesses territórios de favela e passam a extorquir e dominar uma série de comércios. Por exemplo, só na Maré, a gente tem dois grupos de vendas de drogas ilegais e um grupo miliciano, que atuam nas dezesseis favelas e dividem esse território em partes de domínio: da comunidade x à comunidade y é atuação de uma facção; de outra comunidade é outra facção. E esses limites entre as facções são marcados por intensas disputas por esses territórios, que é uma disputa pela ocupação desse território, mas também pela exploração comercial desse território para além da venda de drogas. Então, hoje, os grupos paramilitares na Maré não atuam com vendas de drogas, em outras partes da cidade sim, mas tem toda uma exploração no controle do cotidiano. A gente, na Redes da Maré, normalmente chama todos esses grupos de grupos armados, na ideia de que são grupos armados que ocupam ilegalmente esses territórios e realizam uma série de práticas violentas e de controle do cotidiano do território dos seus moradores – que é também para a gente não fantasiar, romantizar esses grupos, acreditar que esses grupos não praticam violências. Um desafio que é muito forte, olhando a Maré, é que a gente tem a ocupação de três grupos armados, uma atuação da polícia... a polícia não circula normalmente na Maré, então cada vez que a polícia precisa entrar na Maré é mediante grandes operações policiais. O que é uma operação policial? São operações policiais que possuem um grande aparato bélico, então a polícia, por exemplo, não entra de viatura na Maré. Toda vez que a polícia precisa entrar, entra com carros blindados – que a gente chama aqui de caveirões terrestres –, mas também caveirão voador, helicópteros blindados com policiais dentro que atiram para fora. Tem uma ocupação desse território por esses grupos armados que tem uma circulação de arma muito forte, que também traz uma sensação de segurança. Então a gente está um pouco nesse contexto de uma ocupação ilegal desse território por esses grupos e uma atuação pontual extremamente violenta das polícias. Num contexto mais ampliado, você tem, a partir de 2019, uma ascensão da extrema direita aqui no Rio de Janeiro e no Brasil. Tanto o Bolsonaro, que é o nosso atual presidente, como o governador – afastado agora, mas que foi eleito – se elegeram no discurso da morte, do enfrentamento à criminalidade a partir de uma política de morte. Isso é novidade? Não. A segurança pública para as favelas e periferias sempre foi vista e foi percebida como uma política de morte, de extermínio. O que

acontece agora, de diferencial, é que não existe mais constrangimento de autoridades governamentais para falar isso, então isso passa a ser defendido amplamente em rede nacional. Uma frase que ficou muito marcada na campanha eleitoral de 2018 do atual governador aqui do Rio de Janeiro, que está afastado... ele se elege no jargão: “se eu ver armado, é para mirar na cabecinha e atirar”, defendendo a morte, defendendo a ideia de “bandido bom é bandido morto”. Ele se elege com essa plataforma eleitoral e se elege com grande diferença. Então, esse contexto, que já era de uma democracia frágil, vê uma ascensão de extrema direita... a gente vai vendo na ascensão dessa extrema direita, nos governos, uma desconstrução da segurança pública enquanto um direito, uma política pública. Por exemplo, aqui no Rio de Janeiro, você extingue a Secretaria Estadual de Segurança Pública e dá mais autonomia para as polícias como se segurança pública fosse só atuação da polícia. Esse contexto eu acho que vai trazendo... sempre trouxe desafios. Não é à toa que a gente da Redes da Maré criou um setor, um eixo, para tratar disso, mas isso vai se agravando nos últimos anos com a ascensão dessa extrema direita aqui. Além disso, por conta do nosso trabalho em defesa dos direitos humanos, obviamente, a organização e as suas lideranças vêm sofrendo uma série de ataques e ameaças – desde ataques online até ameaças presenciais, ameaças em dias de operação policial, ameaças na porta da nossa casa. Tem uma série de ameaças à nossa saúde física, emocional, digital... que a gente vem sofrendo simplesmente por falar que na favela tem que valer a lei – o nosso pressuposto básico é esse. Não é que a polícia não pode atuar, pelo contrário, a polícia tem que atuar dentro da legalidade. Falar o óbvio, hoje, nas favelas do Rio de Janeiro, traz um contexto de ameaça para nós defensores de direitos humanos. O que a gente está falando não é nada anormal, não é nada que não esteja escrito na lei, mas é lido e é percebido como uma afronta ao Estado, como se a gente estivesse tentando impedir o trabalho da polícia. E o que a gente vem defendendo é que existem várias formas da segurança pública atuar, que não seja através do confronto, de uma política de confronto e extermínio. Acho que é um pouco isso. Eu vou pedir desculpa, porque eu tenho que ir para a Maré. Eu tinha me programado até 11:30. Eu vou ficar aqui o quanto eu puder e tentar ir acompanhando, mas não sei se eu consigo ficar até o final.

Catalina: Obrigada, Lidiane. Vamos a escuchar, entonces, ahora a Mamá Charito sobre los desafíos que ella identifica. Te escuchamos.

María del Rosario “Mamá Charito”: Bueno, compañeras, para compartir frente al segundo momento desde la perspectiva y las reflexiones que se han tenido en nuestro ámbito territorial de las mujeres indígenas, afros, campesinas, los desafíos más grandes

en los que nos vemos enfrentadas es cómo desde el pensamiento, el sentir y el vivir de las mujeres podemos buscar estrategias de trabajo inmediato frente a la mitigación del cambio climático y el calentamiento global – teniendo en cuenta, tras las políticas de desarrollo de gobierno (tanto nacional, como departamental, municipal), tras los megaproyectos de extractivismo a los recursos del bien común que afecta a la vida de las mujeres indígenas en los diferentes territorios. Ese es el gran desafío que tenemos las mujeres, porque frente al cambio climático y al calentamiento global hace que se cambien nuestras propias formas de vida en los territorios frente a las garantías de la autonomía y la soberanía alimentaria, a la existencia de una vida digna de las mujeres, de la familia y la comunidad. Y frente a esto, la gran lucha de la defensa de los territorios en estos tiempos, porque vemos que la acción inmediata para mitigar el cambio climático es aunar esfuerzos, crear, construir redes de trabajo colectivo con mujeres afros, indígenas, campesinas para proteger y cuidar el territorio, y de esta forma poder mitigar desde acciones concretas todo el sistema del cambio climático. Para ello, desafortunadamente, en nuestros territorios ancestrales aún existen y continúan haciendo presencia los diferentes grupos armados que confinan a las comunidades indígenas, a nuestras mujeres, pero nosotros estamos en la búsqueda de la igualdad, de la paz, y que cada uno de nosotros y de nosotras podamos crear conciencia de sensibilización y que busquemos el valor, que nos sensibilicemos por el valor y el respeto a la vida. Porque tanto como los pueblos indígenas, afros, campesinos y los grupos que se encuentran en cada uno de los territorios, tal vez siguiendo sus propias políticas, sus propios criterios... es que tanto como la vida de ellos y de ellas es importante, al igual como la vida de la sociedad, de la sociedad civil, de los pueblos indígenas. Entonces, es invitarnos entre todas a construir la paz. La paz desde un equilibrio espiritual, emocional y, junto a ella, la paz con nuestra Madre Tierra, con nuestra Madre Naturaleza. Es entre todas buscar esa conectividad entre los territorios. Y por eso, desde la participación... el día 15 de noviembre, estuvimos finalizando el noveno Foro Social Panamazónico en defensa de la Amazonía, donde coincidió el pensamiento y las preocupaciones de campesinos, de afros, indígenas. Cómo los nueve países amazónicos estamos viviendo la misma realidad de la contaminación, de la falta de la voluntad política por que se cumplan los derechos fundamentales contemplados en la Constitución, contemplados en el Convenio 169 de la OIT¹⁵, pero

¹⁵ Nota de los organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): se trata del Convenio sobre pueblos indígenas y tribales de la Organización Internacional del Trabajo (1989). Disponible en: https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_

que solamente se ha contemplado en un documento, pero que no se ha podido dar cumplimiento a los derechos fundamentales de los pueblos indígenas, de los afrodescendientes, de los campesinos. Entonces lo que estamos buscando es que se pueda dar esa exigibilidad al cumplimiento de estos convenios. Los pueblos indígenas en Colombia, los sesenta y dos pueblos indígenas que estamos dentro del Auto 004 de 2008, los que estamos en vías de extinción, y a desaparecer física y culturalmente, estamos en esa búsqueda de la exigencia al cumplimiento de esos derechos fundamentales, el derecho por la vida, partiendo desde el derecho al territorio, porque, como lo manifestaba la compañera, sin territorio los pueblos indígenas no tendríamos vida¹⁶. Entonces, frente a eso, estamos en esa búsqueda del principio de la unidad. Hemos estado desde las acciones concretas para garantizar sostenibilidad ambiental, sostenibilidad en la autonomía y soberanía alimentaria, es que nos podamos juntar las mujeres desde los diferentes territorios y países en la construcción de una red de trabajo colectivo para garantizar bancos de semillas, de semillas vivas, de semillas nativas para garantizar autonomía y soberanía alimentaria y, así, evitar el ingreso de semillas transgénicas a los territorios ancestrales, que eso debilita la soberanía de los pueblos. También, en los tiempos de pandemia, es donde se ha puesto al descubierto de cómo los gobiernos vulneran el derecho a la vida y el derecho a la salud para los pueblos indígenas. Pero, afortunadamente, gracias al conocimiento ancestral y que nuestros sabios y sabias del conocimiento, que conocen el bosque, el río, la selva, existen las plantas medicinales... es como... con ese conocimiento y desde el poder de sanación de las plantas medicinales han podido autocuidarse, autocuidarnos a través de la medicina ancestral en esos tiempos de pandemia. Y como podemos reafirmar, los pueblos indígenas, que la soberanía alimentaria desde el cuidado de las chagras es importante para esta situación tan difícil como la que vivimos. Para los gobiernos les fue fácil decir: “vamos a entrar a una cuarentena obligatoria”, sin garantías del sostenimiento alimentario. Pues, afortunadamente, los que tienen o los que tenemos nuestras huertas, nuestras chagras, no sentimos mucho, pero da mucha preocupación para todas aquellas familias que viven en cuatro paredes y que no tienen esa garantía

INSTRUMENT_ID:312314.

¹⁶ Nota de los organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): la Corte Constitucional colombiana, mediante la sentencia T-025 de 2004, declaró el estado de cosas inconstitucional ante la masiva vulneración de derechos fundamentales de la población víctima de desplazamiento forzado y ordenó una serie de medidas de política pública para superar esa situación. En lo sucesivo, por conducto de la Sala de Seguimiento constituida para ese fin, ha emitido diferentes autos temáticos. Uno de ellos es el Auto 004 de 2008, citado por María del Rosario, que se ocupa de la situación de la población indígena víctima de desplazamiento forzado.

de la alimentación. Entonces es reafirmar cómo nuestras chagras, nuestra propia despensa de alimentos orgánicos nos permiten garantizar nuestra propia alimentación, nuestra propia sustentabilidad en esos tiempos como esta pandemia que estamos viviendo ahora, que no sabemos hasta cuándo. Y tenemos que seguirnos preparando para unas posibles y próximas situaciones que se nos presenten con todo el sistema de cambio climático que, desde luego por la contaminación de los ríos, las sequías, se nos presentarán situaciones más complejas para las comunidades indígenas, afros, campesinas – y no solo para ellos, para la humanidad. Creo que es importante que entre todos empecemos a pensar en los principios de unidad como seres humanos y que nos invitemos a la sensibilización, al respeto por la vida de cada uno de nosotros y de nosotras.

Catalina: Sí, Charito. Muchas gracias. Vamos a escuchar ahora a Maria Tupari sobre los desafíos que identifica.

Maria Tupari: Os desafios são vários. Nós temos vários desafios, nesse momento, com relação aos povos indígenas, porque a gente está passando por um momento bem complicado com os nossos governantes a nível de Brasil, a nível de estado. O nosso desafio maior, hoje, é o próprio governo brasileiro. Esse sim é o nosso maior desafio, porque, através dele, a gente hoje vem sofrendo muitas ameaças dentro dos nossos territórios com várias leis, projetos de leis, com PECs¹⁷ contra os povos indígenas... não só os povos indígenas, mas eu acho que também o povo quilombola, o povo de comunidades tradicionais. Eu acho que esse governo é o nosso inimigo maior nesse momento. É desafiador tudo isso que a gente passa, mas também é um aprendizado para a gente. Aqui, a gente vem aprendendo muita coisa com isso de como ser mais estratégico nas nossas lutas dentro dos nossos territórios. Não que isso... falar, assim, que hoje a gente vive um momento bem dramático com as leis e esses retrocessos que estão acontecendo... eu acho que com todo mundo, mas...

Catalina: Maria, está travando. Queria te sugerir, se você preferir, desligar a câmera. Talvez a conexão melhore desligando o vídeo. Obrigada. Vamos tentar assim.

Maria Tupari: Porque não é só nesse governo que a gente sofreu. Nenhum governo foi bom com a gente. A gente sempre foi em busca do que nós queremos. Eu vou desligar minha câmera. Então, como eu estou falando, nenhum dos governos foram

¹⁷ Nota dos organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): PEC é a sigla de “Proposta de Emenda Constitucional”.

de buscar a nossa saúde para o nosso território. Com todos os governos, a gente sempre teve que lutar muito... todas as organizações indígenas a nível de Brasil. A Organização de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira também está nessa luta junto com a gente. A nossa luta, esse desafio que a gente enfrenta a cada dia é mais pelo território – todos estão ligados ao território. Nós sabemos que muitos povos não têm esse território demarcado. Aqui no nosso estado, nós temos vários povos que não tem terra demarcada. Na terra indígena onde eu pertencço, são nove povos indígenas que foram colocados em um território só. Então esse impacto social que tem dentro das comunidades indígenas é muito grande. Por exemplo, o território em que eu vivo hoje, a Sete de Setembro, é do povo Paiter Suruí, é só eles que vivem aqui. No nosso território, não. No nosso território, são vários povos em um só local. Sabemos que cada um tem o seu modo de ser diferente e, outra, o território que a gente vive hoje, lá da Terra Indígena Rio Branco, a maioria dele é alagado. Em época de enchente alaga tudo, aí na época da seca que volta tudo ao normal, que a gente tem um espaço para andar. Como daqui para frente esses povos vão viver com o crescimento da população indígena? Nós somos questionados aqui no estado: “ah, a terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau...” – não sei se vocês já ouviram falar no povo Uru-Eu-Wau-Wau – “...é uma terra muito grande para pouco índio”. Aí a gente fica pensando assim: “só que lá não vive só o Uru-Eu-Wau-Wau”. Fala-se muito no Uru-Eu, mas lá vivem três povos também que ainda estão em isolamento voluntário. Dentro desse território, também vive o povo Amondawa. Dentro desse território, é onde tem as nascentes dos rios do estado de Rondônia e muita gente não busca entender a luta na defesa do território, as invasões que têm nesse território. Hoje, o desafiador para nós é manter os nossos direitos já conquistados, o que não está sendo fácil. Está muito difícil, porque os retrocessos são muito grandes. Muitas conquistas que nós tivemos, hoje estamos prestes a perder, umas já perdemos – por exemplo, os Conselhos que tinham foram excluídos. Nós, povos indígenas, tínhamos um Conselho que era dentro da CNPI, que é o Conselho Nacional de Política Indigenista. São muitas coisas acontecendo. É desafiador tudo o que a gente está vivendo nesse momento. Com esse novo governo, as coisas tenderam a desandar. Hoje, nós temos a mudança climática, que é pouco discutida; nós temos esse grande impacto nos territórios com o avanço do agronegócio que diz ser uma coisa boa para a população, mas que nós sabemos que é a morte – não só dos povos indígenas, mas de todo mundo –, porque se nós não tivermos floresta, não vamos conseguir viver bem. Na minha compreensão, eu vejo que tudo que nós estamos passando de pandemia e outros que ainda estão sujeitos a surgir é tudo

por causa desse desrespeito com a natureza, desrespeito com a floresta. Eu acho que tudo que nós debatemos tem uma relação muito forte com a natureza. Eu vi a companheira falando sobre a espiritualidade, sobre essa ancestralidade... Eu acho que nós temos essa ligação muito forte com a natureza, porque tudo está ligado às nossas ancestralidades que são da própria natureza. Não sei se respondi, se fui em cima do que a Catalina falou, mas estamos aqui para continuar.

Catalina: Muito obrigada, Maria. Respondeu sim. Ahora tenemos veinte minutos que quisiéramos dedicar para el intercambio entre ustedes. Pensamos que ese diálogo, esa troca entre ustedes sería fundamental para lograr el propósito de este encuentro. Lástima que Lidiane ya no está con nosotros, pero queremos saber si Maria Tupari tendría alguna pregunta para hacer a las compañeras que nos acompañan desde Colombia y viceversa, las mujeres que nos acompañan desde Colombia qué quisieran preguntarle a Maria Tupari. O si quieren también – no sé si eso sea posible, Leonel – de pronto, alguna pregunta que se hubiera querido realizar para Lidiane, que es una realidad también muy específica la de la favela de la Maré. Si las compañeras colombianas quisieran también hacer alguna pregunta sobre la realidad de la favela. Entonces, si quieres, Maria Tupari, te doy la palabra para que hagas alguna pregunta a las interlocutoras colombianas, ellas responden brevemente y luego ellas te formularían alguna pregunta.

Maria Tupari: Eu tenho uma pergunta, mas acho que ela até saiu. A Lidiane, parece. Era para ela que eu tinha uma pergunta. Para as demais, eu acho que não tenho pergunta, porque deu para entender bem. A Gloria também falou algumas coisas muito importantes sobre os desafios lá da região dela. Eu queria que ela falasse um pouco para a gente – assim, não seria uma pergunta – mas, aqui no Brasil... ela tem alguma rede que tenha uma ligação com o Brasil, a organização dela?

Catalina: ¿Tú quieres extender esa pregunta solo para Gloria Luna o para las dos? ¿Para Mamá Charito también o solo para Gloria Luna?

Maria Tupari: Essa minha pergunta seria mais para a Gloria.

Catalina: Gloria Luna, ok. Gloria, ¿quieres responderle a María Tupari? Y de una vez, si quieres, plantear alguna pregunta para ella. Y, luego, finalizaremos con Mamá Charito, en caso de que Mamá Charito tenga otra pregunta también.

Gloria Luna: Catalina, me puedes llevar...

Catalina: ¿Te traduzco?

Gloria Luna: Sí, exacto, traducir la pregunta que me hace Maria.

Catalina: Lo que María te preguntó, también si yo entendí bien, es si desde la organización en la que tú estás en Colombia, tienen trabajos en red o articulados con organizaciones en Brasil.

Gloria Luna: No, no tenemos trabajo articulado con Brasil. Es algo que, a mí, como defensora de derechos humanos, me parece muy importante y siempre, en los espacios en que estoy, abogo por eso, pero realmente no hemos podido tener ese trabajo. El año pasado nos reunimos defensoras de derechos humanos de Brasil, México y Colombia, pero realmente no logramos como tener esa... no pasamos de la reunión, no hemos logramos tener esa conexión, ese trabajo en red. Para toda la situación que estamos viviendo las mujeres, y en general los pueblos latinoamericanos, me parece muy importante tenerlo, pero no lo tenemos en este momento, un trabajo en red. Sería bueno que pudiéramos a través de Maria y nosotras, tanto Mamá Charito como yo, que empezáramos a establecer un relacionamiento para ir... que lleguemos a que tengamos un relacionamiento de organización a organización, y por qué no pensar en algún momento en que nos visiten, y nosotros visitar también el territorio donde está cada una de ustedes. No sé si Maria logró entenderme. Pregúntale.

Catalina: Maria, a Gloria Luna quer saber se você entendeu, se quer algum esclarecimento, que a gente traduza alguma coisa.

Maria Tupari: Deu para entender um pouco sim o que ela falou. Mais ou menos, porque, aqui onde eu vivo, nós quase não temos contato com o espanhol. Mas deu para entender um pouco o que ela falou sim.

Catalina: Leonel, você gostaria de traduzir resumindo a resposta da Gloria Luna para ser mais rápido? O meu português é mais lento.

Joaquim Leonel: Eu posso traduzir, muito sinteticamente: Gloria disse que não tem esse contato com alguma rede do Brasil, mas que acha muito importante que isso seja feito, que se tivesse essa oportunidade seria muito importante.

Catalina: Gloria Luna, ¿tú tienes una pregunta que quisieras hacerle a Maria o a Lidiane que ya salió? Pero que, si quieres hacérsela llegar a través nuestro, luego por WhatsApp te llegaría la respuesta...

Gloria Luna: Sí, para Maria. Me gustaría saber en qué región o en qué lugar de Brasil se encuentran su comunidad y ella. Me gustaría saber dónde está, sé que la otra compañera hace parte o está cercana a una favela. Yo tengo un poco de conocimiento, digamos, sobre lo que es Brasil, porque siempre he querido irme a estudiar a Brasil. Estuve haciendo gestiones, pero para irme a Bahía, a la Universidad Federal de Bahía, a hacer maestría en estudios étnicos africanos, pero realmente con la elección de Bolsonaro se me bajaron los ánimos, porque la situación es muy difícil, pero vamos a ver si, en algún momento, la vida me lo permite. Entonces, como eso, como querer y, sobre todo, como solicitar que tengamos... que no sea esta una primera conversación, sino que podamos... hago la propuesta de que podamos establecer una comunicación para más adelante mirar cómo nuestras organizaciones se pueden comunicar más, y empecemos nosotras con esa red que es tan necesaria que tengamos en América Latina. Que la empecemos Brasil y Colombia – Colombia desde el Chocó con la Red Departamental de Mujeres Chocoanas.

Catalina: Entonces voy a traducir para Maria la pregunta. Maria, a Gloria Luna quer saber qual a localidade que você e a sua comunidade moram. Eu sei que você falou no início, mas explicar onde, em que parte do Brasil está localizado. Na Colômbia, não necessariamente estão familiarizados com a geografia do Brasil.

Maria Tupari: Eu vivo em Rondônia. Onde eu moro, a localidade que eu moro hoje é Cacoal. Município de Cacoal, estado de Rondônia. Faço parte da Região Norte do Brasil. Hoje eu vivo aqui. Não sei como eu poderia explicar mais detalhadamente para que ela... O professor Joaquim Leonel talvez até poderia dizer: “é tal canto”. Eu acho que ela entenderia melhor. Mas por ela ser de outro país e ter pouco conhecimento da geografia do Brasil, fica mais difícil. Mas assim, eu moro nesse município, Cacoal, estado de Rondônia, norte do Brasil. Acho que aí no mapa dá para encontrar um pouco do nosso território, porque com certeza tem no Google o território Sete de Setembro, como também tem a Terra Indígena Rio Branco, que é o meu território de origem. Então eu faço parte dessa localidade.

Gloria Luna: Gracias, Maria. Quisiera saber si ella está adentro de su comunidad, si su comunidad tiene asiento en el territorio... en zona rural o en ciudad. ¿Cómo están organizados ellos allá en su comunidad indígena en Brasil?

Catalina: Maria, você entendeu a pergunta?

Maria Tupari: É, deu para entender. Vou responder conforme eu entendi. Eu vivo na aldeia mesmo, só que eu não moro no meu território, porque eu sou casada com outro povo – somos indígenas também, mas outro povo. Eu resido dentro do território de outro povo, mas eu vivo dentro da aldeia. A nossa organização fica na cidade mesmo, mas a gente fica, como agora em um momento de pandemia, mais nessa parte de fazer tudo online, pela internet. A gente tem esse trabalho da associação na cidade, é a sede dela, mas nós estamos todos em aldeia. Eu resido na comunidade indígena. Era isso a pergunta dela?

Gloria Luna: Sí, sí. Entendí más o menos. También esa es otra cosa, que yo antes entendía y falava más el portugués, pero no he tenido acá en el Chocó la oportunidad de hablar. Lo leo, lo leo bastante... y es una... que también sea una excusa para volver a retomar el portugués, para mí.

Catalina: Claro que sí. Entonces más una razón para continuar estos diálogos entre ustedes y las interlocutoras brasileñas. Muchas gracias, Gloria Luna.

Gloria Luna: Para la compañera, que sería... ella estuvo hablando sobre políticas públicas. Nosotros también hemos trabajado acá en el Chocó sobre la política pública de equidad de género y política pública de garantías para mujeres en Colombia, un programa integral de garantías para mujeres líderes y defensoras de derechos humanos. Pienso que es algo interesante que intercambiemos en ese sentido.

Catalina: Claro que sí. Transmitiremos, entonces, para Lidiane. Mamá Charito, ¿tú tienes una pregunta que quisieras formular para Maria Tupari o para Lidiane?

María del Rosario “Mamá Charito”: Yo creo que, afortunadamente, tenemos una grande diversidad de lenguas maternas: el portugués, el español, el inglés. Y creo que eso es lo que nos fortalece y nos enriquece. Nosotras siempre decimos que de pronto nos separa la lengua materna, pero, sin embargo, creo que el pensamiento y las necesidades son las mismas para todas las comunidades. Porque el pensamiento que tenemos las mujeres indígenas, las comunidades indígenas, los afros y los campesinos es el cuidado a la Madre Tierra, para cuidar la vida. Una pregunta para la compañera Maria Leonice es: en Brasil, ¿cuántas comunidades indígenas no contactadas existen? ¿Y qué se está haciendo para salvaguardar y proteger la vida y la dignidad de estas mujeres frente a los megaproyectos de desarrollo con las vías, con la invasión de sus territorios? ¿Qué se está haciendo por las mujeres indígenas no contactadas?

Maria Tupari: Então, aqui no nosso estado, a gente tem ciência que tem povos que estão em um contexto de isolamento voluntário. São cinco grupos indígenas que a gente sabe mesmo, mas a gente acha que tem muito mais do que isso. Só que, oficialmente, é isso. Hoje é muito desafiador cuidar desses povos. Recentemente, a gente teve até a morte de um indigenista que era um grande parceiro, amigo da gente – além de parceiro, amigo¹⁸. Teve a morte dele por estar protegendo esses parentes. Não tem como dizer que a gente está trabalhando em uma proteção só para as mulheres, porque esse trabalho é no coletivo, não tem como trabalhar só com a vida das mulheres. A gente tem uma organização de mulheres, mas isso não quer dizer que a gente só trabalha para nós, mulheres. A gente trabalha sempre no coletivo mesmo, pensamento coletivo para todos da comunidade. Se a gente está bem, com certeza a nossa comunidade vai estar bem. Agora na questão dos parentes que estão em isolamento voluntário, está difícil. A gente está vendo de que forma a gente vai contribuir como organização indígena para o desenvolvimento desse trabalho que, hoje, está bem mais complicado, principalmente por consequência da pandemia. Mas os órgãos indigenistas estão muito fragilizados, principalmente a FUNAI, que tem esse papel de estar desenvolvendo esse cuidar do território onde tem os índios em isolamento voluntário. Mas isso não está acontecendo, de fato, da forma que a gente queria, tanto que o nosso amigo Rieli sofreu esse ataque por causa de falta de equipamento de trabalho, por falta de dinheiro para ter uma equipe boa que estivesse desenvolvendo esse trabalho juntamente com ele e que estivesse, realmente, fazendo algum trabalho que protegesse esses indígenas dentro do seu território. Eles também estão sofrendo. Por que será que ele atacou? Com certeza, eles estão sofrendo com a queimada dentro do território – agora que deu uma parada aqui, porque começou a época da chuva, mas a gente viu que não foi só o Pantanal que sofreu com as queimadas, Rondônia teve um grande índice de queimada novamente, igual no ano passado – e também as invasões do território, porque o pessoal está invadindo mesmo. A região onde estão esses índios isolados, que são três grupos que tem dentro da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau, estão sendo, realmente... de todas as formas, eles estão sofrendo ameaças constantes, porque estão sendo pressionados

¹⁸ Nota dos organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): Maria Tupari faz aqui referência à morte do indigenista da FUNAI Rieli Franciscato, coordenador da Frente de Proteção Ambiental Uru-Eu-Wau-Wau no dia 9 de setembro de 2020 em Seringueiras - estado de Rondônia, após ser flechado no peito por um grupo de índios que vivem isolados, grupo esse que Rieli estava monitorando visando a sua proteção, pois já tinham aparecido na região anteriormente. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54177622>

a sair, então eles não têm mais frutas, porque está sendo desmatado, estão sendo retiradas as madeiras. Nós vimos também que tem a questão da retirada de madeira. Então tudo está sendo acabado, onde eles vão se alimentar? Porque eles não têm uma alimentação igual a gente que já tem o contato com o não-indígena. Tem toda uma questão que está sendo difícil para eles, por isso eles atacaram o Rieli, que foi fatal, mas a gente sabe que eles estão chegando cada vez mais, querendo já... saindo para fora. Então isso é uma preocupação grande. Mas, além desses indígenas, nós temos os indígenas de recém-contato. Esses aí são isolamento voluntário, mas nós temos os de recém-contato. O próprio Uru-Eu-Wau-Wau é de recém-contato, ele não é tão... e nós temos um outro grupo aqui que também é de recém-contato. Como é que a gente vai lidar com esses indígenas, sabendo também que nós temos que proteger a questão cultural deles? Porque, hoje, a evangelização está muito forte e esse governo está querendo evangelizar os indígenas recém contactados sem eles quererem, sem eles decidirem por eles, porque se eles conseguissem entender o que é religião e quisessem eles mesmos se converterem, era uma coisa; agora, converter eles sem terem esse livre pensamento de o que eles querem da vida... isso é difícil. A gente, Maria do Rosário, não tem uma coisa para a gente dizer assim: “nós estamos fazendo isso aqui”. Está difícil. Nesse momento para nós está muito difícil, principalmente por causa da pandemia. Não sei se eu consegui responder à pergunta dela.

Catalina: Mamá Charito, ¿tú entendiste? ¿Tú quieres que intente resumir en español la respuesta de Maria Tupari?

María del Rosario “Mamá Charito”: Sí, por favor, Catalina. Algunas cositas nomás logré entender, pero sí, me gustaría entender un poquito mejor.

Catalina: Yo voy a intentarlo también, porque fue una respuesta extensa y coincidió con el momento que me trajeron a mi bebé Cauã para amamantarlo. Le voy a pedir soporte, le voy a pedir apoyo a Laura, ¿vale? Que tú tienes un español fluido. Si tú quieres complementar la traducción. Bueno, de las cosas que escuché en la respuesta de Maria Tupari, ella destacó por un lado que si bien existe una organización de mujeres para fortalecerse entre las mujeres de los pueblos indígenas, ellas remarcan mucho que el trabajo es colectivo, no hay cómo hablar de una defensa solamente de la vida de las mujeres, porque es la vida del colectivo, de las comunidades, en colectivo. Ella mencionó que, recientemente, un líder indígena perdió la vida, fue atacado, fue asesinado...

Joaquim Leonel: Catalina, não é um líder indígena. É um indigenista.

Catalina: Ah, perdón, entendí mal.

Joaquim Leonel: É um indigenista, no caso, simplificando: um homem branco, ocidental, que trabalhava na proteção das comunidades indígenas.

Gloria Luna: Sí, un indigenista.

Catalina: Yo entendí mal. Entonces, Mamá Charito, disculpa: no es un líder indígena, es un indigenista, una persona reconocida, que trabajaba en la defensa de las comunidades indígenas. Él fue atacado y eso hace parte de una larga lista que luego Maria Tupari mencionó de desafíos, de ataques, de la vida en riesgo de los pueblos indígenas. Sobre los pueblos no contactados, que aquí se llaman como en aislamiento voluntario, o sea, que están aislados voluntariamente, no contactados, y también hizo la diferencia con los pueblos recién-contactados. Hay desafíos de diferente orden, invasiones, deforestación, con el propósito, con la intención de sacarlos de los territorios, además de los ataques frontales a la vida y a la integridad física de esos pueblos, y los recién contactados, está el riesgo con respecto a la preservación cultural de esos pueblos, porque están recién contactados y el riesgo es que no se respete su cultura propia y que se les imponga, por ejemplo, ella mencionó, una evangelización a la fuerza. Laura, ¿tú quieres añadir algo? ¿O Leonel? En español, para traducirle a Mamá Charito, si yo perdí otros detalles.

Laura Magalhães: No, creo que tú has resumido muy bien todo. Solo iba a comentar que ese proceso de evangelización que están pasando los indígenas recién-contactados, ella hizo hincapié, que es importante, que... se está incrementando con la acción del propio gobierno. Entonces, es algo que solo me gustaría comentar.

Catalina: Ah, sí. Entonces, vamos a concluir nuestro encuentro.

María del Rosario “Mamá Charito”: Catalina, muchas gracias por la traducción, y pues me surgió esta inquietud, esta pregunta... es porque, afortunadamente, al conocimiento de nuestras abuelas, al haber logrado salvaguardar todo el tema del fortalecimiento y de la conectividad espiritual, y frente a las ceremonias que hemos obtenido, he logrado escuchar la voz de las mujeres indígenas en aislamiento voluntario, de pueblos no contactados, y las selvas, los bosques y las cascadas han sido como las mensajeras espirituales de esas mujeres indígenas donde han solicitado que las mujeres, las organizaciones de mujeres, las organizaciones indígenas nos juntemos

para aunar esfuerzos y voces de defensa de sus derechos de la defensa, de la vida de estas mujeres que están allá y que, de alguna manera, ellas y ellos, las comunidades indígenas en estado de aislamiento voluntario, pueblos no contactados, desde su naturalidad, desde su ley de origen, nos ayudan a nosotros, a los que ya estamos en la convivencia más aculturizada, nos ayudan a mantener el equilibrio de nuestro ecosistema. Son los que todavía, desde su propio ser, desde su propia espiritualidad, ayudan a equilibrar nuestro planeta. Entonces, así como ellos y ellas nos ayudan a nosotras, nosotras que estamos más cerca a la sociedad, más cerca a los estados, logremos empezar a construir ese camino de defensa, de su derecho, de la vida, del territorio, yo sé que es bastante complejo y eso es uno de los desafíos más grandes que tenemos los líderes y las lideresas, porque cuando proclamamos o proclaman voces de defensa en los territorios es cuando existen las amenazas para silenciar y no permitir la defensa del territorio, y si defendemos el territorio, es defender la vida de la humanidad. Entonces, quiero enviarle un mensaje muy especial a la hermana Maria y a las compañeras quienes estuvieron en este conversatorio, de un mensaje de unidad, de paz espiritual y que, a partir de este conversatorio, podamos juntar nuestras manos desde la distancia, porque para la espiritualidad no hay fronteras. Que sigamos juntas como mujeres, porque en las manos de las mujeres están nuestros hijos, está la familia, está una comunidad. Nosotros somos el referente de la Madre Tierra, que es la que nos alimenta, que es la que nos sostiene, que es la que equilibra el ecosistema, el planeta. Entonces nosotros somos Tierra. La Tierra es mujer. Que nos fortalezcamos entre las partes, así sea desde la distancia, pero que nos sintamos mujeres fuertes y defendamos el derecho por la vida, porque nuestros hijos y las futuras generaciones lo necesitan. Muchas gracias, Catalina, y a todas. Gracias por la traducción y un mensaje muy, muy especial a las compañeras, a la compañera del Chocó que también está enfrentando situaciones bien difíciles, pero que con el poder y el amor de nuestra Madre Tierra podremos salir adelante.

Gloria Luna: Yo quiero decir algo, como a raíz de lo que ha dicho Mamá Charito. Nosotras, las mujeres negras, estamos abogando, cuando hablamos de protección y de prevención, que se haga desde lo espiritual, desde la ancestralidad espiritual, de lo psico-espiritual. Estamos abogando para recuperar toda esa ancestralidad, porque a nosotras... el tejido y la medicina tradicional en nuestro territorio, el conflicto armado ha destejido y la ha afrontado bastante... entonces nosotras, las mujeres negras, estamos solicitando eso, y lo pedimos en cada uno... cuando estamos trabajando en la prevención y la protección. Para mí, personalmente, es muy importante la prevención,

porque la prevención es prevenir para que no se dé el hecho, bregar a retardar que se dé el hecho. Y otra cosa, Mamá Charito, cuando he tenido oportunidad, he abogado para que se haga un foro, una reunión entre el Chocó y la Amazonía, porque lo estoy diciendo desde cuando hicimos un taller cuando vino el Papa acá a Colombia, un taller muy bonito que se llamó “Del Derecho al Agua al Derecho a la Paz” y se habló mucho de la Amazonía, porque nosotros somos los pulmones de la Tierra, de la humanidad. Y nos hemos visto muy afectados por el cambio climático, entonces sigo abogando para que en algún momento nos podamos juntar, nos podamos sentar a pensar la Amazonía y el Chocó desde nuestra diversidad, buscando una unidad de preservación, de cuidar el planeta o la casa – como la llama el Papa Pacho. Entonces hago ese llamado para que miremos a ver cómo podemos, en algún momento, realizar ese trabajo, porque creo que es importante.

María del Rosario “Mamá Charito”: Muchas gracias, Gloria Luna, que el universo así nos permita y que podamos en algún momento, así como terminamos apenas el noveno Foro Social Panamazónico en defensa de la Amazonía, estas líneas de acción que quedaron trazadas en ese magno evento... podamos seguir juntando, porque el territorio nos debe juntar, el planeta y nuestra Madre Tierra nos debe juntar, porque es responsabilidad de todos, no solamente de los pueblos indígenas, de los afros y los campesinos, sino de la humanidad, porque es la casa del bien común y para nuestro planeta no hay un plan B – es único y, por eso, necesitamos con urgencia juntarnos para proteger nuestra casa. Gracias, Gloria. Gracias, Catalina.

Catalina: Mujeres, a ustedes muchas gracias. Muchas gracias por dedicar este tiempo, por permitir esta conexión y, claro que sí, el propósito de ese proyecto es que tenga una perspectiva más larga de continuar estos Diálogos. Les estaremos dando noticias de lo que saldrá de acá, como les comentamos en el previo contacto que hicimos con ustedes para este encuentro. Haremos una publicación electrónica con la memoria de este diálogo. Y también esperamos generar una pieza comunicativa, que es un podcast, para permitir que personas no solamente del mundo académico se interesen por escuchar sus voces sobre las realidades y los contextos que ustedes han traído a la reflexión hoy. Esperamos visibilizar esto mucho más. Entonces les estaremos dando noticias. Por mi parte, muchas gracias. Leonel, ¿tú quieres decir alguna palabra final? Y cerramos.

Joaquim Leonel: Eu queria só novamente agradecer à Gloria Luna, à Lidiane Malanquini (que estive com a gente até há pouco), à Mamá Charito e à Maria Tupari

pela generosidade, pela disponibilidade, por estar aqui falando sobre essas vivências tão ricas e tão repletas de lutas. Foi muito gratificante estar aqui e eu acho que os desdobramentos disso, como você disse Catalina e eu queria reforçar, é extremamente importante no sentido de que a gente mantenha o contato para dar um retorno sobre aquilo que nós, enquanto grupo de pesquisa, estamos fazendo com relação a esses “Diálogos”, ou seja, uma questão de ética de pesquisa com relação a esse material que a gente está gravando e com relação a vocês que aqui estão. Eu acho que tem esse retorno nosso, o contato que a gente vai manter. Existe também contato entre vocês, que estão se conhecendo. Como foi dito anteriormente, os “Diálogos” abre uma porta para novos diálogos, ou diálogos de um outro tipo, entre vocês: Gloria Luna, Mamá Charito, Lidiane Malanquini e Maria Tupari. Essas diferentes interfaces são importantes e ficamos contentes em participar delas. Então é isso. Eu queria finalizar então agradecendo muito, muito a todas vocês pela presença.

Gloria Luna: Gracias. Yo quiero dar las gracias. Creo que es urgente que tengamos los cruces de saberes. Debemos de cruzar el saber académico con el saber milenario. Es importantísimo en esos momentos que tengamos cruces de saberes. Es algo que debemos de hacer, porque tenemos la unidad y, sobre todo, la unidad de América Latina. Nuestra unidad es desde la diversidad y el respeto. Muchas gracias por haberme invitado y espero que no sea la primera ni la única.

Joaquim Leonel: Obrigado, Gloria. Com certeza não. O que você falou, eu acho que tem a ver exatamente com essa questão dos desdobramentos, ou seja, o cruzamento de saberes, que é uma coisa que nos une – pessoas que trabalham na academia, pessoas que trabalham em outros espaços, pessoas que lutam contra situações de violência – é exatamente essa a indignação com relação à desigualdade, à violência. Eu acho que isso nos une enquanto cidadãos e nos une também aos nossos espaços de trabalho, espaços de lideranças, de lutas sociais. Eu agradeço muito todas vocês, mais uma vez. A gente dá por encerrado esse momento mantendo a ideia de que vamos continuar em contato e vamos ter desdobramentos nesse sentido, sobretudo que a Gloria colocou no final, do cruzamento de visões e de saberes. Beijo grande para todas – hoje só tem eu aqui de homem. Então beijo para todas e mantemos esse contato. Muito obrigado.

María del Rosario “Mamá Charito”: Muchas gracias.

Gloria Luna: Obrigada también. Muito obrigada.

Catalina: Excelente semana.

Laura: Muito obrigada. Muchas gracias.

Gloria Luna: Chao.

Joaquim: Tchau, Catalina. Tchau a todas.

Catalina: Tchau, chao.

PARTE 3

Atores vinculados à defesa ampla dos direitos humanos

Ana Jimena Bautista Revelo

Fábio Aparecido Moreira

Nhora Lucía Álvarez Borrás

Raphaela de Araújo Lima Lopes

Joaquim Leonel: Eu queria começar agradecendo muito à Ana, ao Fábio, à Nhora Alvarez e à Raphaela pela presença e por estarem aqui conosco. A gente está realizando uma série de Diálogos sobre a Justiça de Transição, em uma perspectiva de comparação, contraste e desenvolvimento de ideias que façam um diálogo entre Brasil e Colômbia. Fizemos uma primeira edição desses Diálogos com atores institucionais que participaram de mecanismos ou de órgãos da Justiça de Transição, como a Comissão Nacional de Verdade ou como a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos – foi o primeiro Diálogos. Fizemos um segundo Diálogos com atores relacionados ao contexto de lideranças sociais, envolvidas com lutas contra mecanismos institucionais de violência do Estado que ilustrariam uma relação de continuidade dessa violência objeto do próprio processo de enfrentamento da Justiça de Transição. A gente trabalhou, particularmente, com pessoas ligadas às lutas das mulheres e às lutas de povos indígenas – foi o segundo Diálogos. O terceiro Diálogos, que é o que a gente está fazendo hoje, é um diálogo voltado para pessoas que tenham envolvimento com instituições ou com lutas relacionadas mais à questão dos Direitos Humanos. A nossa ideia é trabalhar com vocês um diálogo, uma conversa para ouvir relatos e trocar ideias sobre pessoas que têm uma importância

dentro dessa trajetória de lutas pela defesa de Direitos Humanos, particularmente no contexto dessa continuidade de mecanismos de violência institucional dos Estados, bem como de setores sociais opressores. Eu queria agradecer muito a presença de vocês. Esse trabalho que a gente está fazendo – como eu disse antes de começar a gravar – é um trabalho que foi proporcionado por alguns editais de fomento à pesquisa realizado pela Universidade Federal Fluminense, na qual todo grupo de pesquisa tem uma vinculação. Esses editais proporcionaram bolsas para estudantes e uma verba para a publicação de 2 ebooks e 3 podcasts. Contamos com três bolsas nessa pesquisa: uma para uma estudante de doutorado, a Laura, que vai nos ajudar hoje na condução desse encontro; uma estudante de mestrado, a Daiane – que, inclusive, muito gentilmente, fez o convite, a intermediação com o Fábio; e uma outra estudante de mestrado, a Miriam, que está aqui conosco hoje. Além dessas pessoas, nós temos mais estudantes que estão participando do grupo de pesquisa sobre Justiça de Transição, que é o grupo vinculado ao Núcleo de Pesquisas Interdisciplinares sobre Teorias, Práticas e Atividades no campo do Direito, que é um grupo que eu coordeno junto com a professora do departamento de Direito Aplicado da UFF, a Cristiana Vianna Veras. Antes de passar a palavra para a Laura explicar para vocês como a gente vai organizar esse encontro em termos das falas, eu queria registrar ainda que todo esse projeto foi muito estruturado dialogando com a tese de doutorado da Catalina. Ela está coordenando comigo essa pesquisa específica e, com certeza, esse projeto não estaria acontecendo se não fosse esse suporte mais direto – tanto em termos de campo empírico como também de campo teórico – do trabalho da Catalina, que a princípio estaria também coordenando a atividade de hoje se não fosse essa pequena enfermidade, como ela disse: o Cauã, o filhinho da Catalina, está com febre. Ela vai acompanhar o encontro e todos aqui, com certeza, estão desejando as melhoras para o Cauã: que ele se reestabeleça logo. A Laura vai passar para vocês a dinâmica do encontro, mostrando as ordens de fala e os pontos gerais que abordaremos. A gente previu um encontro que vai até meio dia – não mais do que duas horas – para a gente fazer esse Diálogos. Laura, a palavra é sua.

Laura: Yo voy a hablar en castellano y después hablo en portugués, pues si alguien no puede comprender. Me llamo Laura, soy estudiante de doctorado y hoy estoy sustituyendo – no muy bien, pero estoy sustituyendo – a Catalina. Antes de todo, me gustaría pedirles que apaguen los micrófonos mientras otra persona está hablando, porque es importante para nuestra grabación, para el podcast, que no haya ninguna

interferencia. Muchas gracias. Es muy importante, porque estamos aprendiendo y tuvimos una reunión con el equipo que está haciendo el podcast y nos fue recomendado que, incluso, si acaso la conexión es mala, lo mejor sería apagar también la cámara para que el audio salga con más calidad. Ahora, con este informe inicial, vamos a pasar a cómo vamos a conducir este encuentro de hoy. Van a ser tres bloques: uno de presentación para que cada uno de ustedes nos hablen un poco sobre sus trayectorias y los campos de acción en la defensa de los derechos humanos; el segundo bloque es motivado por la pregunta: ¿cuáles desafíos identifican ustedes en el ejercicio de la defensa de los derechos humanos en cada país, cruzando los contextos de transición política y también de la pandemia? El tercer y último bloque, va a ser dedicado a posibles preguntas que quieran hacerse entre ustedes, porque creemos que es una gran oportunidad de conocer más, de sacar dudas, en fin, y por eso las colombianas pueden hacer preguntas a las personas de Brasil y viceversa. Este encuentro, como el profesor Leonel ya nos ha dicho, tiene el máximo de dos horas. Vamos a intentar hacer en ese primer bloque de presentación unos tres minutos, aproximadamente, para cada uno; el segundo bloque, de diez minutos para cada uno y cada una de ustedes; y el tercer bloque, de diez minutos. Por fin, vamos a seguir un orden alfabético intercalando los países: primero, yo voy a pasar la palabra a Ana Jimena, luego Fábio, después Nhora y, finalmente, Raphaela. También, un aviso importante: si hay algún fallo de conexión o mal sonido, os pido que repitáis la parte que se quedó sin comprensión, porque también es muy importante para nuestra grabación del podcast. ¿Hay alguna duda? ¿Alguien de Brasil no ha comprendido y quiere que repita en portugués? ¿Todos bien? Genial. Muito bem. Yo voy a pasar la palabra ahora a Ana. Tiene la palabra. Gracias.

Ana: Buenos días a todos y todas de nuevo. Mi nombre es Ana Jimena Bautista Revelo. Yo soy de un territorio de acá de Colombia que es el departamento del Cauca, al suroccidente del país. Digamos que mi experiencia en la defensa de los derechos humanos ha transitado, especialmente, alrededor de dos o tres grandes temas – o problemáticas, mejor. Yo, digamos que, en la defensa de los derechos humanos, nací dentro del movimiento feminista, en el Cauca, de la mano de una expresión del movimiento de mujeres por la paz acá en Colombia, que se llama La Ruta Pacífica de las Mujeres – movimiento que hacia la década del 2000 exigía, en ese momento, la resolución negociada al conflicto armado, partiendo también de las especiales afectaciones en la vida y en los cuerpos de las mujeres. Y fue allí, creo yo, el primer

escenario de formación política del que hice parte. Yo soy abogada de formación y tengo una maestría en Derechos Humanos y Democracia en América Latina – ahorita soy estudiante de una maestría en Sociología –, pero esa maestría me llevó a Ecuador. Hay una particularidad y es que el Cauca está igual de lejos de Bogotá a Quito. En Quito, había becas, entonces tuve la posibilidad de hacer la maestría en Quito. Pero, allí, otra posibilidad fue juntarse con gente de otras partes de América Latina. Colombia es muy autorreferencial – en parte, también, por las pocas olas migratorias que hemos tenido. De manera reciente, estamos teniendo una migración más fuerte venezolana, pero nuestro país no se ha caracterizado precisamente por ser un país de acogida de otros pueblos. Entonces allí sí que tuve la posibilidad de mirar un poquito más allá. Y, de regreso al país, me vinculo con el Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado que, en ese momento, en el 2010, digamos, estaba dando toda la discusión en el país sobre el reconocimiento de los derechos de las víctimas. En ese momento, teníamos un tratamiento diferenciado: una cosa era ser víctima de las guerrillas o de los paramilitares, y otra ser víctima de agentes del Estado. Entonces digamos que me vinculo a toda la discusión de la aprobación de la Ley de Víctimas. En términos laborales, siempre me he estado moviendo en dos grandes campos. Uno, en la defensa los derechos humanos de las mujeres, pero dos, alrededor de las víctimas. Y, por ahí mismo, tuve la posibilidad, después de trabajar durante seis años en el Congreso de la República como asesora de un congresista, Iván Cepeda Castro, quien venía del Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado – era uno de sus voceros. Pero creo que uno de los aprendizajes que tengo más importantes de él, también, era entender de manera clara que las víctimas no querían sólo hablar de los derechos de las víctimas, sino que querían ser reconocidas en toda su ciudadanía. Y así, desde el día uno, empezamos a trabajar no sólo en los derechos de las víctimas, sino en muchos campos. Pero una de las discusiones que también fue muy importante, es toda la discusión sobre el ordenamiento territorial, no sólo de despojo – nuevamente –, sino quién toma decisiones sobre los territorios, cómo se toman las decisiones sobre los territorios y cómo reconocemos a quienes habitan los distintos territorios, especialmente los territorios de la ruralidad. Entonces allí es cuando empiezo a trabajar de manera fuerte temas más ligados a ese ordenamiento territorial y explotación minero-energética, y las tensiones que allí se producen. En ese momento, mi jefe Iván tuvo un papel muy importante, también, dentro de las negociaciones del Acuerdo de Paz. Pero quisiera destacar también la generosidad de la gente de los movimientos sociales en Colombia. Creo que, en buena parte,

todo lo que uno hace, más como defensora de derechos humanos, en realidad, se debe a la generosidad y a la trayectoria organizativa de la gente. Sólo lo que haces – o al menos en mi experiencia –, es a veces tratar un poquito de organizar eso y tratar de presentarlo de la mejor manera, y ayudar a pensar cómo se puede hacer de la mejor forma. Pero sí, yo siento que todo lo que aprendí en ese escenario fue gracias a la generosidad de la gente que era muy cercana a este senador. Y ya en mi última parte de trayectoria profesional, cuando salí del Congreso, me vinculé a la Procuraduría. En el Ministerio Público, estuve un año también coordinando temas de asuntos territoriales. Pero, ahorita, estoy en un Centro de Investigación dándole vida a una nueva línea que es sobre tierras y campesinado en esta discusión por el reconocimiento del sujeto campesino. Yo coincido con una académica de aquí de Colombia, que es María Emma Wills, que plantea que uno de los nudos de nuestra guerra pasa justamente por la ausencia del reconocimiento de la participación del campesinado. Entonces, en los últimos años, he estado en ese escenario. Ya, más o menos por ahí.

Laura: Muchas gracias, Ana. Agora passo a palavra ao Fábio. Muito obrigada, Fábio. Tem a palavra.

Fábio: Bom dia a todos e a todas. A minha trajetória tem sido marcada pela luta intransigente pelo direito à educação. A educação como direito humano, a educação com um recorte muito grande também na cultura, porque, principalmente a cultura, é tida como se fosse uma perfumaria, como se fosse algo desnecessário, algo supérfluo, mas é direito de todos. Iniciei minha trajetória como educador popular aqui na quebrada, aqui no fundão da zona leste, na Guaianases, no distrito de Lajeado – o distrito mais miserável da região metropolitana de São Paulo, onde nós temos uma realidade social muito grave, uma realidade social extremamente perversa. Eu comecei trabalhando como educador popular na época da gestão do Paulo Freire como secretário da Educação, na gestão da Luiza Erundina aqui em São Paulo, em que a educação popular estava muito forte. Eu sempre quis ser professor, sempre quis ser educador, eu nunca quis fazer outra coisa na vida – não me olhem assim, eu sou normal! Eu sempre quis fazer isso na vida e comecei a entrar em sala de aula aos dezessete anos, eu não podia nem receber ainda quando chegou a verba, trabalhava uns seis meses de graça, aquela coisa da educação popular mesmo. A gente fica muito feliz quando vê que tem companheiros como a Daiane, são pessoas companheiras, daquelas que compartilham o sonho com a gente, a esperança – porque a esperança

é apesar de, não é por causa de. A coisa está feia, então agora é que é o momento de ter esperança mesmo, porque estamos em um momento super difícil, principalmente aqui no Brasil, aqui em São Paulo. Mas a gente vem trabalhando como educador. Depois fui fazer Letras na Universidade Estadual, fui com a cara e a coragem. Comecei na década de noventa, que era uma coisa impensável para um filho de analfabetos: saí da periferia e fui fazer universidade pública. Tanto que eu morava em uma pensão de operários lá, operários e trabalhadores rurais, cortadores de cana, porque até então não tinha como a gente morar em uma pensão de estudantes, estava fora dos meus padrões econômicos. Mas fiz o curso de Letras e retornei para São Paulo, militando sempre no movimento negro na universidade, militando sempre nas questões sociais aqui no bairro também. E eu sempre na radicalidade da educação, na questão de que a educação poderia fazer uma diferença tremenda – não individualmente, mas estruturalmente de forma que as pessoas pudessem buscar alternativas para as suas próprias vidas. E aí, eu entro como estagiário, em 1993, na penitenciária de Assis para dar aula na prisão. Eu entro e percebo que esse direito à educação não é reconhecido, porque, apesar do direito de ir e vir ter sido cerceado pela sentença da condenação, o direito à educação permanece e não temos políticas públicas ainda. No Brasil, nós estamos em uma transição ainda, buscando a construção dessa política pública de educação em prisões. Então eu busco ali, dentro de sala de aula, fazer meu trabalho baseado nos princípios freirianos e tudo o mais, mas com uma crítica muito feroz, uma inquietação muito grande pela ausência de políticas públicas que reconhecessem esse direito. Aí eu vou para a coordenação, vou para a supervisão, vou para a gestão regional desse projeto no oeste paulista. Na época, nós tínhamos dezesseis prisões em São Paulo, hoje nós temos mais de duzentas. Eu vi esse crescimento, esse tema exponencialmente, trancafiando esse sistema de encarceramento em massa muito presente aqui no nosso país. E vou trabalhando até o limite, como diria o Moacir Gadotti, lidando com essas contradições até o limite. Qual é o limite? A crítica da não política pública da educação – são projetos, ações isoladas, mas voluntaristas, não programáticas, não são políticas de Estado. Isso foi causando uma inquietação muito grande. Aí, depois da graduação, eu consigo uma bolsa de ação afirmativa da Fundação Ford e vou fazer o mestrado na USP, orientado pelo professor Roberto da Silva, que vocês já devem saber quem seja, um sujeito que sempre apoiou esse tipo de iniciativa. Com o apoio da Fundação Ford, eu saio da FUNAP, onde eu trabalhava, que era uma Fundação que atendia essa educação nos presídios, e vou fazer a crítica mais acadêmica, mas que também possa contribuir nas políticas públicas. Então

atuei, além de fazer a pesquisa de mestrado e doutorado, no trabalho da busca desse reconhecimento da política pública da educação. Atuei também como consultor da OEI, um órgão da UNESCO para a educação, a ciência e a cultura, fazendo uma pesquisa na questão da leitura em prisões, que seriam pesquisas que fomentariam políticas públicas de educação e cultura nos presídios do Brasil, mas que não tiveram continuidade com esse governo que nós temos aí. Mas continuamos na luta. Agora faço parte de um grupo de pesquisa de raça, gênero, também lá na USP: nós estamos fazendo uma questão de uma educação antirracista no município de São Paulo e buscando construir um trabalho para esse reconhecimento da educação – que seja uma educação para a diversidade, com diversidade, pela diversidade. Uma educação que caibam todos, que as pessoas queiram ser e possam ser. Essa é a minha luta intransigente, essa é minha história, essa é a minha pegada. Sem contar aqui na quebrada, onde a gente tem uma atuação muito forte. Eu me recuso a sair daqui de Guaianases, porque o pessoal aqui vai tendo graduação, vai para Itaquera, vai para Tatuapé... como que vai viver só em Copacabana, sabe, Joaquim Leonel? Vai ali em direção ao Leblon conforme vai conseguindo... mas eu faço questão de estar aqui na quebrada para a molecada ter referência também nessa questão. Temos os grupos de rap, temos o jongo, temos uma questão cultural muito forte por aqui também.

Laura: Muito bom, Fábio. Muito obrigada. Voy a pasar la palabra ahora para Nhora Alvarez. Tiene la palabra.

Nhora: Hola a todos y todas. Buenos días. Mi nombre es Nhora Álvarez. Soy psicóloga. Soy la persona encargada de la dirección general de una organización que hace acompañamiento psicosocial y defensa de derechos humanos desde esta perspectiva en Colombia, se llama Círculo de Estudios. Pues, ¿qué les digo? La perspectiva psicosocial intenta brindar un tejido relacional entre los derechos humanos, su lucha y la situación psicosocial – o sea, emocional y relacional – de las personas que han sido víctimas de múltiples hechos violentos en el conflicto armado colombiano. Aunque parezca una lucha por la defensa de los derechos asociados netamente a la salud, para nosotros la salud integral, el bienestar emocional y el bienestar psicosocial de las personas colombianas tiene que ver con la conquista de todos los derechos, con el respeto de todos los derechos que nos hacen personas y que nos hacen ciudadanos de una nación. Erróneamente, se ha pensado que lo psicosocial tiene solamente que ver con, quizás, lo terapéutico, lo asociado netamente a las emociones de las personas y a las afectaciones. Pero, para nosotros, lo psicosocial atraviesa el

acceso a la justicia, la verdad, la posibilidad de la rehabilitación, no solamente de la persona como individuo, sino una sociedad que toma decisiones violentas, una sociedad que, pudiera decirse, se ha adaptado a unas condiciones de violencia profundizadas de más de 60 años de violencia en donde es difícil crecer entendiendo que la democracia, y que el respeto por los derechos humanos y el Estado Social de Derecho también se conquista a través de la cotidianidad, de las relaciones entre los seres humanos. La Fundación Círculo de Estudios se ha concentrado en el trabajo de acompañamiento a dos poblaciones: personas LGBTI y mujeres víctimas de violencias basadas en género, y, por otro lado, niños, niñas, adolescentes y jóvenes que han sido víctimas de explotación sexual infantil, vinculación a diferentes acciones de los grupos armados en los territorios. Y estos dos programas... el que acompaña personas LGBTI y mujeres se llama Derecho de Voz, y el otro se llama Pueblos en Movimiento. Pueblos en Movimiento es un programa que acompaña en la formación en derechos humanos y en la apropiación y construcción de espacios de incidencia política para la defensa de los derechos humanos de los niños, las niñas, los adolescentes y los jóvenes a través del arte. Siempre estamos buscando escenarios en donde puedan construirse los relatos de vivencias de los niños y las niñas, y puedan abordarse todos los temas que se requieren abordar por la afectación. Pero, también, se hace todo un trabajo en el que buscamos la apropiación de herramientas psicosociales para construir la cotidianidad de las relaciones equitativas, no discriminatorias, de los espacios de exigencia de derechos por parte de los niños y las niñas. Y el Derecho de Voz, hace todo lo que significa la defensa de los derechos de las personas LGBTI y las mujeres víctimas de las violencias basadas en género. El 9 de noviembre acabamos de entregar un informe a la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad de cuatrocientos setenta y nueve casos de violencia sexual en contra de personas LGBTI y mujeres. Estos cuatrocientos setenta y nueve casos se documentaron en alrededor de seis años de acompañamiento constante, sostenible, de diferentes grupos de personas que pertenecen a veinticinco departamentos del país. La finalidad de este trabajo es el acompañamiento psicosocial, como les digo, pero es también la defensa de los derechos humanos desde esta perspectiva. Gracias.

Laura: Gracias a ti, Nhora. Agora passo a palavra a Raphaela. Por favor...

Raphaela: Bom dia a todas e todos. Inicialmente, gostaria de agradecer o convite para estar participando dessa sessão aqui hoje. Pelo o que eu já ouvi das apresentações, eu acho que vai ser uma sessão muito rica e a gente vai conseguir trocar bastante

sobre os desafios relacionados à defesa dos direitos humanos no nosso Continente. Eu sou advogada popular. Sou formada em Direito, me formei na Universidade Federal da Bahia e vim para o Rio em 2012. Comecei o mestrado, aqui na UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Logo em seguida ao meu início no mestrado, começaram as Jornadas de Junho, que sacudiram o Rio de Janeiro e o Brasil como um todo. Eu já vinha de uma atuação e de uma formação mesmo na assessoria jurídica popular e, quando começaram as Jornadas de Junho, eu comecei a atuar de fato como advogada popular, já tinha a minha OAB. Comecei a atuar na defesa dos manifestantes. Eu trabalhei, durante algum tempo, no Instituto de Defensores de Direitos Humanos – DDH –, aqui no Rio de Janeiro. Vivi todas as contradições e todas as potencialidades de junho de 2013. Logo em seguida, eu comecei a trabalhar na Justiça Global em 2015, que é uma ONG um pouco maior do que o DDH, também sediada aqui no Rio de Janeiro. No DDH, eu vinha de um trabalho muito relacionado à questão penitenciária, tanto na defesa dos manifestantes que eram presos quanto, depois, na impetração de habeas corpus em defesa de presos provisórios, que tinham uma prisão provisória decretada apesar de serem primários – mas, assim, aquele perfil do jovem, negro. A gente tentava a liberdade dessas pessoas, os usuários alvos do sistema de justiça criminal brasileira, os alvos preferenciais. E, também, a gente fazia um trabalho de pesquisa sobre o perfil desses presos, o motivo de estarem presos etc. Aí, na Justiça Global, eu começo a trabalhar em um debate mais relacionado à proteção dos DESCs, dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Eu entro em 2015, um pouco já na fase final do governo Lula Dilma e toda essa fase do boom das commodities, dos grandes projetos de desenvolvimento, Belo Monte, grandes projetos de mineração no país etc. Aí, eu começo a atuar na defesa das populações atingidas por esses grandes empreendimentos, em sua maioria ribeirinhos, indígenas, quilombolas – enfim, também subalternizados, assim como os presos. Sigo trabalhando na Justiça Global, sigo trabalhando nessa área dos DESCs. Por conta desse trabalho com a mineração, também tive um contato muito grande com alguns companheiros da Colômbia, o pessoal aí da Colômbia e de algumas outras ONGs maiores da América Latina que estão sediadas aqui, como a FIAN, por exemplo. Estou vivendo agora essa ressaca e tentando lidar, a gente enquanto Justiça Global, com esses retrocessos que a gente está vivendo no país, essa ascensão do fascismo. Isso coloca a gente em uma nova posição para repensar também as nossas estratégias, repensar como é que a gente vai fazer esse trabalho. Como defensora de direitos humanos, eu acho que muda muito se a gente está inserido em um governo

progressista, em um governo de esquerda – ainda que, digamos, a mineração, por exemplo, seja uma grande permanência, mas existem formas diferentes, existe um avanço sobre a natureza e sobre os povos que defendem a natureza que se dá de uma forma muito mais ávida, muito mais agressiva, muito mais violenta nesse momento que a gente está vivendo agora. Acho que é um pouco isso, esse é o panorama. Obrigada.

Laura: Obrigada, Raphaela. Nós quem agradecemos. Bem, fechamos esse primeiro bloco. Cerramos ese primer bloque y ahora, hablando en castellano, vamos a pasar al segundo bloque. Sin hablar mucho, pero solo quiero repetir la pregunta: ¿cuáles desafíos identifican ustedes en el ejercicio de la defensa de los derechos humanos en cada país, cruzando los contextos de transición política y pandemia? Paso la palabra a Ana, por favor.

Ana: Yo creo que voy a hacer más énfasis en el tema de la transición política que en el de la pandemia. Creo que la pandemia recrudece todo lo anterior, pero voy a centrarme más en el tema de transición. En los desafíos que enfrentamos, yo quisiera plantear tres puntos. El primero es que nosotros tenemos este Acuerdo Final entre las FARC-EP y el gobierno nacional – que, a propósito, estamos cumpliendo cuatro años de la firma del Acuerdo, es muy reciente –, pero creo que el principal desafío con el que nació el Acuerdo es esta tensión entre paz y legitimidad. Cuando, en Colombia, decidimos llevar a un plebiscito la discusión sobre la aprobación o no del Acuerdo Final, y el haber perdido en las urnas ese plebiscito, a mi juicio, eso abrió una discusión muy profunda sobre la legitimidad del Acuerdo y eso entraña unos retos específicos en su implementación. Porque, si bien después hubo un proceso de ajustes del contenido del Acuerdo – tratando de ajustar su contenido a las principales objeciones que plantearon los contradictores, tratando de ajustarlo de acuerdo a los que habían liderado el “no” en el plebiscito – sin duda, a pesar de esos ajustes, hubo una narrativa muy fuerte que se expresó en las urnas, pero que, además, también tuvo una fuerte incidencia en la siguiente elección presidencial. Es decir, la elección de Iván Duque, que en este momento es nuestro presidente, está también fuertemente relacionada con el haber perdido el plebiscito dentro del Acuerdo. Entonces, eso para decir que nuestro principal reto está en cómo hacemos, cómo seguimos insistiendo, después de cuatro años de la firma del Acuerdo, en la legitimidad, en la validez de ese Acuerdo. Ahí hay rasgos muy importantes: si uno ve, cómo votó el país ese plebiscito, uno encuentra que, quienes votaron por el “sí”, en su mayoría, fueron efectivamente las regiones más golpeadas por el conflicto armado. La votación por el “no” está

especialmente en los cascos urbanos y en algunas regiones muy específicas. Pero cuando uno ve regiones del Chocó, del suroccidente, el Putumayo, Caquetá, en fin, estas regiones de colonización tardía también apoyaron en mayor medida el “sí” dentro del plebiscito. Eso, para decir que eso ha traído profundos retos en este escenario y en este gobierno, en la materialización de ese Acuerdo Final. En este momento, por los cuatro años, estamos teniendo un montón de balances en todos los puntos, en cómo vamos. Pero el balance no es nada alentador. Si bien hay una esperanza... y aquí me devuelvo al contenido del Acuerdo: cuando uno ve los cinco puntos del Acuerdo Final... claro, el Acuerdo no toca algunos... y esto pasó también por una discusión más gruesa y es que algunos hubiéramos querido más en ese Acuerdo Final – uno dice, “50 años de conflicto armado, pues, ¡por favor!, había que tocar algunos temas estructurales. Y claro, allí, por ejemplo, no se discutió modelo de desarrollo. Pero, sin duda, el Acuerdo, dentro de sus limitaciones... y algunos (muchos) han llamado aquello de “la paz posible, esa fue la paz posible”. Y en esa paz posible, hay elementos importantes que, si se cumplieran, de todas maneras, significarían un proceso de apertura democrática de todas las deudas pendientes que existen, por ejemplo, en la ruralidad y en los territorios más golpeados por el conflicto armado. De cumplirse el Acuerdo, se podrían construir otras realidades allí, en donde, en buena medida, ha sido el escenario privilegiado de la guerra. Pero, de nuevo, todos los balances muestran que los avances son claramente insuficientes y muy precarios. Con un problema adicional, y aquí quisiera... no, dos cositas adicionales: de todas maneras, el tema de la paz y del Acuerdo, y el que se haya firmado, generó enormes expectativas. Dentro de los territorios más golpeados por el conflicto armado, se abrieron grandes expectativas de que iban a cambiar algunas cosas y, de hecho, hubo transformaciones inmediatas, claro. Si uno ve qué pasó en las estadísticas sobre violaciones de derechos humanos, ahorita estamos volviendo a subir en esa curva, pero claramente hubo un descenso muy importante de masacres, homicidios, desaparición forzada, digamos, las violaciones de derechos humanos claramente tuvieron una caída inmediata con la firma del Acuerdo. Y con esto de las expectativas... aquí se genera un tema también muy complicado y es que los liderazgos, por ejemplo, el movimiento campesino, en distintas regiones del país, al apoyar el Acuerdo – especialmente el punto cuatro, que es el de sustitución de cultivos de uso ilícito –, muchas organizaciones se la jugaron por el Acuerdo para decir: “vamos a meternos en la sustitución de los cultivos de uso ilícito”. Hoy en día, ese programa de sustitución tiene enormes problemas, o sea, a los campesinos no les han girado los dineros. Eso

lo que hizo fue también... el incumplimiento del Acuerdo, frente a la gente que defendió la paz en los territorios, de manera concreta, también ha significado un incremento del riesgo y de credibilidad de sus liderazgos. Digamos, esos liderazgos se la jugaron por la paz y lo que están viendo... y los liderazgos también de los propios reincorporados. Aquí voy pasando al tercer punto que quería plantear, y es, de los datos más escandalosos que tenemos ahorita es justamente el asesinato de los reincorporados y reincorporadas, de quienes firmaron el Acuerdo. Hoy en día, han asesinado a cerca de doscientas treinta personas, sin contar esta fractura que hubo dentro de los reincorporados. A propósito, en estos días, tenemos una discusión muy fuerte por la discusión que se dio alrededor de dos de los negociadores – Iván Márquez y Santrich –, una discusión sobre si hubo un montaje o no en un tema de narcotráfico, que lo que generó ese hecho concreto fue que las FARC se partiera y algunos retomaron las armas, y otros siguen en el proceso de reincorporación. Sin duda, todos los incumplimientos del Acuerdo Final, pues, lo que han hecho es minar ese proceso de reincorporación, pero también, de nuevo, yo creo que ha aumentado el riesgo de quienes defendieron la paz en los territorios. Hoy en día, ¿cuál es nuestra situación? Estamos teniendo nuevamente una escalada de violencia muy fuerte. Y eso se sabía. Incluso cuando uno lee el Acuerdo Final y se entera de las discusiones que hubo, era claro que después de un acuerdo de esas características se tenían que hacer esfuerzos adicionales para evitar la violencia contra defensores y defensoras de derechos humanos. Se sabía que iba a venir un pico de violencia, y se tomaron... digamos, el Acuerdo diseñó incluso algunas medidas para evitar que esto ocurriera. Sin embargo, claramente nuestro Estado no tuvo tampoco... bueno, hay una discusión si es ausencia del Estado o si es el Estado cooptado en las regiones. Pero, claramente, no hemos podido disminuir esos riesgos y, entonces, la violencia nuevamente, o sea, los datos nuevamente de masacres y asesinatos contra líderes, defensores de derechos humanos son altísimas. Con dos elementos adicionales y es característica de este gobierno: a este gobierno, claramente, no le interesa cumplir el Acuerdo tal como fue cumplido. La estrategia siempre está de cara a cómo cumplir lo menos posible o darle la interpretación bajo la que quieren cumplir el Acuerdo – por decirles cualquier cosa: los planes de desarrollo con enfoque territorial ahora se quieren volver planes de consolidación desde un enfoque más militar. Pero, por otra parte, este es un gobierno que se caracteriza también por minar de manera profunda la división de poderes, entonces hay ataques muy, muy fuertes a la Rama Judicial, se insistió mucho en una reforma en la Justicia, en parte motivados por procesos judiciales que avanzan contra

líderes del partido del presidente. Pero, además, organismos de control que en otros momentos han generado, han realizado una tarea fundamental en nuestro país – como la Defensoría del Pueblo, la Procuraduría, la Contraloría – han venido siendo cooptados por el Gobierno, de manera que personas muy cercanas al Gobierno, digamos que son quienes, hoy en día, presiden estas instituciones. Y a todo esto, entonces, en el marco de la pandemia, que incluso ya los datos eran gravísimos antes de pandemia. La pobreza rural en nuestro país, por ejemplo, se había incrementado de manera alucinante antes de la pandemia. No queremos ver los datos de lo que ha significado la pandemia para estas poblaciones. De otra parte – porque eso sí hizo el Acuerdo, y con esto cierro –, el Acuerdo, una de las cosas que, a mi juicio hizo, fue... más allá del pacto y del cumplimiento a través de normas, programas, etc., yo creo que hubo un proceso de apertura democrática en el sentido de darle aire a actores políticos claves. Veíamos en los procesos de movilización, antes de arrancar la pandemia, que habían vuelto a tomar un aire súper interesante. Digo que era muy interesante porque habíamos visto movilizarse con fuerza, por ejemplo, en el año 2013, a los campesinos, indígenas, afrocolombianos. Pero antes de pandemia, quienes se estaban movilizaban eran los cascos urbanos, eran los estudiantes, eran los trabajadores. Llega la pandemia y eso se detiene, y empiezan a haber cuestionamientos muy fuertes, por ejemplo, al papel de las Fuerzas Armadas y a las situaciones de discriminación y de pobreza estructural en la que buena parte de nuestra población se encuentra. Entonces yo sí creo que el Acuerdo Final, de todas maneras, uno de sus “efectos colaterales”, si se quiere, es que les da mayores posibilidades a distintas expresiones del movimiento social de movilizarse con más fuerza. El problema es que, ahorita, tenemos un escenario de recrudecimiento de la violencia muy fuerte y, en época de pandemia, las posibilidades de expresar esas apuestas son más reducidas. Sí que toca esperar qué va a pasar, apenas tengamos la vacuna. ¿Qué va a pasar con los procesos de movilización y de exigibilidad? Pero en ese escenario estamos, en una defensa de una paz limitada y demás, pero que tiene algunas posibilidades en un escenario, igual, de recrudecimiento de la violencia muy fuerte en este momento.

Laura: Muchas gracias, Ana. Agora passo a palavra ao Fábio. Por favor, Fábio.

Fábio: Os desafios são muitos em diversas esferas, considerando as transições pelas quais nós temos passado e considerando a pandemia, que são duas questões que afetam fortemente aqueles que estão menos preparados para encarar essas dificuldades financeiras, esse recrudesimento no sentimento de violência. Mesmo

com essas dificuldades, tivemos avanços que nós começamos a experimentar com a educação em regimes de privação de liberdade aqui no Brasil, principalmente em São Paulo, falando tanto das penitenciárias quanto da Fundação CASA, porque, infelizmente, a Fundação CASA é regida por valores, ainda, de cumprimento de pena – punições e vigilância prevalecem. Eu posso dizer isso porque eu conheço equipe de trabalho, a gestora que está lá atualmente é extremamente orientada pelos dinossauros do sistema penitenciário paulista, que são essas pessoas que estão trabalhando no sistema de contenção e vigilância na Fundação CASA. Então isso, de alguma forma, prejudica bastante a atuação e até porque hoje não temos rotinas de estudo programáticas, por conta da impossibilidade de as pessoas entrarem. E os próprios professores do estado, aqui de São Paulo, não tem tido muito avanço, muitas coisas interessantes, porque, infelizmente, as periferias, as escolas não estão preparadas para receber os adolescentes que recebem, sobra tudo para os professores. A relação de construção de um vínculo ético para o aprendizado fica inviabilizado pelas condições objetivas e tem muitos professores do estado que atuam nas prisões. Eles preferem, muitas vezes, atuar nas prisões do que atuar no fundão da periferia, porque o respeito, o reconhecimento, o vínculo com o professor dentro do espaço prisional é um tanto quanto mais estável por essa relação de troca, por essa questão da janela para a liberdade que a educação e a cultura podem proporcionar. Nós temos esse desafio de tentar continuar os avanços e conter os retrocessos, porque eles vão acontecendo de forma sutil, de forma bem – eu diria – sorrateira. Eles vão atacando pequenos direitos, a cultura, a intolerância, as questões de racismo, por exemplo, têm se recrudescido no país por conta de... aquele demônio nazista, aquele demônio racista, aquele demônio machista está se sentindo muito à vontade para colocar os chifres para fora dentro do contexto que nós estamos vivendo aqui no Brasil. Os estados têm tentado avançar na aprovação de seus planos estaduais de educação e prisões, mas eu percebo que são ações protocoladas por parte do Departamento Penitenciário Nacional, são ações burocráticas. Como a política de estado foi desencadeada – nós temos acompanhado isso aí desde os anos 90, educando para a liberdade, construindo essa política pública –, acabou se tornando realmente uma política de Estado, só que depende de como vai se tocar. O esvaziamento da SECADI, o esvaziamento de alguns órgãos do MEC e do Ministério da Justiça que cuidavam da educação para colocar delegados federais para cuidarem dos planos estaduais da educação em prisões no Brasil, por exemplo. Então assim, uma visão policialesca. Nós defendemos – Roberto e eu, principalmente nas nossas produções acadêmicas, nos artigos, que os princípios

pedagógicos pudessem orientar o cumprimento de pena, porque o adolescente, o nosso grande público, jovens, negros, periféricos que estão lá presos... o pessoal fala em ressocialização, mas isso é uma balela. Não há que se falar em ressocialização se não houve uma socialização. O Adorno vai falar do princípio da socialização incompleta. Essas pessoas não foram socializadas, então, infelizmente, querendo ou não, a realidade é essa: o estabelecimento penal acaba tendo que funcionar como mais uma instância de socialização e se você não traz princípios pedagógicos, princípios educacionais para que possam orientar o cumprimento dessa pena... que, inclusive, a justifica, segundo os pilares do Direito, o que vai justificar o cumprimento de uma pena, pelo menos aqui no Ocidente, seria essa tal da ressocialização. Nós estamos tendo muitos desafios para isso aconteça. Alguns direitos estão se perdendo, alguns projetos estão retrocedendo, estão se fechando – essa é uma questão. E outra questão é no dia-a-dia da periferia, no dia-a-dia antes de Bolsonaro ser eleito. E aí não é ninguém que me contou, não foi na biblioteca da USP que eu vi isso, não foi em uma tese de doutorado e nem em um livro. É que quando os caras tomam blitz umas cinco vezes ou seis por mês, antes do sujeito ser eleito, eles já falavam assim: “você vão ver quando ele for eleito, o bicho vai pegar; nós vamos fazer, nós vamos acontecer”. Realmente, isso tem acontecido e uma tolerância maior da população. Isso que é preocupante. Como eu disse para vocês, são casos que... por exemplo, sábado passado, às dez da manhã, eu já fui acordado com uma perseguição policial aqui na rua, aqui na quebrada. Nós estamos aqui na periferia de Guaianases, estou no barraco conversando com vocês e a gente teve aquela perseguição e o garoto de dezessete anos foi executado. Ele estava escondido, ninguém falou onde ele estava. Obviamente, eles perguntaram, “não sei de nada, acabei de chegar, subi agora; esse nem sou eu, aliás”. Mas acabaram achando o garoto, desarmado, já estava baleado e executaram. Fecharam o quarteirão e depois de quarenta minutos, os bombeiros, coniventes com a situação... infelizmente, eu tive que dizer isso, o corpo de bombeiros conivente com a situação foi lá socorrer o cadáver. Então existe um recrudescimento, uma aceitação por parte da população. Isso enfraquece aquelas pessoas que buscam a garantia do direito. Eu falei isso: “mais um auto de resistência”. Quando eu falei assim, o capitão já veio para cima de mim como quem diz: “você está falando o que aí?”. “Não, eu estou comentando aqui com o meu vizinho, não dirigi a palavra para o senhor. Eu estou só dizendo que é mais um auto de resistência. Ou seria execução sumária?”. E aí já fica aquele clima: “você mora aí?”. “Moro, nasci nessa casa aqui”. Aquela coisa de querer intimidar. Então você percebe que, infelizmente, existe uma

tolerância. Esse discurso que vem por parte dos órgãos governamentais deixa o povo muito à vontade, inclusive o aparelho policial, o aparato policial. Salvo raras exceções, existe essa lógica, que na minha modesta opinião... eu estou produzindo um artigo sobre isso para falar justamente sobre o que aconteceu sábado, que eu fiquei muito chocado – inclusive, porque não adianta, se você perder a sensibilidade com essas situações, já está na hora de você parar de mexer com isso. Mas estava escrevendo justamente por isso, porque o que acontece é que essa mentalidade é uma lógica de gangue, é uma lógica de guerra entre facções. Então, quer dizer, o poder armado, aparelhado do Estado, funciona como uma facção que quer exterminar outra. E aí, assim, o garoto tinha dezessete anos, tinha toda uma série de possibilidades em poder ter a vida, porque não dá para cravar: “ah ia ser ladrão a vida toda, já acabou por aqui mesmo”. E comemoraram como se tivessem feito um gol – isso que nos deixou, aqui na comunidade, extremamente indignados. Mas isso é recorrente. A solidificação das políticas que garantam a educação, a cultura como direito à leitura, à fruição cultural... e esse direito que é violado – da educação – vai, inclusive, refletir nessa postura tolerante, equivocada, muito mais por ignorância do que por má fé por parte das pessoas humildes da comunidade em tolerar tais posturas, essa falta de avanço e esse recrudescimento da violência, da violação ao maior direito, ao bem mais precioso que é a vida. É disso que estamos falando, minha gente.

Laura: Sim. E é por isso que estamos aqui reunidos.

Fábio: Exatamente.

Laura: Muito obrigada, Fábio.

Fábio: Eu quem agradeço. É um prazer estar compartilhando.

Laura: É isso mesmo. Sem me prolongar, passo já a palavra... yo paso la palabra ahora a Nhora Alvarez. Por favor, Nhora.

Nhora: Yo voy a empezar, entonces, al revés, hablando de los desafíos en la pandemia y después concentrarme un poco en los asuntos de la transición del conflicto en nuestro país. Creo que la pandemia evidenció la ausencia del Estado en muchas de las comunidades, la falta del ejercicio de los derechos a la educación, al acceso a información de las comunidades más aisladas y eso significó un fortalecimiento de los grupos armados en los territorios. La pandemia, por ejemplo, demostró que el poder de los grupos armados en el territorio cubre o permea todas las formas de vida

cotidiana y que tienen las poblaciones, controla la vida civil. Entonces, por ejemplo, veíamos que, en algunas poblaciones del Pacífico, los grupos armados se encargaron, entre comillas, de controlar a la población para evitar la propagación del COVID. ¿Cómo? Controlándola. O sea, evitando la muerte de personas por contagio, matando personas que estuvieran, digamos, con sospecha de contagio, amenazando a quienes debían... a quienes salían a conseguir... hay mucha gente que, en Colombia... el nivel de trabajo informal es impresionante. Acá la gente, la mayoría de la gente, no tiene una oficina a la cual puede decirle: “voy a hacer mi trabajo virtual”. La gente vende cosas en la calle, frutas... Este comercio informal sostiene gran parte de la población y entonces, por ejemplo, pasaba que había amenazas, ataques de los grupos armados contra las personas que salían a conseguir lo del día para el sustento de sus familias. Entonces aumentó el aislamiento de las poblaciones que ya de por sí estaban aisladas en el sentido del ejercicio de sus derechos, de la visibilización de sus dificultades, del sometimiento a los grupos armados. Por lo tanto, aumentó la vulnerabilidad, por ejemplo, de líderes y lideresas. Porque con el aislamiento, la falta de conectividad, la falta de cobertura – que es otro elemento que hay que decir: en Colombia, en todas las poblaciones no hay cobertura ni de Internet ni de telecomunicaciones, o sea, hay muchísimas poblaciones que no pueden ni siquiera hacer una llamada telefónica. Entonces, por ejemplo, el ejercicio del derecho a la educación en niños, jóvenes y adolescentes que no contaban con un celular o que no contaban con cobertura era ridículo. Nosotros trabajamos en Quibdó, que es el Pacífico colombiano, y la mayoría de los niños no podían acceder al colegio durante mucho tiempo y parte de lo que tuvimos que hacer fue hacer derechos de petición al Ministerio de Telecomunicaciones. Todo esto sin encontrar una solución. Finalmente, la solución – para, por lo menos, los niños con quienes nosotros trabajamos – fue una solución pasada por la voluntad de las personas naturales y de las empresas de donarnos tablets, computadores, los computadores de las organizaciones aliadas más antiguos que ya no utilizaban pero que servían. O sea, no hubo una estrategia de contención en lo que el ejercicio de los derechos humanos se iba a ver afectado por la pandemia. No importó. Claramente, los niños que tenían el acceso, los niños y los jóvenes que tenían acceso a la educación son los de clase media alta. Y los que vivían en ciudades – en ciudades que, además, tienen unas condiciones que la mayoría de las ciudades en Colombia no tienen. Creo que esto, por ejemplo, en las organizaciones sociales defensoras de los derechos humanos de base social en los territorios, fue muy difícil, porque se veían ante el riesgo de la total invisibilización de su trabajo por la ausencia de cobertura y

conectividad. Entonces, mujeres que han defendido los derechos humanos por años, veinte años defendiendo los derechos humanos en el territorio, de frente a frente con las personas no tienen todos los conocimientos necesarios, ni la tecnología, ni los conocimientos tecnológicos necesarios para continuar la defensa de los derechos humanos. Entonces el apoyo a estas organizaciones empezó a disminuir, la visibilización de su trabajo mucho más. Debo decir que la Fiscalía General de la Nación se demoró toda la vida – o sea, toda la vida, digo yo, es toda la pandemia – en encontrar formas efectivas para recibir las denuncias de las mujeres, para hacer la activación de los mecanismos de protección. Si ya era demorado antes de la pandemia, la pandemia ralentizó todos los procedimientos de atención, acompañamiento y protección a las mujeres y a las defensoras. Por otro lado... Esto ya complejiza todo un sistema que venía difícil con el proceso de paz. Hay un ataque sistemático, como decía Ana, un ataque sistemático del gobierno actual al Sistema de Verdad, Justicia y Reparación, y a todo el Sistema de Transición, especialmente a la JEP, que es quien tiene el mandato de impartir la justicia en el contexto de esta transición¹⁹. Entonces, todo el tiempo, todas las personas del gobierno están deslegitimando las acciones de la JEP, están – de manera muy incorrecta – cuestionando los pronunciamientos, los procedimientos, amenazando al sistema con que va a tener que cambiar o se va a acabar – digamos, es como una amenaza constante. Esto profundiza la “deslegitimización” que ya algunos ciudadanos tienen con respecto a la transición, al conflicto y demás. Otro de los retos, para mí – o uno de los desafíos, de las problemáticas, no sé –, que está en todos los puntos, es la falta de garantías de no repetición. Hicimos una transición, se firma un Acuerdo de Paz, hay un gobierno que torpedea constantemente el Acuerdo de Paz y una dificultad en la implementación. Y esto se une a la falta, a la ausencia de garantías de no repetición. Unos grupos armados de paramilitares reconstituidos en todas las regiones, desde hace muchísimos años, invisibilizados, nombrados por el gobierno como grupos delincuenciales, grupos de delincuencia común, o sea, quitándole todo el contenido, si se quiere, anterior a la identificación de los grupos paramilitares y unos ataques constantes, profundizados, sistemáticos a la población civil, que son puestos en la categoría, por ejemplo, “delincuencia común”. Todos los ataques a líderes y lideresas puestos como... digamos, incluso en contra de la dignidad

¹⁹ Nota de los organizadores (Joaquim Leonel de Rezende Alvim & Andrea Catalina León Amaya): Nhora Álvarez se refiere, con la sigla “JEP”, a la Jurisdicción Especial para la Paz, mecanismo judicial del sistema de justicia transicional instalado en Colombia con base en lo pactado en el Acuerdo Final de Paz entre las FARC-EP y el gobierno nacional.

de los líderes y las lideresas, puestos como “ajustes de cuentas”, como “delincuencia común”, como “enfrentamientos entre vecinos”. Es una negación total al conflicto armado que se vive y una ausencia de mecanismos eficientes para garantizar la no repetición de los hechos de violencia. Por último, para mí, hay muchos más elementos, pero... la polarización de la ciudadanía. Cuando uno se mueve en el ámbito de los derechos humanos, pues casi todos estamos de acuerdo, estamos de acuerdo con la necesidad de la paz, estamos de acuerdo con la importancia de la implementación de los acuerdos. Pero cuando uno habla con el grueso de la población, que no tiene que ver con los derechos humanos, que no conoce el conflicto, la firma de los acuerdos y el proceso de paz, ya uno ahí se encuentra, digamos, con otras barreras, con unas venganzas muy profundas, con unos miedos muy arraigados a partir del discurso político imperante en Colombia, que es un miedo arraigado a la supuesta izquierda en el poder, unos sentimientos de venganza muy profundos de la ciudadanía en contra de las FARC, un vecino con dificultades que pareciera volverse el monstruo en la sala – entonces todo el mundo quiere no ser como Venezuela, pero nadie quiere entender cómo es que está pasando integralmente la situación en Venezuela. El gobierno se ha centrado en decir: “si tenemos a las FARC en el Senado, si se implementan los acuerdos de paz, vamos a ser como Venezuela”. Y lo que vemos de Venezuela, el grueso de la población – no los que tienen capacitación política, análisis –, lo que ven de Venezuela es un Estado empobrecido, una migración imparable, gente con hambre. Entonces esa es la amenaza constante del Estado en contra de la implementación de los acuerdos. Siento también que hay un profundo desconocimiento de la población en torno a las cosas que han vivido los desmovilizados de las FARC. Creo que los medios de comunicación en Colombia no comunican, por supuesto, la verdad, sino la verdad ha sido construida por el gobierno de turno imperante y esta verdad es ajena al proceso de paz y a las vivencias de las personas que decidieron desmovilizarse. Esta verdad también es ajena a los movimientos sociales y de derechos humanos. Muy pocos medios de comunicación, y voy a decir uno, quizás, es el único que informa el otro lado de la moneda, es el único que hace análisis interesantes de cuando, por ejemplo, hay un ataque a una población civil. Y es el único medio que no ve casi nadie. Entonces creo también que ahí hay una tendencia en Colombia a negar las múltiples formas de entender la realidad y siempre a buscar que la realidad que impere – o la verdad que se construya – no sea, necesariamente, la favorable a las víctimas. Un reto muy importante para las organizaciones que hacemos defensa de derechos humanos es ayudar a las víctimas a construir la verdad y una verdad que ayude la dignificación

de sus vidas, que promueva la memoria, la no repetición. Esos son procesos muy largos y que requieren de una capacidad de análisis, una capacidad de acompañamiento sostenible a las poblaciones muy poderosa, muy potente, y también pasa por las relaciones y por las emociones que las personas han construido en torno al conflicto.

Laura: Muy bien. Muchas gracias, Nhora. Agora para fechar este segundo bloco, eu passo a palavra à Raphaela. Obrigada.

Raphaela: Obrigada, Laura. Eu acho que, como a Nhora trouxe no início da fala dela, a pandemia veio para evidenciar realidades que já estavam colocadas e que já eram obstáculos no mundo pré-pandemia e que continuaram sendo no mundo pós-pandemia. Eu acho que, especificamente em relação aos direitos humanos, algo que eu enxergo como sendo um obstáculo realmente intransponível até agora – e que eu acho se relaciona bastante com as transições mal feitas na nossa história brasileira – é a questão do problema do racismo, a questão do racismo. Como é que isso se manifesta em relação aos direitos humanos? Eu acho que algumas pessoas têm menos valor do que outras. Existe uma concepção por parte do Estado, por parte de autoridades, por parte da sociedade como um todo de que algumas vidas realmente valem menos. Quando você pensa, por exemplo, um projeto de desenvolvimento: você não vai pensar em desalojar as pessoas de um bairro de classe média alta; você não vai fazer um empreendimento em um bairro de classe média alta; você não vai desalojar pessoas brancas que moram no Leblon. Você vai para as periferias, você vai para as periferias tanto urbanas quanto... as periferias do Brasil pensando nessa relação entre centro e periferia, pensando no Nordeste, pensando, principalmente, o Norte do país. É legítimo você desalojar e alterar completamente a vida, o modo de vida de milhares de pessoas, de milhares de ribeirinhos, de milhares de indígenas para instalar uma hidrelétrica gigantesca para, basicamente, produzir energia elétrica para abastecer São Paulo, para abastecer o Sudeste? Acho que esse exemplo todo também do Amapá, dessa falta de luz no Amapá, sendo que tem hidrelétricas no estado e, no entanto, está sofrendo atualmente com uma falta de luz que, simplesmente, não se resolve. Isso se evidencia com a pandemia. Então, justamente, quem são as pessoas... quem foi que trouxe o vírus para o Brasil? Foram pessoas de classe média alta que infectaram – pelo menos aqui no Rio de Janeiro – a empregada doméstica que estava trabalhando. Quem trouxe o vírus? O vírus vem por conta das pessoas que viajam para o exterior. Ok, ele chegaria aqui eventualmente. Mas se a gente vai olhar estatísticas, quem está de fato morrendo são as pessoas pobres, são as pessoas negras, são

as pessoas que têm menos acesso a tratamentos de saúde adequados, a hospitais de qualidade, a serviços de saúde de qualidade. Eu acho que isso se relaciona completamente com uma transição que não é feita. É um problema que a gente, com toda a nossa cordialidade, com toda a nossa miscigenação, não consegue lidar com o fato de que somos uma sociedade profundamente racista, profundamente desigual e que normatizou, normalizou essas práticas. Esse relato que o Fábio traz não é uma exceção, isso é uma realidade. A gente não vai conseguir avançar em termos de sociedade enquanto a gente não conseguir se confrontar com os nossos monstros, com a nossa parte que a gente não quer lidar. Eu acho que o racismo é algo central nesse debate. Isso começa na escravidão, na escravização e não houve políticas de reparação. A primeira política de reparação, que a gente tem notícia, é o conjunto de medidas relacionadas às cotas raciais que tiveram um papel absolutamente fundamental para democratizar o acesso ao ensino superior para colocar pessoas negras em lugares que, normalmente, elas não estariam ocupando. Eu acho que, nesse sentido, o governo petista, com todas as críticas que a gente tenha e coloque a ele, avançou muito em termos sociais com o Bolsa Família e acho que, mais do isso, de trazer... mais do que de fato dar as condições materiais para as pessoas, colocaram um elefante na mesa, colocaram assim: “não podemos mais deixar de falar sobre isso”. Eu acho que essa realidade se evidenciou na pandemia e a gente tem feito também avanços. A gente já tem começado a fazer avanços importantes. O movimento negro hoje está tendo uma voz bastante mais amplificada dentro da sociedade, de denúncia etc. Eu vi, por exemplo, com esse evento lamentável lá no Carrefour de São Paulo, o quanto que a gente viu na mídia, na grande mídia, a questão do racismo sendo pautado de uma maneira muito, aparentemente, séria e muito consistente. Isso tem sido muito importante e isso não é um favor que a mídia faz para essas pessoas, é o resultado de uma conquista, de luta, de tentativa de visibilização dessa realidade. É como eu falei na minha apresentação, eu acho que defender direitos humanos no Brasil é estar contra a corrente, porque o racismo e essa concepção de que algumas vidas valem menos é o que serve de substrato para as violações de direitos humanos – principalmente aquelas cometidas pelo Estado, como isso é uma constante nos governos de direita, de esquerda. Todos os Estados violam direitos humanos. Defender direitos humanos é estar sempre na contramão, é ser sempre a voz dissonante. Acho que outro desafio que eu poderia mencionar nessa nossa conversa é justamente isso, essa dificuldade, muitas vezes, de ser essa voz dissonante. E como a Ana trouxe dos dados absurdos de mortes de defensores de direitos humanos na Colômbia,

isso também é uma realidade no Brasil. Brasil, México e Colômbia são os países em que mais se mata defensores de direitos humanos. Então é isso, é algo que, muitas vezes, pode custar sua vida, principalmente se você exerce seu labor fora dos grandes centros, tendo menos visibilidade. E aí também, eu acho, tem um outro desafio que a COVID coloca que é dessa dificuldade maior de monitoramento e visibilização de certas violências. A gente não está mais na rua, a gente não está mais podendo ir aonde as violações acontecem, a gente não está mais podendo documentar essas violações. Eu acho que tem tudo isso e a saída para essa realidade que a gente vive são as pontes que a gente consegue fazer entre nós, entre aliados, entre defensores de direitos humanos, movimento negro, movimento de mulheres: todos nós juntos e em diálogo, pensando conjuntamente soluções e se protegendo, principalmente, pensando formas de proteção coletiva, formas de proteção individual também, mas sempre com esse apoio coletivo. É isso que a gente tem, é esse o nosso grande trunfo diante de uma sociedade extremamente egoísta, extremamente individualista. O que a gente tem a nosso favor é a coletividade, é uma perspectiva mais comunitária de vida e de sociedade mesmo, que a gente quer construir.

Laura: Muito obrigada, Raphaela. Cerramos, entonces, este segundo bloque y vamos a partir para las preguntas. Ahora el espacio está abierto para este tercer y último bloque. Si alguien tiene alguna pregunta, puede levantar la mano, puede ser por el chat y yo puedo transmitir la pregunta. Si tenéis alguna dificultad, yo puedo hacer la traducción entre los interlocutores e interlocutoras. Bueno, el espacio está libre y abierto. Ana, tiene la palabra. Gracias.

Ana: Tengo la siguiente pregunta para Raphaela y el compañero – que no recuerdo el nombre, perdón – de Brasil. Estamos frente al cambio que ustedes han tenido de gobierno, digamos, donde tuvieron un período importante de gobierno por parte del partido de izquierda y después la llegada de Bolsonaro. Tengo dos preguntas en términos de lo que eso ha significado. Raphaela ahorita mencionaba más como estas prácticas culturales, que uno podría decir que son profundamente coloniales, de discriminación, de valorar más ciertos modos de vida y tomar este tipo de decisiones. Frente a esas prácticas, ¿hubo cambios importantes durante los gobiernos de izquierda, en efecto? ¿Y fue una transformación que ha sufrido cambios ahora con Bolsonaro o realmente los gobiernos de izquierda no trabajaron de manera importante en este punto – que, si se quiere, es más cultural – de cómo transformar la valoración de las distintas formas de vida y concepciones sobre los territorios y sobre las comunidades?

Si quisieran dar su percepción, ¿hubo avances allí y están en un período de retroceso o esa no fue una prioridad para los gobiernos de izquierda? ¿O cómo lo interpretan ustedes?

Laura: Quem quer começar com a resposta? Fábio? Raphaela?

Fábio: Bom, a Raphaela vai falar? Se não, eu falo.

Raphaela: Não, vai lá, Fábio.

Fábio: Então, na verdade, acho que são as duas coisas. Eu participei bastante desde a fundação do Partido dos Trabalhadores, militei bastante no partido e percebi que, realmente, dentro dos governos, houve uma preocupação sim. Nós formamos uma geração que considera a cultura um direito, a educação um direito. Formamos uma geração de militantes do movimento negro, de militantes do movimento feminista. Formamos uma geração pela igualdade e pela justiça. Só que essa geração ficou um tanto quanto esvaziada, justamente a partir lá do terceiro mandato, que as coisas começaram a degradingolar, realmente, um pouco mais e as alianças... como se diz? O fisiologismo partidário de um presidencialismo de coalizão... é porque tem que ver que também tem os partidos de esquerda, tem os partidos de direita, mas tem uma praga no Brasil chamada presidencialismo de coalizão. E a faca no peito da governabilidade, talvez, tenha feito com que os governos de esquerda tirassem o pé do acelerador nas políticas de garantia de direitos. Isso é nítido, isso ficou muito claro. Avançamos em leis de fomento à cultura, avançamos em subsídios para movimentos populares, avançamos em ocupação de vagas em universidades públicas, mas, ao mesmo tempo, temos sucateamento da universidade privada. Teve a precarização da profissão docente. Então, quer dizer, isso é um movimento que, independentemente do partido que estivesse lá no governo, essa praga desse presidencialismo de coalizão vai favorecer muito mais o capital do que favorecer realmente o desenvolvimento das pessoas. E, com relação à pandemia, também nós temos um caso dessa juventude que, a partir do momento em que seu direito à educação é violado, isso é intencionalmente desfeito para que justamente essa juventude seja a que mais sofra, porque não adianta agora você dizer para a juventude que tem que usar máscara, que não pode aglomerar. Esse povo não usa a camisinha, esse povo não usa capacete quando anda de moto. Não vai ser agora que esse povo vai... Ninguém pode dar o que não tem, já dizia o Paulo Freire. Ninguém pode dar o que não tem. Quando se viola esse direito à educação, você deixa essas pessoas desprovidas de ferramentas para

que elas possam analisar, de forma crítica, a realidade. Então houve sim, por parte do governo de esquerda, uma desaceleração nas políticas de garantias de direitos e houve, intencionalmente, um esvaziamento dessas políticas por parte desse governo nazista, fascista, racista, machista que está agora no nosso país.

Laura: Raphaela.

Raphaela: Eu acho que eu tenho um acordo com a análise, o diagnóstico geral do Fábio. Eu acho que a gente, dentro da esquerda, vem fazendo essa reflexão de como chegamos até aqui. Acho que passa por reconhecer, realmente, as falhas que foram cometidas. É isso. Longe de mim dizer que o governo Bolsonaro é igual ao governo Lula. Jamais, nunca. Até mesmo, sei lá, governo FHC, Bolsonaro é muito pior – que é um governo de direita que a gente teve antes do... só para te situar, Ana, e demais colegas da Colômbia, é que foi um presidente, o Fernando Henrique Cardoso, que nós tivemos antes do presidente Lula e que era também um governo conservador, mas nada comparado ao nazista, fascista que a gente tem hoje no poder. Mas é isso: sem dúvida, existe uma mudança substancial entre um governante e outro. A gente tem hoje um desmonte, realmente, das políticas de segurança social, de proteção social que foram construídas ao longo dos governos Lula e Dilma. Acho que havia uma preocupação nos governos Lula com o problema da desigualdade, com o problema do racismo. Foi lá que começaram a ser pensadas as políticas de... como eu falei, políticas de cota, as políticas de enfrentamento ao racismo. O racismo começou a ser um problema no país, eu acho, no governo Lula, no sentido assim de reconhecer que precisamos lidar com isso. Sem dúvida, muitos avanços foram feitos. Muitos avanços mesmo. Outro exemplo que eu gostaria de citar, que é algo que eu sempre uso, algo que também eu acho que revolucionou mesmo a sociedade brasileira foi a PEC das domésticas. A Constituição garantia às domésticas equiparação de seus direitos em relação aos demais trabalhadores. Só que isso implicou que ter uma empregada doméstica para a classe média, para a classe alta, se tornasse algo muito mais custoso, porque a gente tinha, no emprego doméstico, um emprego extremamente precarizado e relações quase que servis mesmo, em que se pagava muito pouco e se cobrava... Era absolutamente desequilibrado a balança entre prestação de serviço e contraprestação. E aí essa PEC, essa emenda constitucional mudou isso, equiparou as empregadas domésticas aos demais empregados. Isso, assim, para além da garantia de direito que essa emenda constitucional garantiu para as empregadas domésticas, eu acho que, para além disso, foi todo o debate que foi suscitado dentro

da sociedade sobre o fato de que as empregadas domésticas eram trabalhadoras como outros trabalhadores e que, portanto, eram titulares dos mesmos direitos que os demais trabalhadores. Isso parece uma ideia absolutamente óbvia, mas para a classe alta do Brasil era um grande atentado aos seus direitos. Então houve diversos avanços, mas, realmente, o governo se perdeu bastante nessa política de alianças e o sacrifício também dos direitos indígenas, direitos de populações tradicionais, a própria questão da mineração – que me parece que foi uma questão, inclusive, em todos os governos progressistas na América Latina: Evo Morales, Rafael Correa, Kirchners. Todos esses governos enfrentaram a permanência da mineração, o consenso que era a mineração entre direita e esquerda. Isso também foi uma realidade. O tema dos projetos de desenvolvimento também foi uma realidade, grandes empreendimentos, Belo Monte, a própria vinda das Olimpíadas, da Copa do Mundo, a construção dos estádios etc., tudo isso foram momentos em que, realmente, a gente se ressentiu muito do governo. Mas o que a gente tem hoje é muito pior. A gente tem ministros das suas pastas que atentam contra o próprio bem daquela pasta. Você tem um ministro do Meio Ambiente que, na verdade, é contrário ao meio ambiente. Você tem diversos exemplos. O presidente da FUNAI que é contra os indígenas – FUNAI é o órgão que regula a questão indígena no país. Enfim, é realmente um grande retrocesso acompanhado por algo que o Fábio trouxe também na primeira fala dele de um discurso extremamente conservador, extremamente agressivo, extremamente violento que serve como legitimação para discursos violentos e agressivos dos apoiadores do presidente Brasil afora. Toda essa violência está muito mais forte agora e nós também somos alvo, por estarmos aí nos aliando com os subalternos.

Laura: Obrigada, Raphaela. Seguimos com a sessão de perguntas, temos tempo. Se alguém também do grupo de pesquisa... Posso abrir, professor Leonel? Ao grupo de pesquisa, se quiserem fazer alguma pergunta diretamente ao Fábio e às nossas interlocutoras, também fiquem à vontade. Voy a decir en castellano también, claro. Si queréis hacer preguntas... equipo, nuestro grupo de investigación, si queréis hacer preguntas, también, a nuestras interlocutoras, el espacio está abierto. ¿Yo puedo hacer una pregunta, entonces? Yo quiero hacer una pregunta en general y Raphaela también. Voy a hacer una pregunta muy breve. En el sentido de la esperanza que Fábio ha comentado, en este escenario de violación de derechos humanos, de grandes retos, de grandes desafíos, ¿cómo podemos mantener la esperanza? Y eso dentro de vosotros que son defensores y defensoras de derechos humanos: ¿cómo mantener la esperanza? Sí, Nhora, por favor.

Nhora: Yo no sé. Yo no sé cómo hacerlo, pero yo voy a compartir lo que he hecho para mantener la esperanza. Para mí es muy útil hacer énfasis en las lecturas que se hace del trabajo de la defensa en los pequeños logros, que son grandes logros para las defensoras y los defensores: poder motivar un pronunciamiento de la Corte, poder llevar un tema al Congreso, poder generar una movilización social, hacer que suene en los medios de comunicación un asunto. Esos parecieran que no son los logros vencedores de la batalla, pero son los pequeños pasos para una lucha certera. Nosotros ahora estamos trabajando con la Defensoría del Pueblo en prevenir el síndrome de *burnout* en los defensores y en las defensoras. Parte de las lecturas que se hace es: la desesperanza y la impotencia como las dos emociones más presentes en los defensores y las defensoras de los derechos de la Defensoría del Pueblo. Y detrás de esa impotencia y esa desesperanza está una tendencia – quizás, porque hacemos siempre muchos análisis de contexto, conexiones – a ver el déficit siempre: “sí, logramos esto, pero mire todo esto está tan mal”. Digamos, el uno por ciento pudiera estar bien, pero el noventa y nueve está mal. Entonces es promover una mirada apreciativa sobre los pequeños logros en la lucha por los derechos humanos. Creo que espacios como estos le permiten a uno también conocer otras experiencias y no sentir que la nuestra es la única y la más mala. Cuando uno habla con los amigos y las amigas, y la familia, uno se refiere a Colombia como: “este país está súper mal, es el peor país del mundo; tenemos todo, tenemos la pobreza, tenemos la violencia, tenemos el gobierno de derecha, tenemos...”. Y cuando uno ve otros ejemplos, otros modelos de país, entiende también que hay unas luchas difíciles en esos otros países de Latinoamérica, muy profundas, muy personales también, muy colectivas a la vez. Entonces poder comprender esos otros movimientos y esas otras luchas también ayuda mucho a enfrentar la rabia o la desesperanza. Esas son las cosas que yo hago.

Fábio: Muito bem, Nhora. Muito bem.

Laura: Perfecto, Nhora. Son cosas que yo hago también. ¿Alguien más quiere contestar la pregunta o yo puedo pasar la palabra a Raphaela?

Fábio: Deixa-me só fazer um comentário rápido. Eu comentava na segunda rodada do nosso diálogo, que está sendo muito produtivo, que esperança é apesar de, não é por causa de. A gente está em um momento, justamente, em que a esperança tem que ser intransigente – intransigente não no sentido de ser burra, de ser teimosa, mas

de que marca o trabalho daqueles que lutam pelo direito, porque a esperança não é algo circunstancial, é algo inerente ao nosso trabalho. É inerente à nossa escolha, é inerente à nossa opção ética ter esperança. Eu acho que isso é o que faz a gente manter a esperança e os aprendizados – e aí é importante entender, os aprendizados que estamos experimentando com todas essas questões que acontecem no mundo da política, no mundo das relações do dia-a-dia, no mundo da pandemia. Um dos locais onde jaz a minha esperança também – onde ela atua, não jaz, onde ela se mexe, onde ela grita, onde ela canta, onde ela dança – é justamente nesses aprendizados, onde a gente pode construir uma crítica a nós mesmos e construir práticas que sejam mais favoráveis à nossa causa.

Laura: Perfeito, Fábio. Muito obrigada. ¿Ana levantó la mano? Sí, por favor, Ana.

Ana: Frente a la pregunta que hacías, en mi caso, encuentro la esperanza es dentro de los movimientos sociales que acompañamos. Especialmente, en los últimos años que he estado más de cerca con el movimiento campesino, yo creo que a uno le enseñan dos cosas y es a ver las luchas en un período más largo de tiempo. Digamos, que uno muchas veces se queda en situaciones muy complicadas, que al final son temas también de coyuntura. Pero los movimientos sociales sí que saben de luchas de largo plazo, que llevan toda la vida, ¡pero toda la vida! Y a pesar de que han sido fuertemente victimizados, la capacidad de mantener la vida, de una parte, pero, además, de seguir resistiendo con absoluta dignidad. Yo creo que, para mí, es eso, es como “¡no sea floja!”, o sea, “¡mire esta fuerza, mire esta dignidad, aprenda de ella!”, en realidad. En mi caso, eso es lo que más me funciona. Hay que estar a la altura de estas comunidades.

Laura: Sí, perfecto, Ana. Muchas gracias. Agora Raphaela, por favor.

Raphaela: Eu acho que só para fechar o tema da pergunta: ter os pés fincados no chão, ter esse enraizamento, eu acho que ajuda realmente a gente a manter acesa a esperança e, principalmente, porque não tem muito outra saída. A esperança é meio que o nosso único caminho, porque, se não, vai desistir? Vai se jogar da janela? Não tem o que fazer. Só nos resta, realmente, esperar e torcer por dias melhores. Esperar essa tempestade, essa tormenta passar e ter resiliência, como a Ana trouxe essa coisa de ter a luta dos movimentos como uma grande inspiração, já passaram por tanta coisa. Mas o que eu ia perguntar para as companheiras da Colômbia é que... Brasil e Colômbia têm muitos pontos em comum, o fato de serem países extremamente

autorreferenciados eu acho que é a primeira semelhança – acho que foi a Ana que trouxe no início da sua fala. Então, somos assim também, muito autorreferentes. Mas, para além disso, eu acho que tem uma história, tem uma formação, tem uma população negra também que é muito presente. Os afro... eu não lembro como é que chama, mas, enfim, acho que vivem mais no litoral e tal.

Ana: ¿Afrocolombianos?

Raphaëla: Afrocolombianos, isso. Eu queria entender como é o debate sobre a questão racial na Colômbia. Também nesse debate sobre a transição, como é que esses movimentos afrocolombianos se inserem nesse debate? Como esse debate também afeta eles? Como é que funciona isso na Colômbia?

Ana: No sé si, Nhora, queiras arrancar...

Nhora: Es que necesitaría alguien que me tradujera, por favor, la pregunta. Tengo el contexto en general de lo que, seguramente, ella está queriendo saber, pero no puedo hacer un pronunciamiento porque no entendí todo. Perdón.

Laura: No, Nhora, no pasa nada. La pregunta está relacionada a cómo los movimientos afrocolombianos están involucrados y cómo se sienten en ese proceso de transición en Colombia. Básicamente es eso, ¿verdad, Ana?

Ana: Sí. Digamos que del movimiento afrocolombiano debo decir que, en este momento, no trabajo de manera cercana al movimiento, pero hay algunas cosas que podría compartir de lo que conozco. Algo que pasó con el Acuerdo final es que solo hacia el final de la negociación – hacia el final fue: los últimos meses de la negociación – entra a discutirse la inclusión de un capítulo étnico dentro del Acuerdo. Porque también aquí había una particularidad, y es que las FARC-EP se reconoce como una guerrilla de origen campesino y, de hecho, por parte de algunos pueblos indígenas y de comunidades afrocolombianas, había algún temor de que lo que se iba a negociar, sobre todo en el punto uno, que era el de reforma rural, de alguna manera pudiera afectar derechos de las comunidades étnicas. Y aquí una particularidad de nuestro contexto: en Colombia, el reconocimiento de derechos... Nosotros tuvimos... paréntesis: tuvimos, a mi juicio, la versión multiculturalista más segregacionista, tuvimos un proceso de reconocimiento de los derechos de los pueblos indígenas, de las comunidades afrocolombianas, y ahorita estamos discutiendo el reconocimiento de los derechos de los campesinos. Y hemos metido una discusión sobre la pureza

de estos actores, cuando eso no pasa así, o sea, cuando varios de estos actores se reconocen como afrocolombianos y campesinos, por ejemplo, o como indígenas y campesinos, y cuando en el territorio están profundamente imbricados. Sin embargo, lo que ocurrió en la vida real fue que, por ejemplo, con el reconocimiento de los derechos a la territorialidad indígena, se reconocieron algunos resguardos, pero dentro de estos resguardos había población afro o campesina. Y empezó la discusión de qué hacer con ellos, si los reubicaban... en fin, metieron discusiones de convivencia entre estos actores que, hoy en día, están teniendo como consecuencia profundas discusiones interculturales. Muchos conflictos interculturales hay en este momento por un reconocimiento, a mi juicio, errado del reconocimiento de los derechos de estas poblaciones. Entonces en el Acuerdo Final ¿qué pasó? Si uno lee el Acuerdo Final, el punto uno y el cuatro, que son los que tienen que ver con reforma rural integral y el de sustitución de cultivos de uso ilícito, está más en clave campesina, si se quiere, y al final se metió este capítulo, que es del capítulo étnico, que busca influir en todos los otros capítulos. Lo que se dice – palabras más, palabras menos – es que tiene que haber un enfoque diferencial que reconozca las diferencias de comunidades indígenas y afrocolombianas, y que no signifique el retroceso de sus derechos, y que eso tiene que irradiar todo el Acuerdo Final. En la práctica, lo que ha pasado es lo mismo que ha pasado con todo el Acuerdo Final, y es, claro, el enfoque quedó – teóricamente, el enfoque quedó. No quedó con el detalle que puede haber en otros puntos que pueden beneficiar más a otras poblaciones, pero hasta ahora eso no ha significado tampoco una mayor garantía para los derechos de las comunidades afrocolombianas ni indígenas. Digamos, la reforma rural integral no arranca, pero además esa reforma rural integral, tampoco ha significado un avance importante, sobre todo en el reconocimiento de derechos territoriales. ¿A qué le apuntó más el Acuerdo Final? Al reconocimiento de las zonas de reserva campesina, y al impulso de las zonas de reserva campesina. Pero, desde que se firmó el Acuerdo hasta ahora, solo se ha creado una zona de reserva campesina adicional y las otras están suspendidas – de nuevo, con el agravante de que los conflictos interculturales han venido en aumento.

Nhora: Yo tengo solamente un pequeño fragmento, tengo experiencia solamente en un pequeño fragmento del movimiento afrocolombiano, y es el concerniente a las mujeres víctimas de violencia basadas en género y a las personas LGBTI. Hay una lucha, en este momento, bastante fuerte por el reconocimiento de las violencias basadas en género y, en especial, la violencia sexual en contra de las comunidades

afrocolombianas, digamos, sin distinción de género y momento etario. De las más de treinta y cinco mil víctimas de violencia sexual en el conflicto armado, el setenta por ciento son personas afrocolombianas de las costas pacíficas, del pacífico nariñense, del pacífico caucano, del Chocó. Esa lucha se ha dado con la posibilidad de que la JEP abra un caso sobre violencia sexual, se ha dado en la importancia de acompañar a los movimientos – los movimientos de mujeres, principalmente – en la formulación de informes y documentación de casos de violencias basadas en género y violencia sexual, y con respecto también a los temas psicosociales, que son los que más a mí me competen, en la incorporación, en las medidas de reparación de elementos tradicionales de la cultura afrocolombiana con respecto al bienestar de las personas. Esa ha sido una lucha muy grande, porque también se ha puesto como todo el conocimiento tradicional en un paquete más asociado a creencias, percepciones sobre la propia vida, pero no realmente a un conocimiento que genere bienestar y una recuperación integral de las personas afrodescendientes en Colombia. Entonces incorporando todas estas... pues, una lucha por la incorporación de estas perspectivas asociadas a los saberes tradicionales y la medicina tradicional de las comunidades afro en la recuperación de sus vidas, de sus momentos vitales, de su situación emocional, relacional, del tejido social. Creo que esas, desde mi campo de acción, porque la lucha de las comunidades afrodescendientes en el campo de la Justicia de Transición es muy amplia, y es tan amplia, siento yo, que uno solo puede referirse al aspecto que le ha correspondido en la experiencia, y este es el que me ha correspondido a mí: acompañar con las comunidades, las organizaciones de mujeres y con las mujeres afro de diferentes sitios del país.

Laura: Bien. Muchas gracias, Nhora. Ahora ya estamos llegando a casi dos horas de conversación, y así que paso palabra para el profesor Leonel, si quiere hacer algunas consideraciones.

Joaquim Leonel: Obrigado, Laura. Eu queria agradecer imensamente à Ana, ao Flavio, à Nhora e à Raphaela. Eu teria uma série de observações a fazer, mas vou manter o nosso formato dos Diálogos, que é esse formato de privilegiar as vozes dos interlocutores do ponto de vista da construção de uma reflexão sobre suas vivências, suas trajetórias individuais e suas trajetórias vinculadas aos órgãos, instituições etc. Acho que isso é uma coisa muito rica e, evidentemente, isso também abre uma porta para que a gente possa manter esse contato – já que, de alguma maneira, a série dos três Diálogos está se encerrando aqui. Mas, com certeza, nós vamos ter

desdobramentos disso em termos de contato. Nós temos em andamento a construção do e-book volume 1 dos Diálogos sobre Justiça de Transição, baseado nas trocas com e entre os interlocutores – que estamos fechando aqui, bem como o e-book volume 2 baseado em artigos produzidos no campo acadêmico. Eu acho que é uma porta que se abre, porque é uma coisa importante do ponto de vista das pesquisas que se fazem no campo acadêmico sobre esses mecanismos de Justiça de Transição e de atores que lidam com lutas sociais – que é, exatamente, como depois de um período de pesquisa, de interlocução, a academia, o espaço acadêmico – mais precisamente, um grupo de pesquisa – dá um retorno dessa pesquisa para aquelas pessoas que, em algum momento, tiveram uma interlocução com a academia. Isso é uma questão muito importante. É uma questão, também, de ética de pesquisa, de ética da prática de pesquisa. Então esse contato a gente, com certeza, vai manter. Eu acho que nós temos um ponto em comum das nossas posições, que é exatamente a indignação com relação a esses mecanismos que nós aqui estamos falando, estamos lembrando eles do ponto de vista da nossa posição de fala, estamos lembrando essas situações de violência com relação a tudo aquilo que envolve as lutas sociais, as lutas por direitos humanos e que, particularmente, impacta setores que foram submetidos historicamente a essas situações como, por exemplo, populações negras, populações indígenas, mulheres etc. Ou seja, nós temos todo um campo que nos une, seja nas nossas lutas sociais enquanto defensores de Direitos Humanos, seja nas nossas lutas dentro do campo acadêmico a partir de uma teoria crítica no sentido, exatamente, de uma teoria que procura se posicionar com relação a essas formas de exploração, dominação e violência que estão presentes na continuidade de ações do Estado. Apareceu muito isso na fala e no debate, esses mecanismos de continuidade de formas de dominação, exploração e violência por parte tanto do Estado como de setores sociais opressores. Mas também – e aí exatamente a atenção que se coloca – essas relações de continuidade também são contrapostas às lutas sociais que procuram se posicionar e combater essas formas e, nessas lutas, nós estamos todos engajados – de diferentes maneiras, mas estamos todos engajados. Eu queria, então, agradecer mais uma vez a todas e todos aqui presentes. Agradecer também à Laura pela condução dos Diálogos, que vinha sendo feita pela Catalina e hoje foi feita, de uma maneira muito tranquila e muito doce, pela Laura, que foi compondo a condução desse encontro. Obrigado, Laura. Agradeço a todas e todos e vamos mantendo o nosso contato e as nossas trocas.

Autores



Joaquim Leonel de Rezende Alvim

Professor Titular de Teoria do Direito da Faculdade de Direito, do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) e do Programa de Pós-graduação em Direitos, Instituições e Negócios (PPGDIN) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Líder do NUTEAP (Núcleo de pesquisas interdisciplinares de teorias, atividades e práticas no campo do direito) certificado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes/CNPq



Andrea Catalina León Amaya

Bacharel em Direito pela Universidad Externado de Colombia. Mestra em Ciências Sociais e Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos, Instituições e Negócios (PPGDIN) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora integrante do NUTEAP (Núcleo de pesquisas interdisciplinares de teorias, atividades e práticas no campo do direito).



Claudia Alejandra Coll Agudelo

Abogada, magistra en estudios de género de la Universidad de Hull y la Universidad de Granada. Participó en el ejercicio “Una comisión de la verdad para las mujeres” liderado por la Ruta Pacífica de las Mujeres como investigadora feminista y activista de ese movimiento. Actualmente es asesora del grupo de trabajo en género de la Comisión de la Verdad colombiana.



Danny María Ramírez Torres

Líder social y comunitaria, socióloga y magíster en estudios de género de la Universidad Nacional de Colombia. Docente, consultora e investigadora. Actualmente es funcionaria de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición de Colombia desempeñándose como asesora en materia de enfoque diferencial étnico. Tiene una amplia trayectoria de trabajo con mujeres, jóvenes, comunidades afrocolombianas, negras, raizales y palenqueras e indígenas, en las regiones Pacífica, Caribe e Insular, Orinoquia y Bogotá.



Luciana Boiteux

Mestre (UERJ) e Doutora em Direito Penal e Criminologia (USP), Professora Associada de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ



Nadine Monteiro Borges

Advogada, professora e doutora em sociologia e direito pela UFF. Atualmente é Vice Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio de Janeiro. Foi assessora e gerente de projetos da Comissão Nacional da Verdade e presidiu a Comissão da Verdade do Rio. É autora do livro *Damião Ximenes: primeira condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos* da Editora Revan.



Gloria Luna Rivillas

Historiadora colombiana, mujer negra, defensora de derechos humanos, integrante de la Red Departamental de Mujeres Chocoanas, enamorada de su territorio.



Lidiane Malanquini

Assistente Social, Doutoranda em Serviço Social pela UFRJ, Coordenadora do eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da ONG Redes da Maré e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPSEM/UFRJ) e do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT- Ineac).



María del Rosario Chicunque

Conocida como Mamá Charito, lideresa indígena del pueblo Kamentsá, en el Putumayo, región amazónica colombiana, integrante de la Asociación de Mujeres Indígenas de la Medicina Tradicional - ASOMI.



Maria Leonice Tupari

Sou indígena do povo Tupari da Terra Indígena Rio Branco, município de Alta Floresta do Oeste Rondônia, Liderança indígena, ativista do Movimento indígena. Atualmente sou Coordenadora da AGIR - Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia. Estou a frente da AGIR desde a sua fundação e durante esse tempo tenho trabalhado com o fortalecimento do movimento indígena de Rondônia por meio das mulheres, desta forma articulando e promovendo o empoderamento das mulheres indígenas na defesa dos territórios e na gestão para que possamos viver em harmonia com a terra, água e tudo que nela habita.



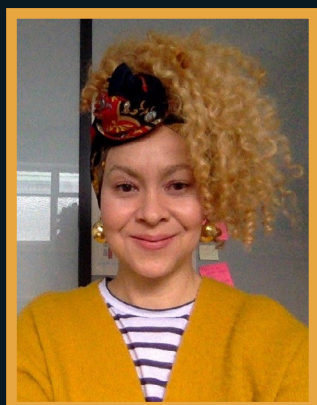
Ana Jimena Bautista

Abogada colombiana de la Universidad del Cauca, con especialización en derecho constitucional, y maestría en derechos humanos y democracia en América Latina de la Universidad Andina Simón Bolívar. Ha trabajado en organizaciones no gubernamentales, como asesora en el Congreso de la República y en la Procuraduría General de la Nación en temas relacionados con la defensa de los derechos humanos de las mujeres, derechos de las víctimas del conflicto armado, y temas agrarios y ambientales. Actualmente vinculada a la ONG Dejusticia, como investigadora en temas de tierras y de los derechos del campesinado.



Fábio Moreira

Professor nascido e criado em Guaianases; graduado em Letras pela Unesp, fez Mestrado em Educação pela FEUSP com bolsa de Ação Afirmativa da Fundação Ford e Doutorado pela mesma instituição. Atua há mais de 20 anos na Educação em Regimes de Privação da Liberdade, como Docente, Gestor, Pesquisador e Consultor. Atualmente, é Orientador de Mestrado em Educação na Universidade Lueji A'Nkonde (Angola), participa de grupos de pesquisa relacionados com a luta antirracista, Igualdade de Gênero e Direitos Humanos. Também atua no movimento social, político e cultural, colaborando com coletivos como o Jongo dos Guaianás e Arte Maloqueira.



Nhora Lucía Álvarez Borrás

Psicóloga, trayectoria de 20 años en la defensa de derechos humanos en Colombia, directora general de la Fundación Círculo de Estudios, ha desarrollado toda su vida profesional al servicio de la defensa y reivindicación de los Derechos Humanos, con víctimas de violencia sexual y otras violencias basadas en género en el conflicto armado colombiano.



Raphaela de Araújo Lima Lopes

Atua como advogada na organização de direitos humanos Justiça Global. É graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia e mestre em Teorias Jurídicas Contemporâneas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Laura Magalhães de Andrade

Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos, Instituições e Negócios da Universidade Federal Fluminense (PPGDIN-UFF). Integrante do NUTEAP. Mestre em Meio Ambiente, Sustentabilidade e ODS (Universidade do País Vasco / Cátedra UNESCO de Educação Ambiental). Mestre em Direito e Políticas Públicas (UNIRIO). Especialista em Gestão e Educação Ambiental (UFRJ). Graduada em Direito (UFF).



ISBN: 978-65-86457-09-4



TSB

9 786586 457094